

*Institucionalização do Ensino
de Filosofia no Brasil e
Interpretações do Passado Nacional*



Pedro Leão da Costa Neto

Pedro Leão da Costa Neto

*Institucionalização do Ensino
de Filosofia no Brasil e
Interpretações do Passado Nacional*

2023



*Comissão Institucional de
Editoração Científica*

Dra. Josélia Schwanka Salomé
Ma. Angela Helena Zatti
Dr. Fausto dos Santos Amaral Filho
Dr. Marcio Telles da Silveira
Dra. Rita de Cássia Tonocchi

Conselho Editorial

Dra. Bianca Simone Zeigelbion - UTP
Dra. Elisa Kioko Gunzi - UTP
Dr. Fausto dos Santos Amaral Filho - UTP
Dra. Josélia Schwanka Salomé - UTP
Dr. Marcio Telles da Silveira - UTP
Dra. Maria Cristina Mendes - UNESPAR
Dra. Rita de Cássia Tonocchi - UTP
Dr. Renato Torres - UNESPAR

*Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca "Sydney Antonio Rangel Santos"
Universidade Tuiuti do Paraná*

C837 Costa Neto, Pedro Leão da.

Institucionalização do Ensino de Filosofia no Brasil e Interpretações do Passado
Nacional / Pedro Leão da Costa Neto. – Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2023.

83 p.

E-book

ISBN 978-65-89187-06-6

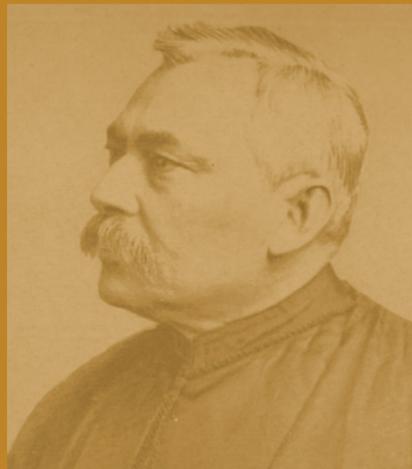
1. Filosofia no Brasil. 2. Ensino de filosofia no Brasil.
3. Institucionalização do ensino de filosofia no Brasil. I. Título

DD – 199.81

Sumário

Apresentação	6
Prefácio	12
Parte I: Os primórdios da Filosofia no Brasil	16
Capítulo I: Para uma periodização do ensino de Filosofia no Brasil	17
Capítulo II: Notas sobre a institucionalização do ensino de Filosofia no Brasil	29
Parte II: A criação das instituições de ensino superior de Filosofia no Brasil: 1930/1964	37
Introdução	38
Capítulo III: A criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL – USP)	42
III.1: João Cruz Costa: historiador das ideias no Brasil	50
Capítulo IV: Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF)	59
Capítulo V: Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)	66
Referências	78

Para Grazyna, que me acompanhou
por todos estes anos e tornou este trabalho possível.



APRESENTAÇÃO



O filósofo Pedro Leão da Costa Neto apresenta, neste volume, uma reunião de textos originalmente publicados separadamente sobre a institucionalização da filosofia no Brasil e as interpretações do passado nacional. A reunião destes textos é bastante profícua uma vez que aborda a história em uma síntese bastante abrangente, do período colonial ao século XX, e traz ao leitor o acesso a textos difíceis de serem encontrados hoje em dia, já que publicados em revistas e anais exclusivamente na forma impressa, como na extinta Revista da SBPH (Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica) e anais não digitalizados da Associação Nacional de História (Anpuh), da SBPH, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped Sul), do Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE), do Seminário Pedagogia em Debate e do Congreso Iberoamericano de Historia de la Educacion Latinoamericana. Assim, o presente livro reúne uma produção considerável que se encontrava dispersa.

Pedro Leão doutorou-se em Filosofia pela Universidade de Varsóvia (UW), Polônia, em 1996, sob a orientação de Marek Jan Siemek, com a Tese *Philosophie et Histoire au Brésil. La Formation d'une Réflexion Nationale*, ainda inédita em língua portuguesa, escrita na triste época de restauração capitalista no Leste europeu. A pesquisa de doutorado sobre filosofia no Brasil e as diferentes concepções do passado nacional representa a origem da preocupação com o tema dos textos reunidos neste livro.

Os interesses principais do autor sempre foram o pensamento de Karl Marx e o marxismo, sobre os quais publicou textos e livros. Entre suas principais publicações estão: os artigos “Marx Tardio: notas introdutórias” (2003)² e “Crítica ao conceito de Marxismo Ocidental” (2014)³ publicados na Revista Crítica Marxista; e o livro “Karel Kosík: Filosofia e História” (2022)⁴ com textos traduzidos do filósofo tcheco que organizou com Daniel Lucio Petronzelli.

Em relação ao campo marxista, é digno de nota que o autor mantém uma longa colaboração, desde 2001, com a revista Crítica Marxista, uma das mais importantes da América Latina. Igualmente importante registrar que Pedro Leão traduziu obras de autores marxistas, vertendo para o português um texto de Kosík⁵; uma entrevista inédita do filósofo húngaro Gyorgy Lukács⁶, de 1968; e textos de Rosa Luxemburgo⁷, traduzidos do polonês com sua esposa Grazyna Maria Asenko da Costa. Além

1 Professor do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade Estadual de Goiás (UEG), campus de Morrinhos.

2 COSTA NETO, Pedro Leão. Marx Tardio: notas introdutórias. In. Crítica Marxista, v. 17, p. 80-95, 2003.

3 COSTA NETO, Pedro Leão. Crítica ao conceito de Marxismo Ocidental. In. Crítica Marxista, v. 38, p. 9-28, 2014.

4 PETRONZELLI, Daniel Lucio; COSTA NETO, Pedro Leão (Orgs.). Karel Kosík: Filosofia e História. Marília: Lutas Anticapital, 2022.

5 Op. cit.

6 LUKÁCS, Gyorgy. Lukács fala: entrevista inédita de 1968. In. Novos Rumos, v. 58, n. 2, p. 27-50, jul.-dez. 2021. Tradução de Pedro Leão da Costa Neto; revisão de Marcos Del Roio. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/12893>>. Acesso em: 09 jan. 2024.

7 LUXEMBURGO, Rosa; LOUREIRO, Isabel (Org.). Rosa Luxemburgo: textos escolhidos: volume I (1899-1914). Tradução do polonês: Grazyna Maria Asenko da Costa, Pedro Leão da Costa Neto e Bogna Thereza Pierzynski; tradução do alemão: Stefan Fornos Klein. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

destes, um pequeno livro⁸ de bolso que a marxista polonesa trata da questão da constituinte e do governo provisório foi traduzido do polonês e causou notável interesse no Chile, país que vem vivendo tentativas de formular uma nova constituição há anos.

Desde que retornou da Polônia, após o fim de seu doutorado, Pedro Leão atua profissionalmente como professor e pesquisador na Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), em Curitiba, na graduação em História e no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED).

Este livro de Pedro Leão traz uma contribuição para a área de História da Filosofia no Brasil, que conta com pesquisas relevantes há bastante tempo e, mais recentemente, apareceram as obras de Ivan Domingues, José Crisóstomo de Souza e Paulo Margutti. É importante salientar que este livro faz uma interpretação da Filosofia no Brasil à luz do materialismo histórico, em uma síntese necessária para compreensão do sentido da história do processo de institucionalização e autonomização do ensino de filosofia, em suas contradições e determinações. A síntese feita pelo autor atravessa um processo de longa duração, de mais de quatro séculos e meio, dividido em quatro períodos.

O primeiro período compreende a época colonial, cuja história do ensino da filosofia começa com a fundação do primeiro Colégio da Companhia de Jesus, em 1556. Nos dois primeiros séculos o ensino foi disciplinado pela *Ratio Studiorum* e a filosofia baseava-se nas autoridades de Aristóteles e Tomás de Aquino, características da Segunda Escolástica. Com as reformas introduzidas pelo Marques de Pombal, se inicia um período de influência do iluminismo mitigado português e da Ordem dos Oratorianos, cujas ideias pedagógicas estarão na experiência do Seminário de Olinda. Essa época finda com a vinda da família real para o Brasil, em 1808, quando o Rio de Janeiro passa a sediar importantes instituições culturais e acontecem os cursos de filosofia ministrados por Silvestre Pinheiro Ferreira no futuro Colégio D. Pedro II.

O segundo período do ensino de filosofia é marcado pela presença das Faculdades de Direito, sendo que as duas primeiras foram fundadas em Recife e São Paulo, em 1827, inaugurando uma era de hegemonia das faculdades isoladas. No século XIX aparece a importante Escola de Recife, à qual pertenceram Tobias Barreto e Silvio Romero, entre outros.

A partir da década de 1910, ocorrem diversas tentativas de criar universidades no Brasil, o que só se concretiza com a criação da USP, em 1934. Até então havia apenas faculdades isoladas, com escolas superiores de Medicina, Direito e Engenharia, sendo completamente ausente a formação específica em ciências humanas e filosofia. Segundo a tradição do bacharelismo, elementos formados

LUXEMBURGO, Rosa; LOUREIRO, Isabel (Org.). Rosa Luxemburgo: cartas: volume III. Tradução do polonês: Grazyna Maria Asenko da Costa e Pedro Leão da Costa Neto; tradução do alemão: Mário Luiz Frungillo. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

8 LUXEMBURGO, Rosa. Sobre a constituinte e o governo provisório. Tradução do polonês: Grazyna Maria Asenko da Costa e Pedro Leão da Costa Neto. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.

naquelas três escolas superiores seriam nossos historiadores, sociólogos, filósofos, letrados, entre outros, levando a “distorções curiosas”. Essa ausência de formação específica também fez com que a filosofia chegasse até nós de forma autodidata e ideologizada.

O terceiro período, compreendido entre 1934 e 1970, se inicia com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP, em 1934, que inaugura uma época de fundação de universidades. Além de São Paulo, apareceram as primeiras universidades no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Todas sofreram, senão a influência direta do Golpe de 1937 e da ditadura do Estado Novo, com a legislação de cima para baixo que impunha o modelo do Ministério da Educação e Saúde.

O período foi marcado por um ritmo desigual de institucionalização, que ocorrerá bem mais rápido na FFCL-USP do que na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) que se encontrava sujeita à constante intervenção do poder federal por estar sediada no Distrito Federal. Ao mesmo tempo, os quadros universitários politizavam-se de forma crescente e os temas políticos se tornavam cada vez mais relevantes. Em uma época que o capitalismo tinha um contraponto nos países socialistas e o fascismo crescia como uma reação da ordem burguesa, a filosofia também se mostrava engajada e se fazia presente nas grandes disputas. Aliás, o engajamento ideológico foi uma constante na evolução da Filosofia no Brasil.

Este engajamento mostrou-se saliente nos dois principais institutos que apareceram na época: o Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), criado em São Paulo, em 1949, e o Instituto Superior de Estudos Brasileiro (ISEB), criado no Rio de Janeiro, em 1955, e dissolvido com o Golpe de 1964. O IBF era voltado para o desenvolvimento e disseminação do pensamento conservador e, o ISEB, para a formulação de uma ideologia desenvolvimentista.

Entre outras características, o período foi marcado pela preponderância da influência francesa, com a presença de professores que vinham em missões e com professores brasileiros que iam para a França terminar sua formação. A hegemonia norte-americana ainda não havia se materializado na universidade.

Por fim, o quarto período é marcado pela institucionalização da filosofia que conclui-se entre os anos 70 e 80, com a criação dos programas de pós-graduação a nível de mestrado e doutorado em filosofia, a criação de associações como a Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF), que realiza encontros nacionais periódicos desde 1984, e a consolidação do mercado editorial com o aparecimento da coleção “Os Pensadores”. Neste período, o engajamento político diminuiu significativamente em relação aos períodos anteriores e a filosofia aparece como filosofia acadêmica com temas e critérios próprios.

O atraso de um século em relação à Europa com que a filosofia se constitui como disciplina autônoma no Brasil, é uma característica semelhante a outros países retardatários. A história da filosofia no Brasil foi uma história da recepção de diferentes tendências e sistemas filosóficos europeus e, depois, norte-americanos que se encontravam em moda nos países centrais e hoje são praticamente esquecidos.

A forma como a filosofia elaborada nos países centrais chegou ao Brasil também se refere ao problema dos intelectuais, normalmente distantes do processo histórico do país. Talvez o maior exemplo nesse sentido seja o liberalismo, que ganhou relevo em uma sociedade escravocrata e, depois da abolição, oligárquica, baseada na dependência pessoal. Característica da dialética do localismo e do cosmopolitismo como observada pelo autor a partir de apontamentos de Antônio Candido, isto é, uma “tensão dialética entre uma substância local e uma forma herdada da tradição europeia”. As ideias europeias e norte-americanas importadas se depararam com particularidades brasileiras, muitos diferentes de seu meio original de formulação, e aqui não produzem o mesmo impacto.

Em que medida um país de capitalismo dependente o é também no plano das ideias e, por isso, não produz uma filosofia própria? A elaboração de um pensamento próprio seria uma condição para a libertação do país e de seu povo do jugo do imperialismo e da classe dominante? A filosofia e sua história no Brasil levantam tantas perguntas.

No século XXI, a filosofia parece ter voltado para o centro das questões mais candentes da atualidade, mas de modo impróprio. Isso porque em seu movimento de ascensão, a extrema direita mobilizou seus filósofos com muito êxito, dentro e fora do país, e com eles promove as maiores barbáries. A esquerda ainda não soube lhe fazer frente. O caminho para a construção de um pensamento original foi sugerido em linhas gerais por João Cruz Costa, que soa otimista em tempos tão obscuros, mas a utopia do voo de minerva da filosofia não pode se perder:

O pensamento é sempre produto da atividade de um povo e, assim, é para a nossa história, nas suas relações com a história universal [...] Graças ao trabalho do povo, principal fiador de nossa condição de nação e fator essencial do nosso progresso, surge, lenta mas seguramente, uma nação nova, que se procura definir e que - através das mais decepcionantes e, também, das mais promissoras aventuras - começa a tomar consciência da sua inteligência e de seu destino. A inteligência brasileira formou-se pelo mesmo processo que plasmou o povo brasileiro [...].

É preciso, porém, não esquecer que a história exclui certas restaurações. Ela não é feita para restaurar mas para libertar do passado. A filosofia encontra a verdade na sua

adequação com a realidade. Esta realidade não é permanente, mas histórica. Não é, pois, possível saltar a barreira da história. Quando muda a história, necessariamente tem que mudar a filosofia.⁹

Por fim, não poderia deixar de dizer que ter a oportunidade de fazer esta singela apresentação ao livro do amigo e mestre Pedro Leão com quem convivo há décadas, na caminhada da pesquisa da história das ideias, é uma honra e uma rara oportunidade, além de um verdadeiro privilégio poder ler em primeira mão o livro e aprender, uma vez mais, com a escrita clara, abrangente e elegante do autor.

Boa leitura.

⁹ COSTA, João Cruz. Contribuição à História das Ideias no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 4-12.



PREFÁCIO



Os capítulos aqui reunidos são resultados de uma pesquisa sobre diferentes problemas associados a História da Filosofia no Brasil, de alguns de seus autores (em particular, João Cruz Costa), ao processo de Institucionalização do seu Ensino e de algumas das suas Instituições (Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo – FFCL-USP; Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB e Instituto Brasileiro de Filosofia – IBF) e das diferentes Interpretações do Passado Nacional associadas àquelas Instituições.

Esta pesquisa encontra uma origem remota na inesperada Tese de doutorado: *Philosophie et Histoire au Brésil La formation d'une réflexion nationale* defendida na Universidade de Varsóvia no longínquo ano de 1996, escrita nos anos da restauração capitalista na Europa Oriental. Depois deste trabalho inicial novamente o acaso lhe deu continuidade. Retornamos, em diferentes períodos, a esta investigação no Curso de História e, particularmente, no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná, ora acentuando um aspecto ora acentuando outro aspecto dos temas acima numerados.

Ao longo destes anos, os diferentes resultados obtidos destas pesquisas foram apresentados sob diversas formas: apresentação de trabalhos em eventos (tanto da área de Educação como na de História), artigos e capítulos de livro ou individuais ou em coautoria com os Professores Erivan Cassiano Karvaţ, Daniel Lúcio Petronzelli (sobre João Cruz Costa) e Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves (sobre o IBF), estes amigos, irão reconhecer as suas contribuições a este presente trabalho. A participação nas Bancas e o constante diálogo com os colegas e amigos Rodrigo (incansável pesquisador do IBF, Miguel Reale, Antonio Paim e Paulo Mercadante e autor de inúmeros artigos e livros sobre o tema) e Daniel (sobre João Cruz Costa) foram de grande importância para a versão definitiva deste livro. A oportunidade de orientar Trabalhos de Conclusão de Curso e de participação em diferentes Bancas foram outras ocasiões para desenvolver estas pesquisas. As discussões por ocasião das apresentações e das discussões ocorridas em diferentes eventos foram, também, indispensáveis para o seu desenvolvimento e, enfim, assumir a forma que ora apresenta.

A opção por apresentar e reunir os diferentes resultados sobre a forma de livro é devido a impressão de que juntos eles possam assumir um sentido maior do que isolados, além do fato, de que uma grande parte deles são hoje de difícil alcance. Sem esperar nenhuma originalidade destes resultados, ainda mais nos dias atuais, em que as questões referentes a História da Filosofia no Brasil adquiriram uma maior relevância na Área da Filosofia e, ao lado dos antigos investigadores

do tema, surgiram novos, como por exemplo as contribuições de Ivan Domingues, José Crisóstomo de Souza e Paulo Margutti, entre outros, da constituição de um GT sobre Filosofia no Brasil na Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia (Anpof), das discussões desenvolvidas na mesma Associação e diferentes publicações sobre o tema. Repito, se estes escritos aqui reunidos não trazem nenhuma originalidade, talvez possam, de alguma maneira trazer algumas informações que possam ser úteis para estas discussões.

Este trabalho, também, não teria sido possível sem a contribuição e a ajuda de professores, inúmeros amigos e colegas que contribuíram com as suas leituras, observações, críticas e correções. Estes nomes formam uma grande lista e, sempre existe o perigo de esquecimento, não por não terem sido igualmente importantes, mas por uma falha na memória, aos muitos que aqui não enumerei, peço antecipadamente as minhas sinceras desculpas.

Primeiramente, aos meus grandes Professores na Universidade de Varsóvia, Marek Siemek – meu orientador – e Aleksander Ochocki, que com os seus exemplos, me ampliaram os horizontes de uma reflexão teórica. Meu agradecimento, igualmente, ao Professor e historiador Marcin Kula por sua participação e observações nas bancas durante o processo de doutoramento.

Após o retorno ao Brasil, foi de grande relevância para minha trajetória a participação na Revista Crítica Marxista, no GT Marxismo da ANPOF e, o posterior diálogo deste com o GT Marx e a Tradição Dialética da mesma ANPOF. Gostaria aqui de expressar o meu reconhecimento a todos estes companheiros e, em particular, a João Carlos Kfourti Quartim de Moraes e Mauro Castelo Branco Moura – coordenadores do GT Marxismo – pela acolhida e pelas importantes discussões, críticas e debates realizados ao longo destes anos.

Um igual agradecimento ao amigo Antonio Godino Cabas leitor, crítico e interlocutor, por suas observações e incentivo durante mais de 20 anos. Agradeço, igualmente, a possibilidade de participar, por longos anos, das atividades da Escola da Coisa Freudiana e a importância dos debates realizados durante as atividades de Conexão desta Escola.

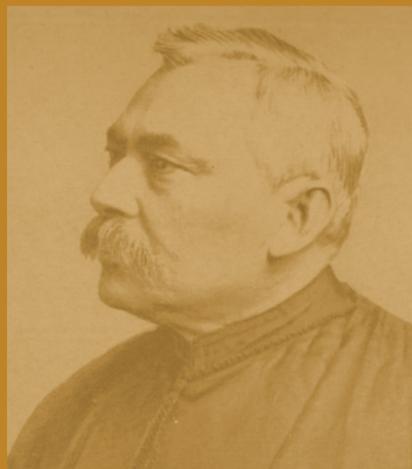
Nestes longos anos trabalhei no Curso de História e no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná, onde como disse desenvolvi estas pesquisas. Meu, sincero, muito obrigado a Professora Sidinalva Wawzyniak, coordenadora do Curso de História e depois diretora Faculdade de Ciências Humanas Letras e Artes que me contratou após a minha volta ao Brasil, em 1997 e me assegurou um emprego. Agradeço, também, as coordenadoras do

Curso de História, durante estes 25 anos, Roseli Boschilia, Wilma de Lara Bueno e Viviane Zeni, a Professora Etelvina Trindade coordenadora do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas, a professora Dorothy Rocha, organizadora do Mestrado Profissional em Psicanálise e as Professoras Naura Sírnia Carapeto Ferreira, Maria Antônia de Souza, Anita Schlesener e ao Professor Fausto dos Santos Amaral Filho coordenadores do PPGGE, que possibilitaram a realização destas pesquisas. Meu muito obrigado à Professora Josélia Schwanka Salomé, coordenadora da Coordenadoria de Pesquisa, Iniciação Científica e Editoração Científica da PROPPE-UTP por ter acolhido este livro na Editora da Universidade e à professora Haydée Silva Guibor pelo trabalho de diagramação e projeto gráfico. Agradeço também aos professores destes cursos pelas contribuições para a pesquisa e não só a ela.

O meu igual agradecimento as Professoras, Elza Margarida de Mendonça Peixoto e Maria de Fátima Rodrigues Pereira pelo convite e pela possibilidade de participar das atividades do Comitê Editorial da Revista *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*.

Gostaria também de lembrar dos meus alunos, dos orientandos de Iniciação Científica, Monografia, Mestrado e Doutorado que sempre nos ajudaram em nosso trabalho.

Por fim, o meu grande agradecimento ao amigo Rafael Watanabe pela indispensável contribuição, na leitura, correção e organização dos materiais para a finalização deste livro.



PARTE I

Os Primórdios da Filosofia no Brasil



CAPÍTULO I

Para uma periodização do Ensino de Filosofia no Brasil

I

O objetivo do presente capítulo é problematizar o processo de institucionalização e autonomização do ensino de filosofia no Brasil¹, que teve como o seu traço mais característico, o caráter retardatário de sua institucionalização.²

Para uma melhor caracterização deste processo, procuraremos identificar os seus diferentes períodos e as características correspondentes a cada período³. Em linhas gerais, estes períodos correspondem aos diferentes papéis hegemônicos desempenhados por diferentes ideologias e “aparelhos ideológicos”. Podemos identificar quatro distintos momentos, neste processo histórico que teve o seu início no processo de colonização portuguesa:

1 Para caracterizar o processo de institucionalização do ensino de filosofia no Brasil, partimos aqui das observações metodológicas elaboradas por Antônio Cândido e Leopold Zea. O crítico e historiador da literatura nacional na Introdução de sua obra *Formação da Literatura Brasileira*, desenvolve a distinção entre manifestações literárias e de literatura como sistema, entendida como um “sistema de obras ligadas por denominadores comuns”, em oposição a uma situação onde as manifestações literárias aparecem isoladamente e sem ligação entre si. CÂNDIDO, Antônio, *Formação da Literatura Brasileira (Momentos decisivos)*. Vol. I. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 6ª ed., 1981, p.23ss.). Por sua vez, o filósofo e historiador das ideias e da filosofia latino-americana, o mexicano Leopoldo Zea, referindo-se as observações do filósofo argentino Francisco Romero, descrevia o “estado de normalidade filosófica” como um momento de crescimento de interesse por trabalhos de caráter filosófico e no qual existem um número significativo de publicações filosóficas (livros, artigos e revistas), de institutos e centros de pesquisa filosófica, etc., em contraposição a um momento onde a filosofia é desenvolvida apenas por “poucos e isolados indivíduos”. ZEA, Leopold. *O Filozofii Ameryka skiej (Sobre a Filosofia Americana)*. In. *Studia Filozoficzne*, Varsóvia, n° 12 (265), 1987, p.4. Consultar, ainda, sobre esta questão, as observações desenvolvidas por Ivan Domingues em seu livro *Filosofia no Brasil Legados e Perspectivas* que a partir das indicações de Antônio Cândido (e discutidas por Bento Prado Júnior e Paulo Eduardo Arantes). DOMINGUES, Ivan. *Filosofia no Brasil Legados e Perspectivas*. São Paulo: Unesp, 2017, p.7s.

2 De igual importância para a compreendermos este processo é a observação de que a institucionalização do ensino de filosofia como disciplina acadêmica no Brasil (e podemos, também acrescentar de outras disciplinas das Ciências Humanas) ocorreu, aproximadamente, um século depois do ocorrido na Europa. Paulo Eduardo Arantes nos oferece uma interpretação histórica deste processo da institucionalização da filosofia como disciplina acadêmica: “a filosofia como forma era coisa do passado. Tudo o que veio depois é boato universitário, menos por falta de talento do que por exaustão histórica do gênero” e localiza historicamente esta fratura no “grande revertério de 1848 (...) que marca o princípio do colapso da cultura burguesa”, a partir de então a filosofia “literalmente ficou sem assunto”, segundo Arantes este drama poderia chamar-se “fim da filosofia, nascimento da filosofia profissional”. ARANTES, Paulo Eduardo: *O Fio da Meada Uma Conversa e Quatro Entrevistas sobre Filosofia e Vida Nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. Sobre o processo de formação das diferentes disciplinas das Ciências Humanas na Europa. Cf.: WALLERSTEIN, Immanuel (org.) *Para Abrir as Ciências Sociais*. São Paulo, Cortez Editora, 1996, Cap. I *A Construção Histórica das Ciências Sociais do Séc. XVIII até 1945* em particular p. 21ss. Sobre a nova relação existente entre a Filosofia e as Ciências neste mesmo período: SCHNÄDELBACH, Herbert, *German Philosophy: 1831-1933*. Cambridge University Press, 1984, em particular o Capítulo 3: *Ciência*.

3 Para uma periodização convergente a esta por nós utilizada, partindo, entretanto, de pressupostos diversos – figuras dos “intelectuais” característicos, cf.: DOMINGUES, Ivan. *Filosofia no Brasil Legados e Perspectivas*. op. cit. É importante destacar que todo processo de periodização, como sabemos, possui certa arbitrariedade; nossa proposta procurou conciliar, diferentes periodizações propostas pelos historiadores da educação e as características próprias ao ensino da filosofia no Brasil.

Institucionalização do Ensino de Filosofia no Brasil e Interpretações do Passado Nacional

- *I Período:* Período que vai desde 1556 – data de fundação do primeiro Colégio da Companhia de Jesus – até 1808/1827 quando são abertas as primeiras Faculdades de Ensino Superior no Brasil que correspondem a hegemonia da ideologia religiosa e das Instituições de ensino religioso.
- *II Período:* Período que se estende entre 1808/1827 e 1934 e corresponde a criação das primeiras instituições de Ensino Superior no Brasil; em particular, as Faculdades de Direito abertas de São Paulo e Recife em 1827 e que se referem a hegemonia da ideologia jurídica e as Instituições de formação de profissionais no Brasil (médicos, engenheiros e advogados).
- *III Período:* Período que corresponde a constituição e consolidação das Faculdades de Filosofia no Brasil entre 1934 e 1970, inicia-se com a fundação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em 1934 e conclui-se com o início dos Programas de Pós-graduação em Filosofia e que corresponde a um período de transição, aonde coexistem uma forte presença de professores formados nos aparelhos ideológicos religioso e jurídico hegemônicos anteriormente com a criação de diferentes cursos superiores e de instituições de ensino e pesquisa de filosofia e de conflito entre diferentes concepções.
- *IV Período:* Período correspondente a definitiva conclusão do processo de Institucionalização da filosofia no Brasil com a consolidação dos Programas de Pós-graduação em Filosofia.

Passamos agora a uma análise mais detalhada de cada um destes períodos e das principais características correspondentes a cada um deles⁴.

II

- *I Período:* O período que vai desde 1556 (data de fundação do primeiro Colégio da Companhia de Jesus até 1808 (a chegada da família real no Brasil e a criação de importantes instituições culturais no Rio de Janeiro) e 1827 quando são criadas as Faculdades de Direito de São Paulo e Recife. No interior deste período, podemos identificar a ruptura referente a expulsão dos jesuítas da colônia em 1759.

Nos dois primeiros séculos da colônia as principais instituições de ensino, onde estarão incluídas o ensino da filosofia, serão os Colégios Jesuítas e de outras ordens religiosas. É importante destacar,

⁴ Para uma problematização mais geral, consultar entre outros os seguintes artigos: KRAUSE, Dom Beda. Desenvolvimento e importância das Faculdades de Filosofia no plano educacional brasileiro de 1930 a 1950. In. *Kriterion* n° (V) 19-20, p.1-25; n° (V) 21-22, p.320-342; n° (VI) 23-24, p.77-107; n° (VI) 25-26, p.380-419. Belo Horizonte, 1952 e MORAES FILHO, Evaristo de. O ensino da Filosofia no Brasil. *Revista Brasileira de Filosofia*. Vol. IX (I), p. 18-29, São Paulo 1959.; MACIEL DE BARROS, Roque Spencer. O Ensino Secundário de Filosofia no Brasil. In. *Estudos Brasileiros*. Londrina: UEL, 1997, p.81-106).

que o ensino nos Colégios Jesuítas estava então disciplinado pelo *Ratio Studiorum*⁵, criado em 1586/1589 pelo general da Companhia de Jesus Cláudio Acquaviva e que regulamentava a formação em toda ordem jesuíta e, estava baseado nas autoridades de Aristóteles e Tomás de Aquino características da Segunda Escolástica. Ao ensino jesuíta se sucederam algumas experiências de particular interesse marcadas pelas reformas introduzidas pelo Marques de Pombal e pelo “iluminismo mitigado português” influenciado pela Ordem dos Oratorianos, como por exemplo, as aulas régias. Associada as ideias pedagógicas desta ordem foi a experiência do Seminário de Olinda criado por Azeredo Coutinho.⁶ Por fim, é importante destacar as modificações introduzidas com a vinda da família real para o Brasil, as quais estão associadas a criação de importantes instituições culturais na cidade do Rio de Janeiro; particularmente importante para a filosofia e seu ensino no Brasil foram os cursos de filosofia proferidas por Silvestre Pinheiro Ferreira no Real Colégio São Joaquim – futuro Colégio D. Pedro II – no Rio de Janeiro.⁷

- *II Período*: O segundo período, entre 1827 e 1934 corresponde a criação das primeiras instituições de Ensino Superior no Brasil; em 1827 são abertas as Faculdades de Direito de São Paulo e Recife e, também, outros cursos superiores (o de Medicina no Rio de Janeiro e em Salvador e a Escola Militar no Rio de Janeiro) que consolidaram a hegemonia do ensino isolado e profissional no Brasil por mais de um século. Em 1837 o Seminário S. Joaquim se transforma no Colégio D. Pedro II, instituição que desempenhará um papel de referência para o ensino de 2º grau em todo o país e, no qual serão titulares da cadeira de Filosofia alguns importantes personagens da história das ideias filosóficas no Brasil (por exemplo, o introdutor do romantismo no Brasil Domingos José Gonçalves de Magalhães, o crítico e historiador da literatura Sílvio Romero, o escritor Euclides da Cunha, o filósofo Raimundo Farias de Brito, Agliberto Xavier, entre outros).⁸ De particular importância para a filosofia e seu ensino no Brasil foram as Faculdades, em particular as de Direito; e, se a Faculdade de Direito de São Paulo, como destacou Miguel Reale, foi de grande importância

5 Sobre o *Ratio Studiorum*, consultar: FRANCA, Leonel, O método pedagógico dos jesuítas O *Ratio Studiorum*. Campinas: Kirion, 2019. Cf. igualmente, para uma análise do ensino dos jesuítas na colônia: SAVIANI, Dermeval. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007: Capítulo III: “A institucionalização da pedagogia jesuítica ou o *Ratio Studiorum* (1599-1759)”, p. 49-59.

6 Para uma análise do Seminário de Olinda, e em particular, para o seu ensino de Filosofia: Cf., ALVES, Gilberto Luiz. O Pensamento burguês no Seminário de Olinda (1800-1836). Ibitinga: Humanidades, 1993; Capítulo 3: “Os Estatutos e o Plano de Estudos do Seminário de Olinda”, 2.4: “O Ensino da Filosofia”, p.129-139.

7 Sobre Silvestre Pinheiro Ferreira, cf.: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Silvestre Pinheiro da Silva: Ideologia e Teoria. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1975, p. 37ss. e PAIM, Antonio. História das Ideias Filosóficas no Brasil, São Paulo: Convívio, 1987, em particular: Capítulo II: “Eclétismo esclarecido e primórdios do kantismo”, 1. “Silvestre Pinheiro Ferreira”, p. 253-280.

8 Para uma análise dos programas da disciplina de filosofia no Colégio D. Pedro II, cf. VECHIA, Ariclê e LORENZ, Karl Michael. Programa de Ensino da Escola Secundária Brasileira 1850-1951. Curitiba: Sem editora, 1998, em particular: p.3, 8-9, 35-36, 37, 40, 51-52, 54, 62, 64, 71-72, 87-88, 90-91, 105, 106-107, onde são reproduzidos os programas da disciplina de filosofia entre os anos 1850-1882; de 1898, p.185; de 1915, p.236-240 (programa especialmente importante por ter sido elaborado por Raimundo de Farias Brito); os de 1926, p.272-273, p.280-283, o de 1929, p.314-318 (os dois últimos programas, igualmente, relevantes por estarem assinados por Agliberto Xavier).

Institucionalização do Ensino de Filosofia no Brasil e Interpretações do Passado Nacional

para o desenvolvimento da filosofia em São Paulo⁹, foi entorno da Faculdade de Direito de Recife que se constituiu um dos movimentos filosóficos mais importantes do século XIX: a Escola de Recife, a qual pertenceram, entre outros, Tobias Barreto e Silvio Romero.¹⁰

Por fim, a partir da década de 1910, foram ensaiadas diversas tentativas de criar diferentes universidades no Brasil, entretanto, estas diferentes experiências anteriores a 1934/1935, se caracterizavam antes de tudo como reunião das três faculdades profissionais pré-existentes e não reservavam nenhum papel a pesquisa teórica e científica.¹¹ É digno de nota, fazer referência, que em 1908 os beneditinos de São Paulo dirigidos por Dom Miguel Kruse criaram a Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo, associada a Universidade de Louvain e que funcionou até 1937 (com uma interrupção entre 1918 e 1921) quando foi reconhecido pelo governo federal e enfim foi em 1946-1947 integrada a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.¹²

Antes de passarmos ao terceiro período do ensino da filosofia no Brasil, é importante nos determos em algumas características dos dois primeiros períodos analisados.

A primeira delas se refere a ausência de toda formação específica em ciências humanas e em filosofia no Brasil. Anísio Teixeira observa a este respeito:

Após esse curso secundário, o brasileiro, depois da Independência, não dispendo de outras escolas senão as profissionais superiores de Medicina, Direito e Engenharia, criadas pelos dois primeiros soberanos, perdeu qualquer oportunidade de estudos superiores de humanidades, letras ou ciências como disciplinas acadêmicas.¹³

As consequências desta ausência de uma formação específica em filosofia, trará graves consequências para o processo de formação filosófica, semelhante ao ocorrido em outras áreas das Ciências Sociais. Sobre esta ausência de uma formação específica em Ciências Sociais no Brasil, o historiador Nelson Werneck Sodré fez as seguintes observações esclarecedoras, que podem igualmente ser estendidas a filosofia:

9 REALE, Miguel. *Filosofia em São Paulo*. 2a. ed. São Paulo: Grijalbo, 1976.

10 PAIM, Antônio. *A Escola do Recife*. 3a. ed., Londrina: UEL, 1999.

11 SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da Comunidade científica no Brasil*. São Paulo – Rio de Janeiro: Companhia Editora nacional – FINEP, 1979.

12 Cf. o já citado artigo de Dom Beda Krause nos nº 19-20, p.20-21 e 25-26; p.382 e ss. da revista *Kriterion*. Consultar, igualmente o artigo: MUCHAIL, Sama Tannus. *Um passado revisitado – O curso de Filosofia da PUC/SP: 80 anos*. In. MUCHAIL, Sama Tannus. *Um passado revisitado – O curso de Filosofia da PUC/SP: 80 anos*. São Paulo: Educ, 1992, p.127-133.

13 TEIXEIRA, Anísio. *Ensino Superior no Brasil: Análise e Interpretação da sua evolução até 1969*. Rio de Janeiro: FGV, 1989, p. 72.

Institucionalização do Ensino de Filosofia no Brasil e Interpretações do Passado Nacional

Assim como os elementos formados nas escolas de engenharia constituíram-se, entre nós, por largo tempo, os que por falta de especialização, preencheram alguns vazios do campo científico ainda em esboço, tornando-se os nossos geógrafos, os nossos geólogos, os nossos economistas até, os elementos formados pelas escolas de direito preencheram uma outra espécie de vazio, aparecendo como historiadores, letrados, sociólogos, e também políticos, uma vez que o diploma fornecia a primeira credencial para a função eletiva. Que isso tivesse, no fim de contas, conduzido a distorções curiosas não é de espantar.¹⁴

Como observa, igualmente, Alzira Alves de Abreu, as instituições de ensino superior criadas após a década de 1930 foram decisivas para superar o autodidatismo até então existente nas Ciências Sociais no Brasil:

No Brasil, o ensino universitário das ciências sociais não pode ser atribuído a uma extensão dos cursos jurídicos, já que foi o resultado da criação de cursos específicos nas faculdades de filosofia de São Paulo e Rio de Janeiro na década de 1930. O ensino dos estudos sociais nas faculdades de direito permitiu a formação de especialistas em ciências sociais que se dedicavam, de forma autodidata, a esse ramo do conhecimento. Mas, quando esse ensino se instalou nas faculdades de filosofia, houve uma preocupação por parte dos sociólogos de se desvincular do jurisdicismo e mesmo de se opor ao formalismo jurídico.¹⁵

Veremos posteriormente, que a avaliação da vida cultural no Brasil efetuada por alguns membros da missão francesa envolvidos na fundação da USP, não se distanciavam da descrita acima. Seria interessante lembrar aqui, igualmente, um depoimento datado de 1935, do importante historiador polonês da filosofia e da estética Wladyslaw Tatarkiewicz com suas impressões redigidas, por ocasião de sua viagem ao Brasil, no qual ele faz curiosas observações sobre a vida filosófica na década de 1930.¹⁶

14 SODRÉ, Nelson Werneck. A ideologia do colonialismo seus reflexos no pensamento brasileiro. 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 1984, p.151.

15 ABREU, Alzira Alves de. A Ação política dos intelectuais do ISEB. In. TOLEDO, Caio Navarro (org.). Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 111-112. Sobre este problema, consultar igualmente, as opiniões já expressas por Manuel Alvarenga em um escrito de 1909 sobre o ensino superior no Brasil e reproduzidas no artigo anteriormente citado de MUCHAIL, Sama Tannus. Um passado revisitado – O curso de Filosofia da PUC/SP: 80 anos. op. cit., p.128-129.

16 TATARKIEWICZ, Wladyslaw, Filozofii w Brazylii (Filosofia no Brasil). In. Przegląd Filozoficzny, Ano XXXVIII, Warszawa, 1935, p.334-354.

Por fim, é importante destacar que nestes períodos de institucionalização do ensino da filosofia no Brasil, correspondem ao primeiro momento da evolução do pensamento filosófico no Brasil, caracterizado pela filosofia como forma de ideologia¹⁷, em particular a ideologia religiosa e jurídica. Desde seu início, como observou João Cruz Costa, a história das ideias filosóficas no Brasil foi marcada por um processo de recepção, adaptação e transformação das ideias filosóficas europeias comandadas por interesses práticos, no período analisado, desempenharam um papel hegemônico, primeiramente o aristotelismo – tomista nos séculos XVI - XVIII e depois no século XIX o espiritualismo eclético e o positivismo.

- *III Período:* Este período corresponde a constituição e consolidação das Faculdades de Filosofia no Brasil entre 1934 e 1970, inicia-se com a fundação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em 1934 e conclui-se com o início dos programas de Pós-graduação em Filosofia. Na década de 30, foram criados além do Curso de Filosofia da FFCL-USP, entre outros, os seguintes cursos: 1935 – Universidade do Distrito Federal transformado em 1937 na Faculdade Nacional de Filosofia (FNF), em 1939 a Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais e, por sua vez na década de 1940 o curso de Filosofia da UFRGS.¹⁸

O mesmo Anísio Teixeira destacou a importância decisiva destas faculdades para o desenvolvimento do ensino no Brasil:

A introdução da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras tinha em vista o estudo especializado, em nível superior, desses campos de cultura desinteressados e não propriamente profissional. Viria a substituir o autodidatismo antes reinante nesses estudos. (...) representavam real acréscimo ao ensino superior existente no país. (...) Não logrou a nova universidade cumprir a sua ambiciosa missão. Deste modo, mesmo depois da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e da reformulação da universidade em 1930, persistiu a tradição da escola superior independentes e autossuficiente e da universidade do tipo confederação de escolas profissionais.¹⁹

17 Michel Debrun, seguindo as referências de João Cruz Costa, afirmará que os sistemas filosóficos ou filosofias políticas no Brasil “constituem ideologias no sentido lato”. Cf. DEBRUN, Michel. A compreensão ideológica da História. In. Revista Brasiliense, n° 46, São Paulo, 1963, p.97, nota 1.

18 Para maiores informações sobre a filosofia no Rio Grande do Sul, cf.: FIORI, Ernani Maria. A Filosofia no Rio Grande do Sul. In. FIORI, Ernani Maria. Metafísica e História. Porto Alegre: L&PM, 1987; STEIN, Ernildo. Análise de diversas perversões (Paul Klee) – O provincial como fábula do mundo. In. Debates Filosóficos. IV Simpósio Nacional da SEAF. Rio de Janeiro, n. 2, 1981, p.8-19.

19 TEIXEIRA, Anísio. Ensino Superior no Brasil: Análise e Interpretação da sua evolução até 1969. op. cit. p.106-107.

Entretanto, o impacto renovador da criação destas faculdades não se manifestou de forma imediata, o clima político geral da segunda metade dos anos 1930 terá, como observou Maria de Lourdes Fávero, fortes consequências para o futuro desenvolvimento das Faculdades de Filosofia no Brasil:

A partir do Golpe de 1937, as pressões políticas sobre as instituições universitárias não apenas haviam alterado os rumos da USP, esvaziando a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e fechando a Universidade do Distrito Federal, mas todas as instituições de ensino superior no país passaram a ser ordenadas por meio de uma legislação de cima para baixo, legislação esta, cuja tônica era a inibição de novas formulações ou de diferentes propostas que fugissem ao modelo consagrado pelo Ministério de Educação e Saúde.²⁰

Foram igualmente criados neste período dois Institutos que se ocuparam do ensino e da pesquisa em Filosofia, com a promoção de cursos, seminários, congressos e publicações; em São Paulo o Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF) em 1949 e que funciona até hoje e no Rio de Janeiro, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) criado em 1955 e fechado em 1964. Em 1959 o Brasil já possuía 50 Faculdades de Filosofia.

Podemos identificar as seguintes características do período: i) ritmo desigual de institucionalização do ensino da filosofia, por exemplo, na FFCL-USP ela se dará de uma forma bem mais rápida que nas outras instituições, como na FNFi que localizada na capital federal, encontrava-se sujeita a uma constante intervenção do poder federal; ii) presença de professores estrangeiros, na FNFi foram professores os franceses Etienne Souriau e Emile Bréhier, na USP a importância dos professores franceses, foi bem mais marcante, ensinaram Martial Gueroult, Jean Maugué, Gilles Gaston Granger, entre outros. A influência francesa nesta faculdade se consolidou ainda mais através da vinda de professores visitantes e da concessão de bolsas de estudo para os professores da FFCL-USP concluírem a sua formação nas Universidades francesas²¹, iii) elevado número de professores originários das Faculdades de Direito e de Seminários Católicos²² iv) influência decisiva dos professores de orientação tomista,²³ v) politização

²⁰ FÁVERO, Maria de Lourdes. *Universidade & Poder análise crítica/fundamentos históricos: 1930 – 1945*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980, p.101.

²¹ Sobre a presença dos professores franceses na USP cf. ARANTES, Paulo Eduardo. *Um departamento francês de ultramar Estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana*, São Paulo: Paz e Terra, 1994. Retornaremos, ainda, a este problema no Capítulo III.

²² Sobre a presença de professores oriundos das Faculdades de Direito, afirma o professor Ernani Fiori: “Ainda em 59, se não me engano no Segundo Congresso Brasileiro de Filosofia, do qual participei, inclusive como vice-presidente do Congresso fizemos um levantamento e verificou-se que a quase totalidade dos filósofos presentes tinham saído das faculdades de Direito. FIORI, Ernani Maria. *A Filosofia no Rio Grande do Sul*. op. cit., p.296.

²³ Perguntado sobre o processo de instalação das faculdades de filosofia nas Universidades Federais Gerd Bornheim afirma: “acho que têm o mesmo vício de base, o tomismo. Porque foram os padres que começaram a dar aula. E os cursos funcionavam muitas vezes como uma espécie de prolongamento dos seminários, pois os professores eram fundamentalmente os mesmos”. NOBRE, Marcos e REGO, José Márcio. *Conversas com filósofos brasileiros*.

crescente dos quadros universitários, uma das consequências desta politização será por um lado a importância assumida pelos temas políticos²⁴, este engajamento conduzirá a cassação entre 1964 e 1968 de inúmeros professores, por exemplo na FFCL-USP e na Faculdade de Filosofia da UFRGS, o próprio funcionamento destes departamentos de filosofia ficaram em perigo de fechamento devido ao grande número de professores aposentados de forma compulsória; vi) a graduação em filosofia é ainda compartilhada com outros cursos superiores (em especial o Direito); vii) este período será marcado ainda por um forte autodidatismo e, encontramos entre os professores deste período, alguns precursores que lançarão os fundamentos para o período posterior; cabe enumerar aqui alguns destes professores que desempenharam este importante papel: Ernani Maria Fiori na UFRGS, Arthur Versiani Vellôso na UFMG, Álvaro Vieira Pinto na UFRJ, João Cruz Costa e Lívio Teixeira na USP.

Neste período, como veremos mais detalhadamente nos Capítulos da Parte II, a filosofia aparecerá como uma tentativa de criar uma autoconsciência do passado brasileiro; podemos enumerar como exemplos do período, as concepções que se constituirão em torno de três instituições: FFCL-USP, IBF e ISEB²⁵. Em torno destas se elaborarão três distintos projetos de interpretação do passado nacional: i) a “esquerda transcendental” da FFCL-USP, que pressupunha que suas técnicas filosóficas mais rigorosas corresponderiam a posições políticas mais avançadas²⁶; ii) a “direita do IBF” que elaborou uma visão positiva e apologética do passado nacional aonde a noção de conciliação ocupa um lugar central²⁷ e iii) o “nacionalismo existencialista” do ISEB que queria fornecer um fundamento filosófico ao nacional-desenvolvimentismo.²⁸

São Paulo: Editora 34, 2000, p.55.

24 Ernani Maria Fiori se refere da seguinte maneira sobre a importância assumida pelas questões políticas: “quero ser absolutamente honesto nestas informações; era toda uma geração que, não só afinava muito na sua concepção de vida, na sua concepção de mundividência, incluindo todos os aspectos e sobrelevando, entre todos, o aspecto religioso, e que evoluiu, acompanhando a história política do Brasil. Quero assinalar isso: que era um grupo realmente ideologizado, e que refletia, nas suas posições, o desenvolvimento da nossa história, da década de 30 até a década de 60.” FIORI, Ernani Maria. *A Filosofia no Rio Grande do Sul*. op. cit., p.287-288. Por sua vez, Guido Antônio de Almeida professor de filosofia na UFRJ, que desempenhará um importante papel no processo de definitiva institucionalização da filosofia a partir da década de 70 se refere da seguinte maneira a importância da política nos anos 60: “quanto à minha formação o que foi decisivo para a minha formação intelectual fez-se inicialmente por meio da política, quero dizer, do interesse pelas questões políticas. Não continua assim, mas esse foi o passo inicial e isso não ocorreu somente comigo, mas com grande parte da minha geração.” NOBRE, Marcos e REGO, José Márcio. *Conversas com filósofos brasileiros*. op. cit., p.227.

25 ARANTES, Paulo Eduardo. Um departamento francês de ultramar. op. cit., p.88-107. Uma tipologia análoga é oferecida por Leandro Konder quando ele analisa os historiadores brasileiros nos anos cinquenta: KONDER, Leandro. *História dos intelectuais nos anos cinquenta*. In. FREITAS, Marcos César. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto- USF, 1998, p.355-374. Retornaremos, detalhadamente, a este problema na introdução da Parte II.

26 PRADO JÚNIOR, Bento. *O problema della filosofia in Brasile*. In. *Aut-Aut*, n°109-110, Milano 1969, p.104. Por sua vez, José Arthur Giannotti em seu depoimento à NOBRE e REGO, afirma: “Desde as nossas raízes francesas, nós desenvolvemos a tática de não nos envolvermos diretamente em debates com coisas brasileiras: seríamos diferentes, fariamos outro tipo de filosofia, e esse outro tipo iria se espalhando como mancha de óleo.” NOBRE, Marcos e REGO, José Márcio. *Conversas com filósofos brasileiros*. op. cit., p.99.

27 REALE, Miguel. *A Filosofia em São Paulo*. 2ªed., São Paulo: Grijalbo, 1976. Uma concepção da história do Brasil próxima ao IBF foi elaborada por MERCADANTE, Paulo em seu livro *A Consciência Conservadora no Brasil*. 2ªed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

28 Sobre o ISEB, cf. entre outros: TOLEDO, Caio Navarro. *ISEB: Fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1977.

Para compreender este período do desenvolvimento da filosofia no Brasil e o seu papel desempenhado neste momento histórico, pode nos ser útil as observações feitas por Ernest Gellner em seu livro *Nação e Nacionalismo*²⁹, onde o autor põe em evidência as relações existentes entre a sociedade, o estado (no seu papel de criador e protetor das organizações culturais superiores), a cultura e as ideologias nacionalistas no período de passagem de uma sociedade agrária a uma sociedade industrial.

- *IV Período:* Conclusão do processo de Institucionalização da filosofia no Brasil. Este período se caracteriza pela: i) criação dos programas de pós graduação em filosofia a nível de Mestrado e Doutorado em filosofia, ii) a criação e fortalecimento da ANPOF (Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia) com a realização periódica, desde 1984, de Encontros Nacionais da ANPOF, aonde são apresentados os principais resultados da pesquisa em filosofia realizada no Brasil; iii) consolidação de um mercado editorial, a publicação da Coleção *Os Pensadores*³⁰, representará um verdadeiro marco inicial, iv) diminuição crescente do engajamento político³¹, a criação em 1976 da Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas (SEAF)³² e da ANPOF como forma de organização dos filósofos representaram uma etapa importante nesta passagem. A este período corresponderá o momento da filosofia como filosofia acadêmica regida por temas e critérios próprios.

Tentamos indicar, neste capítulo que o engajamento ideológico, sob diferentes formas, acompanhou a evolução da Filosofia no Brasil, assumindo uma importância central, para a tentativa de elaborar, diferentes projetos de nação. Com a definitiva institucionalização da filosofia como atividade acadêmica, o referido engajamento tendeu a desaparecer, dando lugar a uma concepção profissional de exercício da filosofia.

É justamente a análise deste processo retardatário de constituição das disciplinas acadêmicas no Brasil que nos permitirá identificar alguns traços específicos da reflexão filosófica no Brasil. Na sequência nos deteremos em algumas características específicas da história da filosofia no Brasil no período anterior a 1930, para nos próximos capítulos analisarmos o processo de formação das referidas instituições.

²⁹ GELLNER, Ernest. *Narody i nacionalizm*. Varsóvia: PIW, 1991.

³⁰ Sobre a constituição de um mercado editorial de livros filosóficos consultar as observações de ARANTES, Paulo Eduardo em Fio da Navalha, op.cit., p.307-309.

³¹ Sobre a crescente diminuição do engajamento político na reflexão filosófica cf. o depoimento, anteriormente citado, de Guido Almeida à NOBRE, Marcos e REGO, José Márcio. *Conversas com filósofos brasileiros*. op. cit., p.234-235.

³² PEGORARO, Olinto Antonio. *Identidade da SEAF*. In. *Debates Filosóficos*. IV Simpósio Nacional da SEAF. Rio de Janeiro, n. 2 1981, p.1-7.

III

Antes, porém de iniciarmos esta exposição, se faz necessário uma breve digressão sobre a especificidade de nosso objeto. Se por um lado, nossa investigação se concentra no Brasil e no período em questão, temos fortes indícios de que o exemplo brasileiro não é, de maneira nenhuma, uma anomalia processual, mas ao contrário, guarda semelhança com outros países retardatários, nos quais a filosofia esteve por motivos históricos estreitamente relacionada com a história social e política e nos quais também a filosofia se constituiu como disciplina autônoma com relativo atraso. A presença maior ou menor de uma ou outra característica em comum podem ser encontradas nos diferentes países da América Latina, como também em alguns países da Europa Oriental (por exemplo: Polônia e Rússia). Faz-se necessário, entretanto, efetuar uma longa investigação para não perdermos de vista a especificidade de cada região ou país em questão.

Desde o seu início, a história da filosofia no Brasil – como observou João Cruz Costa – foi uma história de recepção, adaptação e transformação (e mesmo deformação) das ideias filosóficas europeias, em grande medida, comandadas por interesses pragmáticos e ligados a diferentes instituições e organizações. Em sua grande maioria os “momentos” de recepção do pensamento europeu no Brasil representaram ecos maiores ou menores, reflexos atrasados ou não, de movimentos que tiveram em algum momento na moda em seus países de origem. Durante a colônia, após a segunda escolástica transplantada pela Companhia de Jesus (que tinha na Universidade de Coimbra um importante centro e se destacavam as figuras de Pedro Fonseca e do conjunto de autores que elaboraram o *Cursus Philosophicus Conimbrensis* – um comentário de diferentes obras de Aristóteles); um interregno iluminista (Luís Antônio Verney – membro da ordem do Oratório – com as características específicas de um “iluminismo mitigado” que desempenhou um importante papel nas reformas do ensino universitário português) e com a vinda da família real ao Brasil, do destacado político e professor de Filosofia no Real Colégio de São Joaquim no Rio de Janeiro, Silvestre Pinheiro Ferreira. Após a Independência sucedem-se distintas correntes filosóficas europeias, o ecletismo (representado, por exemplo, por Frei Francisco de Mont’Alverne membro da Ordem dos Franciscanos e professor de Filosofia e Retórica, conhecido igualmente como um destacado orador religioso, Domingos José Gonçalves de Magalhães (escritor romântico – um dos introdutores do Romantismo no Brasil, professor de Filosofia no Colégio D. Pedro

II, Antônio Pedro de Figueiredo – “Cousin Fusco” – tradutor de Victor Cousin foi, também, jornalista no Recife e entrou em contacto com o Socialismo utópico francês, entre outros); o evolucionismo (entre outros, Domingos Guedes Cabral, professor na Faculdade de Medicina da Bahia e José Araújo Ribeiro – Visconde do Rio Branco – político do Império); a Escolástica (entre os quais José Afonso de Mores Torres bispo emérito de Belém do Pará e José Soriano de Souza professor na Faculdade de Direito do Recife); o positivismo (representado, entre outros, por Benjamin Constant Botelho de Magalhães, professor na Escola Militar do Rio de Janeiro, ministro da Educação da República, que desempenhou um importante papel na difusão das ideias positivistas e republicanas no Brasil, Luís Pereira Barreto – médico, político e jornalista procurou oferecer uma interpretação positivista da história do Brasil e, os representantes do Positivismo Ortodoxo: Miguel Lemos e Teixeira Mendes dirigentes do Apostolado Positivista no Brasil); o germanismo e a filosofia da Escola do Recife (em particular as importantes figuras de Tobias Barreto, professor na Faculdade de Direito do Recife e editor de um jornal em língua alemã em Escada em Pernambuco e Silvio Romero autor de importantes obras de crítica e história da literatura no Brasil – autor de um dos primeiros livros sobre a História da Filosofia no Brasil, foi também professor de Direito e no Colégio D. Pedro II); a Reação Espiritualista (por exemplo, Raimundo Farias Brito, Professor de Direito no Pará e de Filosofia no Colégio D. Pedro II – João Cruz Costa o considerou como o primeiro filósofo profissional no Brasil e Jackson de Figueiredo – um dos fundadores da Revista *A Ordem* e do Centro Don Vital que exerceram uma forte influência de um catolicismo conservador junto a inteligência brasileira) e, por fim, o Tomismo (Leonel Franca membro da Companhia de Jesus e um dos fundadores da Faculdade de Filosofia da futura PUC do Rio de Janeiro).

Por fim, podemos enunciar algumas características deste processo evolutivo anterior a 1930:

- i) A filosofia no Brasil foi uma sequência de recepção de diferentes tendências e sistemas filosóficos europeus e posteriormente norte-americanos que se encontravam, na moda em seus países de origem. A adesão a uma dessas escolas, na maioria das vezes, estava limitada pelo conhecimento das línguas estrangeiras.³³
- ii) Ausência no Brasil de uma seriação entre as ideias. Inexiste uma ligação genética entre elas, uma ideia não está encadeada com a outra em uma sequência lógica, o que acarreta constantemente um retorno da reflexão ao ponto de partida.³⁴

33 Leandro Konder identifica quatro movimentos possíveis de “transmigração de ideias”: i) graças aos imigrantes europeus que vinham “fazer a América”; ii) os europeus que vinham de passagem pela América; iii) os sul-americanos que iam para a Europa e tomavam contacto com diferentes ideias e iv) o movimento de importação de livros e jornais”. KONDER, Leandro. *A Derrota da Dialética: A recepção das ideias de Marx no Brasil até o começo dos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1988, p.50-52.

34 ROMERO, Silvio. *Obra Filosófica (Introdução e Seleção de Luís Washington Vita)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969, p.32 e JAGUARIBE, Hélio. *A Filosofia no Brasil*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957, p.18. Este mesmo traço, foi observado para a evolução da literatura no Brasil por Antônio Cândido, quando afirma que a grandeza de Machado de Assis consiste justamente em ter superado este traço característico da cultura nacional. Retornaremos, detalhadamente, a esta questão no próximo capítulo. CÂNDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira: Momentos decisivos*. Vol. II,

- iii) As “obras filosóficas” aqui produzidas foram, na maioria das vezes, caracterizadas por títulos e conteúdos introdutórios.
- iv) Como já citado anteriormente, o caráter não especializado de uma formação profissional na área da filosofia, marcada por um autodidatismo e diletantismo; em grande parte dos autores, a preocupação com a filosofia era uma atividade ao lado de muitas outras.³⁵
- v) Uma parte significativa das filosofias recebidas no Brasil são, hoje em dia, praticamente desconhecidas em seus países de origem e ocupam um lugar marginal nos manuais de história da filosofia.
- vi) Uma grande parte das influências recebidas, e de sua difusão entre nós, estão associadas à influência de movimentos organizados: por exemplo, o tomismo à Igreja Católica; o positivismo ortodoxo ao Apostolado Positivista; Krause e o Krausismo a Maçonaria; e o Marxismo aos Partidos Comunistas e demais organizações de esquerda.
- vii) Uma tendência histórica à politização da filosofia (como da literatura e outras atividades intelectuais) foi uma constante no passado brasileiro. Tendência esta, entretanto, que após a definitiva institucionalização das disciplinas acadêmicas no Brasil, levou a uma gradual diminuição do engajamento político da Filosofia e das Ciências Humanas.
- viii) Um abismo entre os intelectuais e o processo histórico do país, o que acarreta um “sistema de impropriedades e ambiguidades” que, por sua vez, conduzem a um grande número de “bizarrices e esquisitices”.

6ª ed., Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1981, p.117-118.

35 A tradição das escolas profissionalizantes isoladas (Direito, Medicina e Politécnica) e das Ordens Religiosas agravaram, ainda mais, esta tendência.

CAPÍTULO II

Notas sobre a Institucionalização do Ensino de Filosofia no Brasil

Procuraremos neste capítulo, por um lado, problematizar algumas questões associadas ao conceito de recepção na História das Idéias no Brasil e tentar indicar como ele está estreitamente associada a questão dos deslocamentos de significado existentes entre o lugar ocupado pelas diferentes concepções teóricas no interior da totalidade social na qual foi criada e do lugar ocupado na totalidade dentro da qual foi recebida. Sublinharemos a recorrência destas questões e procuraremos mostrar que esta recorrência pode ser entendida a partir do conceito de repetição; e por fim, tentaremos mostrar que esta repetição é um sintoma, a manifestação de um problema real, ou seja, a não solução dos problemas reais.

Como vimos, anteriormente, a evolução das ideias filosóficas no Brasil não pode ser dissociada do processo de institucionalização do Ensino da Filosofia como disciplina acadêmica e, este processo de institucionalização da Filosofia – e das outras disciplinas das Ciências Humanas – ocorreu no Brasil, aproximadamente um século depois do ocorrido na Europa³⁶. Esta “institucionalização retardatária” conduziu a constituição da filosofia em disciplina acadêmica antes que ela tivesse se constituído como uma atividade teórica autônoma. A este “atraso” está associado uma tendência a um certo “sincretismo”³⁷ da Filosofia e de outras disciplinas das Ciências Humanas com outras áreas do conhecimento e, assim como a já vista tendência a uma constante politização, que marcaram a evolução das ideias filosóficas no Brasil.

Ao lado destas referidas características, é importante destacar as observações de Antônio Cândido, que em uma síntese da evolução da literatura brasileira entre 1900 a 1945, delimitou uma outra característica decisiva desta mesma problemática: “se fosse possível estabelecer uma lei de evolução da nossa vida espiritual, poderíamos talvez dizer que toda ela se rege pela dialética do localismo e do

³⁶ Sobre esta questão, conferir as obras já citadas anteriormente: cf.: WALLERSTEIN, Immanuel (org.). Para abrir as Ciências Sociais. op. cit., Cap. I: “A Construção Histórica das Ciências Sociais do Séc. XVIII até 1945” e SCHNÄDELBACH, Herbert. German Philosophy 1831 –1933 op. cit.

³⁷ Sobre a existência de um certo “sincretismo teórico” nas diferentes disciplinas das Ciências Humanas no Brasil, consultar as observações desenvolvidas por Antônio Cândido referentes a Sociologia no Brasil: CÂNDIDO, Antônio. Sociologia no Brasil. In. Enciclopédia Delta Larousse, Vol. IV. Rio de Janeiro, 1964, p.2118 e 2123.

cosmopolitismo, manifestada de modos mais diversos.”³⁸ E acrescenta algumas linhas adiante: “O intelectual brasileiro, procurando identificar-se a esta civilização, se encontra todavia ante particularidade de meio, raça e história, nem sempre correspondentes aos padrões europeus que a educação lhe propõe, e que por vezes se elevam em face deles como elementos divergentes aberrantes.”³⁹ Como resultado das relações entre o externo e o interno, se constituíram, segundo o referido autor, uma tensão dialética entre uma substância local e uma forma herdada da tradição européia.

A partir desta última característica geral, tentaremos primeiramente exemplificar a presença da ideia – ou melhor ideias – de recepção na cultura brasileira, para em um segundo momento identificar as eventuais contradições que surgiriam entre as ideias européias e a realidade nacional ao longo deste processo, para em um último momento, tematizar estas questões a partir do conceito de repetição, tal como foi desenvolvido por Paul Laurent Assoun.

Para uma análise do problema da recepção e da adaptação de teorias na História das Ideias no Brasil, e de suas consequências, questão que preocupou inúmeros historiadores da cultura brasileira, entre os quais podemos entre outros destacar: Sílvio Romero, Antônio Cândido, Hélio Jaguaribe, João Cruz Costa e, mais recentemente, Roberto Schwarz e Paulo Eduardo Arantes. Sílvio Romero, que como afirmou Antônio Cândido foi o fundador da moderna crítica no Brasil; o segundo, o próprio Antônio Cândido e, por fim, em Roberto Schwarz, um dos principais críticos contemporâneos, e que foi uma presença marcante nos debates teóricos, a partir do final da década de 1970, com sua concepção de “ideias fora do lugar”. O nosso recurso metodológico por privilegiar os críticos e historiadores da literatura se justifica, pelo fato da literatura e da crítica literária terem alcançado no Brasil, uma densidade teórica que não foram alcançadas pelas outras disciplinas teóricas, e portanto, esta pode servir de modelo à História das Ideias como um todo.

Referindo-se a tensão entre o particular e o universal, resultante da recepção de ideias européias no Brasil, que vinha se constituído como objeto de atenção, desde o final do século XIX, por Sílvio Romero que referindo-se a pouca densidade do pensamento filosófico entre nós, afirmou, em uma passagem já tornada clássica:

Na história do desenvolvimento espiritual no Brasil há uma lacuna a considerar: a falta de seriação nas ideias, a ausência de uma genética. Por outros termos: entre nós um autor

³⁸ CÂNDIDO, Antônio. Literatura e Cultura de 1900 a 1945 (Panorama para estrangeiros). In. CÂNDIDO, Antônio. Literatura e Sociedade. 7ª. ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985, p.109.

³⁹ Idem. p.110.

não procede de outro; um sistema não é uma consequência de algum que o precedeu. É uma verdade afirmar que não temos tradições intelectuais no rigoroso sentido. Na história espiritual das nações cultas cada fenômeno de hoje é um último elo de uma cadeia; a evolução é uma lei (...).⁴⁰

Após citar o exemplo do desenvolvimento da Música e da Filosofia na Alemanha, contrapõe a ele a situação em nosso país:

Neste país ao contrário, os fenômenos mentais seguem outra marcha; o espírito público não está ainda criado e muito menos o espírito científico. A leitura de um escritor estrangeiro, a predileção por um livro de fora vem decidir da natureza das opiniões de um autor entre nós. As ideias dos filósofos, (...) , não descendem umas das dos outros pela força lógica dos acontecimentos. Nem, talvez, se conheçam uns aos outros na maioria dos casos e, se se conhecem, nenhum aproveitou do antecessor. (...) Que laço os prende? Não sei. É que a fonte onde nutriam suas ideias é extranacional. Não é um prejuízo; antes equivale a uma vantagem.⁴¹

Sílvio Romero, na passagem acima, enumera diferentes aspectos do problema em questão; a ausência de uma seriação na evolução das ideias, a pouca densidade das reflexões filosóficas, a ausência de diálogo entre os autores e, por fim, a recepção das teorias européias. Entretanto, segundo a sua concepção fortemente marcada pelo evolucionismo, a referida situação, antes de representar um problema era entendida como uma vantagem, pois permitiria que os diferentes autores se elevassem acima do seu meio social e adquirissem as últimas conquistas alcançadas pelos povos civilizados. Na Introdução à sua principal obra *História da Literatura no Brasil*, refere-se à imitação estrangeira como um dos cinco fatores determinantes da formação de nossa literatura, ao lado dos portugueses, do negro do índio e do meio físico, que poderiam ser reduzidos a três: o meio – a natureza americana (geologia, clima, fisiologia), as raças e a imitação das ideias estrangeiras. Para ele todo problema histórico e literário no Brasil deveria ser analisado a partir de um duplo ponto de vista, o universal (a influência do momento europeu) e o particular (a influência do meio nacional).⁴²

40 ROMERO, Sílvio. A Filosofia no Brasil: Ensaio Crítico. In. ROMERO, Sílvio. Obra Filosófica (Introdução e Seleção de Luís Washington Vita). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969, p.32.

41 Idem Idem.

42 Cf. ROMERO, Sílvio. *História da Literatura no Brasil*, Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, Parte I: Fatores da Literatura Brasileira, p.51-152 e Parte IV: Conclusões Gerais, p.266-315.

Se, para o Sílvio Romero, o problema da recepção das ideias e da ausência de seriação, como vimos acima, não se apresentava, ainda, como um problema, por outro lado, para Antônio Cândido, em meados do século XX, a superação deste traço característico de nosso processo evolutivo assume uma importância decisiva e é, segundo ele, uma das razões que contribuem para explicar a grandeza de Machado de Assis:

Se voltarmos, porém as vistas para Machado de Assis, veremos que esse mestre admirável se embebeu meticulosamente da obra dos predecessores. (...) Ele pressupõe a existência dos predecessores, e esta é uma das razões da sua grandeza: uma literatura em que, a cada geração, os melhores recomeçam da capo e só os mediócrs continuam o passado, ele aplicou o seu gênio em assimilar, aprofundar, fecundar o legado positivo das experiências anteriores. Este é o segredo da sua independência em relação aos contemporâneos europeus. (...) Por isso, é o escritor mais brasileiro que jamais houve, e certamente o maior.⁴³

Machado de Assis representa, portanto, um exemplo da possibilidade de uma síntese entre o particular e o universal, e justamente nisso reside a sua grandeza. O seu exemplo não representa, entretanto, o traço paradigmático de nosso desenvolvimento cultural, antes uma exceção.

A questão do constante retorno, por parte de cada geração ou autor, ao ponto de partida foi igualmente analisado por Hélio Jaguaribe em seu pequeno livro dedicado à Filosofia no Brasil:

A superestrutura espiritual do país, representada pela intelligentsia da classe média, tinha sua educação prejudicada pela absoluta carência de atualidade histórica. Quando, superadas as influências da educação, os intelectuais brasileiros se esforçavam em alargar seus horizontes, enfrentaram sempre a necessidade de transcender o Brasil e de ir buscar, na Europa, as fontes de cultura que aqui lhes faltavam. Tornava-se impossível, assim, a formação de uma tradição cultural brasileira. Cada geração repetia, a partir do marco zero, o esforço da geração anterior e ia buscar ideias na Europa.⁴⁴

Retomando, a partir de um universo teórico totalmente distinto, uma concepção largamente difundida na história das ideias no Brasil (presente por exemplo em Oliveira Viana e Alberto Torres

43 CÂNDIDO, Antônio. Formação da Literatura Brasileira: Momentos decisivos, Vol. II.. op. cit., p.117-118.

44 JAGUARIBE, Hélio. A Filosofia no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1957, p.18.

entre outros), Roberto Schwarz vai analisar a disparidade existente entre a sociedade brasileira e as ideias europeias. Partindo de uma observação de Sérgio Buarque de Holanda, que afirmava: “Trazendo de países distantes nossas formas de vida, nossas instituições e nossa visão do mundo e tímbrando em manter tudo isso em ambientes muitas vezes desfavorável e hostil, somos uns desterrados em nossa própria terra,”⁴⁵ Schwarz passa a analisar o deslocamento existente entre ideias originárias do liberalismo europeu e a realidade escravista brasileira aonde a prática do favor – como uma prática de dependência pessoal – ocupava um lugar central.⁴⁶ O crítico de Machado de Assis observa: “embora a relação produtiva fundamental, a escravidão não era o nexo efetivo da vida ideológica. A chave desta era diversa. Para descrevê-la é preciso retomar o país como um todo”.⁴⁷ Uma vez existindo este deslocamento de sentido entre ideias européias e realidade nacional, Schwarz mostrará que o conceito de ideologia (entendido como falsa consciência) como tal não pode ser plenamente aplicado, uma vez que esta nem mesmo descreve a realidade nacional, e se faz necessário designá-la como ideologia de segundo grau; portanto, nem mesmo o teste da realidade e da coerência parece ser decisivo.⁴⁸

Schwarz introduz, em sua análise, o conceito de dependência, desenvolvido naquele momento por inúmeros economistas e cientistas sociais brasileiros e latino-americanos (podemos aqui nos restringir aos nomes de Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso como dois exemplos distintos e extremos desta teoria).

Schwarz afirma:

O ritmo de nossa vida ideológica, no entanto, foi outro, também ele determinado pela dependência do país: a distância acompanhava os passos da Europa. Tanto a eternidade das relações sociais de base quanto a lepidéz ideológica das “elites” eram parte – a que nos toca – da gravitação deste sistema por assim dizer solar, e certamente internacional que é o capitalismo. Em conseqüência, um latifúndio pouco modificado viu passarem as maneiras barrocas, neoclássica, romântica, naturalista, modernista e outras, que na Europa acompanharam e refletiram transformações imensas na ordem social.⁴⁹

Como afirma o autor, esta situação dará origem, a um “sistema de impropriedades” ou “sistema de ambiguidades”, a um sentimento de “desconcerto;” e indica de uma maneira sistemática a persistência

45 HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 22ª. ed., Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1991, p.15.

46 SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas*. 3ª. ed., São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1988, p.13-14.

47 Idem. p.15-16.

48 Idem. p.17-18.

49 Idem. p.21-22.

destes aspectos na cultura brasileira: “a sensação que o Brasil dá de dualismo e fictício – contrastes rebarbativos, desproporções, disparates, anacronismos, contradições, conciliações e o que for – combinações que o modernismo, o Tropicalismo e a Economia Política nos ensinaram a considerar.”⁵⁰ E, concluindo sua argumentação, afirma: “Ao longo de sua reprodução social, incansavelmente o Brasil põe e repõe ideias européias, sempre em sentido impróprio.”⁵¹

Aproximadamente dez anos após, Schwarz retomará esta mesma problemática, propondo como que um balanço:

Brasileiros e latino-americanos fazemos constantemente a experiência do caráter postiço, inautêntico, imitado da vida cultural que levamos. Essa experiência tem sido um dado formador de nossa reflexão crítica desde os tempos da Independência. Ela pode ser e foi interpretada de muitas maneiras, por românticos, naturalistas, modernistas, esquerda, direita, cosmopolitas, nacionalistas etc., o que faz supor que corresponda a um problema durável e de fundo. Antes de arriscar uma explicação a mais, digamos portanto que o mencionado mal-estar é um fato.⁵²

Criticando Sílvio Romero, o estudioso da obra de Machado de Assis vai mostrar que o problema não consiste na “ideologia da cópia cultural” mais é antes de tudo um problema de nossa formação histórica:

A discrepância entre os “dois Brasis não é produzida pela veia imitativa, como pensava Sílvio e muitos outros, nem marca um curto momento de transição. Ela foi o resultado duradouro da criação do Estado Nacional sobre base de trabalho escravo, a qual por sua vez, com perdão da brevidade, decorria da Revolução Industrial inglesa e da conseqüente crise do antigo sistema colonial, quer dizer, decorria da história contemporânea. Assim, a má-formação brasileira, dita atrasada, manifesta a ordem da atualidade a mesmo título que o progresso dos países adiantados.⁵³

Antes de concluirmos a questão analisada é importante lembrar aqui, a concepção desenvolvida por Wanderley Guilherme dos Santos em seu artigo “Paradigma e História: A Ordem burguesa na

50 Idem. p.19.

51 Idem. p.24.

52 SCHWARZ, Roberto. Nacional por Subtração. In. SCHWARZ, Roberto. Que Horas São? Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.29.

53 Idem. p.45.

imaginação social brasileira⁵⁴; no qual o autor elabora uma periodização das Ciências Sociais no Brasil, utilizando a noção de “percepção dicotômica da realidade”, que, segundo ele, seria o paradigma dominante nas reflexões sociais no Brasil no período aberto com a proclamação da República e concluído com o golpe militar de 1964; a este paradigma pertenceriam a grande maioria das obras de interpretação da realidade brasileira do referido período, que tem seu início com o escritor Euclides da Cunha e que prolonga-se com diferentes matizes nas obras de Alberto Torres, Oliveira Vianna, entre outros, até chegar ao ISEB.⁵⁵

Por outro lado, o sociólogo Bolivar Lamounier em uma crítica à concepção de Wanderley Guilherme sublinha que este “paradigma dicotômico” não é uma característica exclusiva do pensamento político brasileiro; mas é antes de tudo uma característica comum aos “países que conheceram uma forte reação contra as Luzes e o Constitucionalismo abstrato do liberalismo francês do século XVIII.”⁵⁶

Uma vez reconstruídos, em linhas gerais, os termos da problemática da recepção, passamos agora a problematizar, a questão da sua recorrência na História das Ideias no Brasil, a partir do conceito de repetição. Como é conhecido, a questão da repetição foi desenvolvida na História da Filosofia por diferentes autores. No final dos anos setenta, Paul Laurent Assoun, retorna a esta questão na obra de Marx, dedicando uma análise ao estatuto deste conceito em *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*,⁵⁷ como também o utiliza para analisar a trajetória do conceito de Crítica na Filosofia Alemã.⁵⁸ Neste último texto, os autores tentam problematizar “a recorrência de uma problemática crítica” em dois universos teóricos distintos: o aparecimento deste conceito em 1840-1845 na teoria marxista, e seu reaparecimento em 1920-1930 na Teoria Crítica. Tanto para Assoun e Raulet (como também para nós aqui) “trata-se apenas de um fato, restando estabelecer o sentido teórico.”⁵⁹ Na tentativa de elucidar o estatuto teórico da repetição, os autores afirmam:

A história do pensamento registra com frequência, como um fenômeno em certa medida crônico, essa impressão de “já visto”, pela qual elementos ou áreas inteiras de significantes teóricos parecem repetir-se, em momentos da diacronia distintos ou afastados. A certa altura da investigação dos

54 SANTOS, Wanderley Guilherme. *Ordem burguesa e Liberalismo Político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

55 Idem. p.17-63, em especial as páginas 41ss.

56 LAMOUNIER, Bolivar. *Formação de um pensamento político autoritário na Primeira república*. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 354, nota 9. Bolivar Lamounier cita como exemplo, desta referida concepção, o livro do pensador italiano Vincenzo Cuoco, *Saggio Storico sulla Rivoluzione Napoletana del 1799*, no qual analisa as razões da derrota da Revolução Napolitana: CUOCO, Vincenzo, *Saggio Storico sulla Rivoluzione di Napoli*, (introduzione di Pasquale Villani). Milano: Rizzoli, 1999.

57 ASSOUN, Paul-Laurent. *Marx e a Repetição Histórica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

58 ASSOUN, Paul-Laurent e RAULET, Gérard. *Marxismo e Teoria Crítica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, em particular: 1. “A Aposta de uma Repetição”, 1.6 “O estatuto da repetição na teoria”, p.20-25.

59 Idem. p.20.

sistemas se desencadeia esse eco insistente que perturba o princípio da individualidade dos sistemas. Não se sabe mais quem repete quem. O princípio da prioridade cronológica não explica esse efeito do retorno que turva a progressividade do sentido.⁶⁰

Após esta observação sobre o sentido do conceito, os autores estabelecem a pergunta que julgamos fundamental: “Qual será o significado dessa repetição na genealogia das teorias?”

Após investigarem as diferentes possibilidades de leitura do estatuto da repetição, os autores interrogam:

Deve-se diagnosticar-se um recurso fundado na práxis histórica, destinado a reativar um instrumento conceptual adaptado, tal uma arma antiga que se recupera para novos combates? Haveria uma necessidade objetiva da teoria a estimular a recuperação de armas consideradas inúteis, agora eficazes para as tarefas de um presente que se repete?⁶¹

60 Idem. p.21.

61 Idem. p.24.



PARTE II

*A Criação das Instituições de Ensino Superior
de Filosofia no Brasil: 1930/1964*



INTRODUÇÃO

Podemos agora passar a uma análise das instituições de ensino e de pesquisa de filosofia no período 1930-1964/1968 em, particular, da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP), criada em 1934; do Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), criado em São Paulo em 1949; e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado em 1955 e fechado em 1964. Se nos restringimos apenas a estas três instituições é por acreditarmos que, em torno delas, se constituíram diferentes concepções sobre o passado brasileiro.

A nossa periodização está marcada por uma dupla determinação: uma de caráter histórica e outra de caráter institucional.

O período 1930-1964/1968, como sabemos, representa um momento de transição e de fundamental importância no processo de tomada de consciência dos problemas nacionais e de sua história. Neste momento, o pensamento social brasileiro se encontra indissociavelmente ligado à história nacional. O referido período, que se inicia em 1930, está marcado por uma reflexão histórica que representou uma clara ruptura com as antigas concepções sobre a história do Brasil. Estamos aqui nos referindo, principalmente, as obras de Gilberto Freyre: *Casa Grande e Senzala* (1933), Sérgio Buarque de Holanda: *Raízes do Brasil* (1935) e de Caio Prado Junior: *Evolução Política do Brasil* (1933) e *Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia* (1942), obras que exerceram uma influência duradoura na historiografia brasileira e também sobre uma nova concepção da História da Filosofia no Brasil.

Por outro lado, este mesmo período antecede a definitiva institucionalização da filosofia e da sua constituição como disciplina acadêmica que ocorrerá definitivamente nos anos 70 com a constituição e consolidação do sistema nacional de pós-graduação, do crescente intercâmbio acadêmico com o exterior e do crescimento do mercado editorial (neste sentido a publicação da coleção *Os Pensadores* é um verdadeiro marco).⁶² Nós poderíamos mesmo afirmar que semelhante processo (de institucionalização e constituição da filosofia como disciplina acadêmica) ocorreu, igualmente, com as outras disciplinas das Ciências Humanas. Como já vimos anteriormente, Antônio Cândido em um artigo escrito na década de 60, “Sociologia no Brasil”, referia-se a um certo sincretismo teórico existente entre as diversas Ciências Humanas no Brasil.⁶³ O sincretismo entre as disciplinas das Ciências Humanas e da Filosofia foi uma das características do período que antecede a sua definitiva institucionalização. O

⁶² Sobre a constituição de um “mercado editorial em filosofia”, consultar as agudas observações de Paulo Eduardo Arantes, sobre a passagem de uma situação nos anos 60, aonde a filosofia inexistia no mercado editorial, para nas décadas seguintes ocupar uma posição privilegiada dentro da Indústria Cultural. Cf.: ARANTES, Paulo Eduardo. Ajuste Intelectual. Filosofia para todos. In. ARANTES, Paulo Eduardo. O Fio da Navalha. Uma conversa e quatro entrevistas sobre filosofia e vida nacional. op.cit., p.307-309.

⁶³ CÂNDIDO, Antônio. Sociologia no Brasil. op. cit.

já analisado, processo de disciplinarização e profissionalização das Ciências Humanas e da Filosofia ocorreu, aproximadamente, mais de um século depois de realizado na Europa e esta institucionalização retardatória é um exemplo da dialética existente entre a contemporaneidade e não-contemporaneidade na Filosofia do Brasil. Entre nós, ela se constitui como disciplina acadêmica sem ter anteriormente existido como uma atividade teórica autônoma, uma vez que, como sublinha Michel Debrum, já citado anteriormente, seguindo as palavras de João Cruz Costa: os sistemas filosóficos ou filosofias políticas no Brasil constituem ideologias no sentido lato.⁶⁴

Esta situação geral, entretanto, sofrerá uma modificação, somente, a partir da abertura das duas referidas faculdades de filosofia no decorrer dos anos 1930.

O processo de criação das Universidades brasileiras nos anos 1930, não pode ser dissociado, de uma série de fatos no campo educacional que os antecederam imediatamente, estamos nos referindo particularmente, ao Inquérito sobre as Universidades realizado em 1926 pelo jornal O Estado de S. Paulo, ao Inquérito da Associação Brasileira de Educação em 1928 e, por fim, a Reforma Francisco Campos e a criação do Estatuto da Universidade Brasileira, pelo então Ministro da Educação e da Saúde Pública do governo Getúlio Vargas, que permitia a criação de uma escola de letras, ciências e educação no lugar de uma das três faculdades tradicionais.⁶⁵

Paulo Eduardo Arantes em seu artigo dedicado a João Cruz Costa e, posteriormente reproduzido em seu livro sobre o departamento de filosofia da FFCL-USP⁶⁶, fará uma breve tipologia das posições filosóficas do período em questão:

i) A “esquerda transcendental”, que se constituiu em torno do departamento de filosofia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP), e que pressupunha que suas técnicas filosóficas mais rigorosas corresponderiam a posições políticas mais avançadas. Arantes, seguindo observações de Antônio Cândido quando caracterizou a obra *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda como representante de um radicalismo potencial das classes médias⁶⁷, atribuirá esta mesma caracterização

64 DEBRUM, Michel. op. cit., p.97, nota 1.

65 FÁVERO, Maria de Lourdes. A Universidade brasileira em busca da sua identidade. Petrópolis: Vozes, 1977; FÁVERO, Maria de Lourdes. Universidade & Poder análise crítica/fundamentos históricos: 1930 – 1945. op. cit.

66 ARANTES, Paulo Eduardo. Um Departamento francês de Ultramar. op. cit., em particular o capítulo: “Instinto de nacionalidade: Cruz Costa e herdeiros nos idos de 60”, p. 88-107.

67 “Raízes do Brasil (...) exprime um veio pouco conhecido, pouco localizado e pouco aproveitado do nosso pesamento político-social, em cuja massa predominantemente liberal e conservadora ele aparece de maneira recessiva, entremeada ou excepcional. Falo do que poderia chamar o radicalismo potencial das classes médias, que no caso de Sérgio adquire timbre diferenciador, ao voltar-se decididamente para o povo... isto faz dele um coerente radical democrático.” CANDIDO, Antonio. Post-Scriptum. In. HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. op. cit., p. LI, cf. igualmente p.XXXIX-LII. Consultar, igualmente, as observações de CANDIDO, Antônio. Entrevista à Revista Transformação, n° 1, Assis, 1974, p.9-23.

ao próprio Antônio Cândido e outros professores da FFCL-USP; que, a partir de uma crítica ao paralelismo (concepção que estabelece um paralelo entre a evolução das ideias e da sociedade) e do psicologismo (que concebe o pensamento como manifestação do caráter nacional brasileiro) de João Cruz Costa, afirmava que as suas “técnicas filosóficas” mais rigorosas corresponderiam a posições políticas mais avançadas, esta concepção se encontra expressa em um artigo de Bento Prado Jr., “Sobre a filosofia no Brasil” onde analisava as obras de Cruz Costa e Alvaro Vieira Pinto.⁶⁸

ii) O “nacionalismo existencialista” do ISEB, que pretendia elaborar um fundamento filosófico para o nacionalismo desenvolvimentista. Talvez esta concepção esteja elaborada de uma maneira programática na “Aula Inaugural” proferida por Álvaro Vieira Pinto no curso regular do Instituto, proferida em 14-05-1956 e, posteriormente, publicada na coleção do ISEB: “Textos brasileiros de filosofia”. Nesta aula, Vieira Pinto elabora algumas teses sobre a ideologia do desenvolvimento nacional: i) o desenvolvimento nacional é um processo que encontra a sua definição no fim ao qual está dirigido; ii) sem ideologia do desenvolvimento não existe desenvolvimento nacional; iii) a ideologia do desenvolvimento deve ser necessariamente um fenômeno de massa; iv) o processo de desenvolvimento é função da consciência das massas; v) a ideologia do desenvolvimento deve necessariamente originar-se da consciência das massas.⁶⁹

iii) A “Direita do IBF”. Enquanto as outras duas concepções são, em diferentes graus, interpretações críticas da formação histórica e intelectual brasileira, a elaboração do IBF em grande parte, faz uma análise positiva de nosso passado. Miguel Reale e Antonio Paim efetuaram uma análise da história da “filosofia brasileira” e encontraram nela algumas características positivas.

Por sua vez, Leandro Konder,⁷⁰ apresentou uma tipologia, na qual ressaltava a importância das opções filosóficas e das posições teórico-políticas para a formação das diferentes tendências existentes entre os intelectuais, em um sentido amplo, e os historiadores, de maneira específica:

i) a “perspectiva conservadora” representada por exemplo, por Djacir Menezes (próximo ao IBF), que ressaltava a dimensão da continuidade no processo histórico brasileiro, repelindo o reconhecimento da importância da ruptura e reafirmando seu estreito compromisso com a ordem. Konder identifica, nessa concepção, uma desvolta apologia das forças que têm comandado nossa história;

68 PRADO JÚNIOR, Bento. “Il Problema della filosofia in Brasile”. op. cit., p.87-104. A identificação entre técnica filosófica mais rigorosa e ideias políticas mais avançadas se encontra na p. 104, onde Bento Prado Jr. critica o nacionalismo isebiano como uma política de colaboração de classes. Em um escrito posterior, o mesmo Bento Prado alterará a sua concepção a respeito da obra de João Cruz Costa: PRADO JÚNIOR, Bento. Cruz Costa e a História das Ideias no Brasil. In. MORAES, Reginaldo (org.). Inteligência brasileira. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

69 PINTO, Álvaro Vieira. Ideologia e desenvolvimento nacional. 4ª ed., Rio de Janeiro: ISEB, 1960, p.21-34. Para uma crítica da Ideologia Nacional-desenvolvimentista, cf.: TOLEDO, Caio Navarro. op. cit.

70 KONDER, Leandro. História dos Intelectuais nos Anos Cinquenta. In FREITAS, Marcos César. Historiografia Brasileira em Perspectiva. op. cit., p.335-374 e notas p.470-471.

Institucionalização do Ensino de Filosofia no Brasil e Interpretações do Passado Nacional

ii) a “tendência nacional-desenvolvimentista”, agrupada primeiro em torno do IBESP, e que depois dará origem ao ISEB que pretendia entender a nossa história à luz de um projeto comprometido com a promoção de um desenvolvimento nacional autônomo;

iii) a “perspectiva marxista”, sobre a qual Konder faz uma distinção, separando o “marxismo ortodoxo doutrinário”, por um lado, e, por outro, a corrente representada por dois intelectuais socialistas independentes: Antônio Cândido e Florestan Fernandes. O autor sublinha igualmente a importância do grupo de jovens professores da USP que se reuniram em um Seminário destinado a leitura de *O Capital* de Marx⁷¹.

⁷¹ O Seminário sobre *O Capital*, foi de grande importância para a identificação e a formação da terceira geração de professores; deste seminário interdisciplinar destinado à leitura da principal obra de Marx, participaram, como sabemos, numerosos professores que posteriormente se destacaram no desenvolvimento das Ciências Humanas no Brasil; entre outros, podemos elencar: o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, o historiador Fernando Novaes, o crítico literário Roberto Schwarz e o filósofo José Arthur Giannotti.

CAPÍTULO III

A criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL – USP)

A criação da faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP) em 1934, insere-se, como sabemos, em um processo mais geral de reformas educacionais e culturais no nível nacional e que levou a criação de inúmeras Universidades nos diferentes estados brasileiros⁷². No Estado de São Paulo, o referido processo se inscreve em uma conjuntura histórica específica, ou seja, é o momento no qual a oligarquia liberal e industrial paulista procura construir nacionalmente uma nova hegemonia, após ter sofrido duas derrotas sucessivas, a primeira em 1930 e a segunda em 1932. Foram criadas neste Estado, ao longo da década de 30, três importantes Instituições Culturais:

- i) A Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) sob a direção de industriais e com a participação decisiva do historiador econômico Roberto Simonsen, e de inúmeros professores dos EUA. Entre eles, os quais cabe destacar Donald Pierson que morou no Brasil durante 18 anos; presença, igualmente, importante foi a do lógico Willard van Orman Quine⁷³;
- ii) o Departamento Municipal de Cultura da cidade de São Paulo com a participação do escritor e um dos principais animadores da Semana de Arte Moderna de 1922, Mário de Andrade e de Paulo Duarte, escritor e diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*, e futuro criador do Instituto de Pré-história da USP, e enfim;
- iii) a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP) em 1934.

A criação da FFCL-USP foi o resultado dos esforços de empresários culturais reunidos em torno do jornal *O Estado de S. Paulo* e de seus diretores, Júlio Mesquita Filho, Armando Sales de Oliveira (acionista e diretor do jornal) – interventor federal no estado durante o período de criação da Universidade – e, também, de Fernando de Azevedo, redator do jornal e futuro professor da FFCL-USP

72 Para uma análise do processo de reformas educacionais e a criação das Universidades no Brasil durante os anos 30, consultar a obra clássica de AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 3ª ed., 1958, em particular: Vol. III, Capítulo IV: “A renovação e unificação do Sistema educativo”, p.163-217.

73 Sobre a criação da ELSP, consultar o livro organizado por MICELI, Paulo, *História das Ciências Sociais no Brasil*, São Paulo: 1989, pp. 217-233 e sobre a presença de professores estadunidenses, as pp. 410-449.

que viam na futura Universidade um instrumento para restabelecer a hegemonia nacional e, através desta, chegar a uma “regeneração política” que seria obra de uma “elite orientadora” – constituída pelas classes dirigentes e pelos intelectuais.⁷⁴ A Faculdade teria, igualmente, o papel de formação de professores para os outros níveis de ensino.⁷⁵

O decreto de criação da nova Universidade deixa claro os objetivos ideológicos de seus criadores. Em forma de considerandos o documento afirma:

Considerando que a organização e o desenvolvimento da cultura filosófica, científica, literária e artística constituem as bases em que se assentam a liberdade e a grandeza de um povo;
considerando que somente por seus institutos de investigação científica de altos estudos, de uma cultura livre, desinteressada, pode uma nação moderna adquirir a consciência de si mesma, de seus recursos, de seus destinos;
considerando que a formação das classes dirigentes, mormente em países de populações heterogêneas e costumes diversos, está condicionada à organização de um aparelho cultural e universitário, que ofereça oportunidades a todos e processe a seleção dos mais capazes;
considerando que em face do grau de cultura já atingido por São Paulo, com Escolas, Faculdades, Institutos de formação profissional e de investigação científica, é necessário elevar a um nível universitário a criação do homem, do profissional e do cidadão.⁷⁶

Para a realização do Projeto de fundação da FFCL-USP, como centro da futura Universidade – e também como forma de superar a estrutura das escolas profissionais isoladas: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina e Politécnica –, foi indispensável a colaboração da “missão cultural francesa” que representou o coroamento das relações culturais entre a França e o Brasil em especial com o Estado de São Paulo⁷⁷. Desde a fundação da Faculdade, ensinaram em São Paulo um grande número de jovens professores franceses, que posteriormente exerceram uma influência significativa no desenvolvimento da cultura e das Ciências Humanas francesas na segunda metade do século XX: o

74 Sobre a formação da FFCL-USP ver o trabalho de CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. *A Universidade da Comunhão Paulista*, São Paulo, Cortez e Moraes editores, 1982, que nos oferece uma reconstrução histórica exaustiva das relações entre a oligarquia paulista e o projeto de fundação da Universidade.

75 *Idem*.

76 FÁVERO, Maria de Lourdes. *Universidade & Poder análise crítica/fundamentos históricos: 1930 – 1945*. op. cit., p.179.

77 Para uma história das relações existentes entre a França e Estado de São Paulo, Cf. O artigo de COSTA, João Cruz. *Os antigos cursos de Conferências: A contribuição francesa nos primórdios da fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*. In. *Filosofia, Ciências e Letras – Anuário da FFCL*. São Paulo: Setembro 1945, n°. 9.

historiador Fernand Braudel (permaneceu em São Paulo 3 anos), o antropólogo Claude Lévi-Strauss (3 anos), o economista François Perroux (1 ano), o sociólogo Roger Bastide (16 anos), o sociólogo mais idoso Georges Gurvitch (2 anos). Entre os filósofos cabe destacar o mais velho dentre eles, Martial Gueroult, um dos criadores do Método Estrutural de História da Filosofia (1 ano), Etienne Borne (1 ano), Gilles Gaston Granger (6 anos), Jean Maugüé (9 anos). Posteriormente chegaram como professores visitantes Michel Foucault, Claude Léfort entre outros; Gérard Lebrun e Michel Debrun permaneceram no Brasil por longo tempo. A importação de uma “faculdade inteira”, em um meio ainda dominado pelos bacharéis em Direito e pelos diplomados pelas grandes faculdades tradicionais, representou como já dissemos, seguindo as palavras de Florestan Fernandes “uma verdadeira revolução cultural”⁷⁸. A influência da cultura humanística francesa em geral, e da história da filosofia em particular, foi muito visível (notadamente sobre a terceira geração de professores do departamento)⁷⁹. Michel Foucault chegou mesmo a afirmar: “o departamento de Filosofia é um departamento francês de Ultramar” – título, aliás, do livro de Paulo Eduardo Arantes dedicado ao departamento de filosofia da USP.

Os professores franceses rapidamente formaram seus assistentes e futuros substitutos: Livio Teixeira será assistente de Martial Gueroult e João Cruz Costa de Jean Maugüé. Como veremos, o referido departamento representará uma das “almas da filosofia” da cidade de São Paulo em oposição a outra que se constituía em torno do IBF.

Nós poderíamos individualizar as seguintes influências do pensamento francês nos diferentes autores destes grupos. Na FFCL-USP a influência preponderante foi a da filosofia universitária francesa, quer através do ensino dos professores franceses, quer através da influência da obra do historiador francês da Filosofia Leon Brunschvicg, em João Cruz Costa. A geração de José Arthur Giannotti, Oswaldo Porchat, Bento Prado Jr., entre outros, – a geração dos “jovens turcos”, como se referia ironicamente João Cruz Costa – foi marcada pela influência determinante do “método estrutural na história da filosofia” criado por Martial Gueroult e Victor Goldschmidt, que privilegiava uma análise estrutural dos textos clássicos da história da filosofia.⁸⁰

Uma vez analisada a contribuição da missão francesa para a constituição da FFCL-USP, podemos lembrar de passagem, a visão que estava presente entre os membros desta missão, visão esta baseada

78 FERNANDES, Florestan. *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

79 Designamos aqui por professores da terceira geração da FFCL, José Arthur Giannotti, Bento Prado Júnior, Ruy Fausto, Oswaldo Porchat, para distingui-los de João Cruz Costa e Livio Teixeira, professores da primeira geração, e de Antônio Candido e Florestan Fernandes professores da Segunda geração.

80 ARANTES, Paulo Eduardo. *Um Departamento francês de Ultramar*. op. cit.

em um conjunto de observações sobre a vida cultural na sociedade paulistana e brasileira daquele momento. Entre os diferentes testemunhos sobre a vida cultural e o projeto intelectual da missão francesa nós poderíamos enumerar os testemunhos dos então jovens professores Claude Lévi-Strauss e Jean Maugüé⁸¹. Nestes depoimentos Lévi-Strauss e Maugüé referem-se, entre outras questões, as especializações exóticas e as bizarrices existentes entre os intelectuais e granfinos da elite paulistana, ao papel quase sobrenatural atribuído a cultura europeia em geral e francesa em particular e sublinhavam, igualmente, as consequências culturais resultantes do encontro entre estas duas diferentes culturas: “o novo mundo brasileiro e a velha Europa”. Maugüé refere-se, também, as resistências existentes, por um lado, entre as Faculdades tradicionais (Direito, Medicina e Engenharia) e, por outro lado, da Faculdade Católica de São Bento e dos positivistas à nova faculdade. Por fim, Lévi-Strauss sublinha a existência entre os alunos, do fenômeno da coexistência de uma ignorância do passado aliado a uma busca pelas novidades, que fazia que estes mesmos alunos estivessem muitas vezes mais informados que seus professores.

Cabe destacar aqui, que o ensinamento e a figura de Jean Maugüé, foi segundo o relato de alguns de seus antigos alunos, aquele que mais influência deixou entre os membros das primeiras gerações de professores da FFCL-USP, em grande parte devido a sua forma não convencional de praticar a filosofia.⁸² Devemos, igualmente, a este professor, um importante documento sobre o ensino da filosofia no Brasil publicado originalmente no *Anuário da FFCL-USP* dos anos 1934-1935, ao qual Paulo Eduardo Arantes nomeou de “certidão de nascimento” da FFCL.⁸³ Neste artigo, Maugüé demonstra que o ensino da filosofia em um país novo e sem tradição, no qual se julga correntes filosóficas, segundo sua novidade ou utilidade prática e, portanto, totalmente distinto da França, deve ter por fundamento o estudo dos clássicos da história da filosofia e estar, igualmente, preocupado em inserir as novas ideias no conjunto da perspectiva filosófica e, desta forma, contribuir para a formação de uma “faculdade de discernimento” o que evitaria confundir as ideias particulares com as ideias gerais e as questões transitórias com as questões filosóficas fundamentais.⁸⁴

Para esta nossa reconstrução, é importante nos referirmos, também, a uma carta de Georges Dumas, datada de 1935 e endereçada ao então ministro da educação Gustavo Capanema. Dumas,

81 Claude Lévi-Strauss (em seu livro *Tristes Trópicos*) e Jean Maugüé (em suas memórias *Les Dents Agacées*), nos oferecem importantes testemunhos para compreender o processo de criação da Universidade e a especificidade da vida cultural de São Paulo com suas numerosas bizarrices intelectuais. Cf. LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Tropiques*. Paris: Plon – Terre Humaine/Poche, Paris, 1984, p.13-14, 111-116; e MAUGÜÉ, Jean. *Les Dents Agacées*. Paris: Buchet/Chastel, 1982, p.77, 95-97.

82 MELLO E SOUZA, Gilda. A estética rica e a estética pobre dos professores franceses. In. *Diálogo*, n. 9, São Paulo, 1978.

83 ARANTES, Paulo Eduardo. Um departamento francês de Ultramar. op. cit.

84 MAUGÜÉ, Jean. O Ensino da Filosofia suas diretrizes. In. *Revista Brasileira de Filosofia*, n. 20, São Paulo: 1955, p.138-153.

médico-psiquiatra e filósofo de formação positivista, nasceu em 1868 em uma família protestante meridional e morreu em 1946, foi um dos personagens centrais de todo intercâmbio cultural entre a França e o Brasil desde 1907-1908 que teve na criação da USP em 1934 o seu momento de maior importância. Maugüé chega mesmo a afirmar a respeito de seu antigo professor, que “ele teria esposado o Brasil”⁸⁵. Outro seu aluno Lévi-Strauss, nos oferece igualmente, um longo depoimento sobre seu antigo professor, no qual chega a afirmar que a USP foi a grande obra da sua vida⁸⁶. Nesta carta, Dumas expõe um resumo das suas opiniões, sobre o projeto de Capanema criar faculdades de filosofia, ciências e letras, no então Distrito Federal:

O ponto de partida de algumas considerações que expus é a contradição que existe entre o valor intelectual de tantos brasileiros e a relativa rareza de produção intelectual brasileira na área da crítica literária, filosofia, história e outros domínios intelectuais. Todos professores franceses que vêm ao Brasil se impressionam com a cultura e inteligência dos ouvintes e estudantes que conhecem mais de perto, mas também se espantam pelo fato de que de tanta inteligência e tanta cultura se originem tão poucas obras que contem na produção mundial.⁸⁷

Dumas na sequência refere-se a importância da criação de uma faculdade de filosofia, ciências e letras, com o objetivo de disciplinar a formação do espírito e permitir a superação do autodidatismo, do lirismo abundante e das iniciativas individuais. E seguindo sua argumentação afirma:

A questão é saber se ele (o Brasil) continuará a se comprazer com o gozo intelectual para o qual levam naturalmente seus gostos, ou ele buscará associar este prazer intelectual a preocupação constante de fazer a cultura servir à formação do espírito; se ele continuará sendo um país cheio de charme onde se lê tudo e se produz pouco, ou terá amanhã um lugar adequado entre as nações que colaboram na produção intelectual do mundo.⁸⁸

E por fim concluiu referindo-se ao papel das faculdades de filosofia, ciências e letras, que não deixa de se assemelhar ao projeto, citado anteriormente, da FFCL-USP:

85 MAUGÜÉ, Jean. *Les Dents Agacées*. op. cit., p.77.

86 LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Tropiques*. op. cit., p.14.

87 SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet e COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo, Paz e Terra / Editora FGV, 2000, p.342-343.

88 SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet e COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*, op.cit. p.343-344.

Elas terão as duas funções de todas as faculdades de letras e de ciências. Uma será de lhes fornecer professores de ensino secundário que juntarão aos conhecimentos aprofundados e precisos o espírito de método e de crítica e que guiarão as novas gerações não pela imposição das ideias, mas dando-lhes esta atitude reflexiva que os acostumará a pensar por si mesmos.

A Segunda função será a de formar pesquisadores, de dar conselhos, orientações e meios de trabalho para aqueles que sejam particularmente dotados para o trabalho pessoal em todos os domínios e que serão especialmente, destinados por suas aptidões, a passar rapidamente das cátedras do ensino secundário às cátedras do ensino superior.⁸⁹

Enfim, cabe destacar que a criação desta nova instituição de ensino, influenciou significativamente o posterior desenvolvimento das Ciências Sociais, da História, da Crítica literária e também da Filosofia no Brasil, com a criação de instrumentos técnicos necessários para o exercício das diversas disciplinas humanísticas enumeradas. A criação da FFCL-USP contribuiu, como já vimos, à criação de um pensamento radical de classe média, que representou uma reorientação profunda do pensamento social no Brasil⁹⁰.

Por outro lado, podemos afirmar que a contraposição às outras tendências e uma certa descontinuidade entre as gerações desempenhou um importante papel para a constituição de um determinado ideário no interior da FFCL-USP.

No tocante à descontinuidade entre as gerações, poderíamos nos referir aqui, por um lado, ao testemunho de Florestan Fernandes que sentiu-se marginalizado por não ser convidado, por exemplo, a participar do Seminário sobre *O Capital*. Por outro lado, podemos igualmente citar certas observações críticas de Bento Prado Júnior e de José Arthur Giannotti endereçadas ao estilo de filosofar de João Cruz Costa⁹¹.

A contraposição a outras tendências desempenhará, um importante papel para a constituição de uma identidade própria à FFCL-USP e ao departamento de Filosofia. Na própria cidade de São Paulo, o Departamento de Filosofia constituía um dos pólos da vida filosófica da cidade; o outro era representado pelo Instituto Brasileiro de Filosofia, fundado, em 1949, por Miguel Reale e outros, e que

89 SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet e COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Tempos de Capanema, op.cit. p.344-345.

90 Sobre a já referida anteriormente constituição de um pensamento radical de classe média, consultar as referências de Antônio Candido reproduzidas na nota 67.

91 Consultar sobre esta questão: GIANNOTTI, José Arthur. Entrevista à Revista Transformação, n.º. 1, Assis, 1974, em particular p.27ss., e GIANNOTTI, José Arthur. João Cruz Costa (13-2-1904/10-10-1978), In. Discurso, n.º. 9, São Paulo, 1978, p.7-8. Cf. também o já citado: PRADO JÚNIOR, Bento. Il problema della filosofia in Brasile, op. cit., p.87-104; texto este do qual ele se distanciará posteriormente, cf.: PRADO JÚNIOR, Bento. Cruz Costa e a História das Idéias no Brasil. In. MORAES, Reginaldo et al. Inteligência Brasileira. São Paulo. Brasiliense, 1986, p.101-124.

se caracterizava por posições políticas conservadoras⁹². Posteriormente, partirá de membros deste Instituto, as críticas mais contundentes à reflexão de João Cruz Costa.

Porém foi sem dúvida a contraposição entre São Paulo e Rio de Janeiro que se manifestou nas diferenças entre a FFCL-USP e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) que desempenhará um papel mais importante. Como sabemos o desenvolvimento das Ciências Humanas em São Paulo e no Rio de Janeiro possuem determinadas particularidades: enquanto em São Paulo a reflexão teórica beneficiou-se de uma certa autonomia em relação ao poder político: no Rio de Janeiro, em função da proximidade com os órgãos de administração federal e do poder central que interviam constantemente na vida universitária (como veremos adiante a história da Universidade no Rio de Janeiro está profundamente influenciada pelo governo federal) e, conseqüentemente, o ritmo da especialização e institucionalização do ensino superior decorrerão bem mais lentamente. Um grande número de professores do Rio de Janeiro dividia suas atividades acadêmicas com o trabalho no aparelho de estado e em empresas privadas.⁹³ Referindo-se às diferenças entre o ISEB e a FFCL-USP, Roberto Schwarz destaca outras particularidades:

Atrás da antipatia (entre FFCL-USP e ISEB) é possível que estivessem além da posição teórica, o complexo provinciano dos paulistas e, de modo geral, as diferenças entre Rio e São Paulo. Como é sabido, a vida intelectual carioca evoluía em torno das redações de jornal, editoras, partidos políticos, ministérios, ou seja, organismos com repercussão nacional e saída fluente para o debate político (sem falar em praias, boemias e mundanidades); bem o contrário da nossa escola da Rua Maria Antônia, ambiciosa e caipira, sofrendo de falta de eco nacional e tendo como bandeira o padrão científico por oposição à ideologia.⁹⁴

A polêmica entre a FFCL-USP e o ISEB, será retomada nos anos 70, após o aparecimento do trabalho pioneiro de Caio Navarro de Toledo sobre o Instituto: *ISEB: Fábrica de Ideologias*,⁹⁵ ao qual

92 A respeito das diferenças existentes entre os dois grupos de filósofos da cidade de São Paulo, cf. GIANNOTTI, J. A., op.cit.

93 Sobre as diferenças entre a vida acadêmica de São Paulo e do Rio de Janeiro, Cf.: TAVARES DE ALMEIDA, Maria Herminia. Castelos na Areia: Dilemas da Institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro. In. MICELI, Sérgio. História das Ciências Sociais no Brasil. op.cit., e OLIVEIRA, Lucia Lippi. As Ciências Sociais no Rio de Janeiro. In. MICELI, Sérgio (org.) História da Ciência Social no Brasil, Vol. 2. São Paulo: Sumaré-Fapesp, 1995, em especial p.235-261. PÉCAUT, Daniel. Os Intelectuais e a Política no Brasil. São Paulo: Editora Ática, 1980. Um importante testemunho sobre estas diferenças podemos encontrar em CORBISIER, Roland. Autobiografia Filosófica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. Corbisier foi integralista em sua juventude e participou ativamente do IBF, para depois transferir-se para Rio de Janeiro onde será um dos fundadores do ISEB.

94 SCHWARZ, Roberto. Um Seminário de Marx. In. Folha de São Paulo, 8/10/1995, p.5.

95 TOLEDO, Caio Navarro. ISEB: Fábrica de Ideologias. op. cit., O trabalho de Caio Navarro Toledo, originalmente uma Tese de Doutorado defendida no Departamento de Filosofia da USP em 1974, foi publicada como livro em 1977.

se seguiram numerosos outros trabalhos. O mesmo Caio Navarro, em trabalho publicado no final da década de 1990, analisa rapidamente as relações existentes entre os cientistas sociais e filósofos da USP e o ISEB.⁹⁶

Igualmente importante para a compreensão das diferenças teóricas entre São Paulo e Rio de Janeiro, é a elaboração das teorias, que podemos considerar como clássica das Ciências Humanas no Brasil, ou seja, a questão do populismo. Esta concepção surge originalmente como um balanço da derrota da política trabalhista em 1964, com o conhecido trabalho de Otávio Ianni, *O Colapso do Populismo no Brasil*,⁹⁷ publicado em 1968, ao qual se seguiram inúmeros outros trabalhos de autores paulistas; entre os quais o trabalho de Francisco Weffort, *O Populismo na Política Brasileira*.⁹⁸ Podemos interrogar se esta tradição teórica não se insere na tradição paulista de crítica ao Varguismo e ao trabalhismo, e em particular da longa oposição da FFCL-USP à Ditadura do Estado Novo; aqui seria curioso salientar o trabalho, igualmente, pioneiro de Bóris Fausto sobre a Revolução de 1930.⁹⁹ Esta concepção foi objeto de uma intensa discussão histórica a partir do final da década de 1980 e dos trabalhos dos historiadores do Rio de Janeiro, Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira.¹⁰⁰

Ao longo deste capítulo procuramos, através de referências ao processo de criação da FFCL-USP, da sua trajetória, como também identificando algumas de suas reflexões teóricas importantes, mostrar a constituição de uma identidade ao longo desta trajetória. É necessário, entretanto, frisar, por um lado, o caráter introdutório destas observações, como também que a identificação de características teóricas gerais não podem ser tomadas como um traço comum a toda Instituição.

Para uma compreensão mais aprofundada da reflexão sobre a formação do pensamento filosófico no Brasil desenvolvida na FFCL-USP, seria importante nos determos aqui, por algum momento na obra de João Cruz Costa.

⁹⁶ TOLEDO, Caio Navarro. Intelectuais do ISEB, esquerda e marxismo. In. QUARTIM DE MORAES, João (org). História do Marxismo no Brasil, Vol. III: Teorias. Interpretações. Campinas: Editora da Unicamp, 1998, p.269-270.

⁹⁷ IANNI, Otávio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

⁹⁸ WEFORT, Francisco Correia. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

⁹⁹ FAUSTO, Bóris. *A Revolução de 30: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

¹⁰⁰ Para uma análise da questão do populismo, consultar a coletânea organizada por FERREIRA, Jorge (org). *O Populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

III

1: João Cruz Costa: Historiador das Ideias no Brasil

O objetivo do presente texto é uma tentativa de reconstruir a concepção de João Cruz Costa de filosofia e a sua interpretação da evolução das ideias filosóficas no Brasil. Professor de filosofia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, se dedicou desde o seu trabalho de doutorado, sobre o filósofo do Renascimento português Francisco Sanchez, a estudar e interpretar a especificidade do desenvolvimento da História das Ideias Filosóficas no Brasil.

Na vida e na obra de João Cruz Costa, se entrecruzam diferentes tendências de seu tempo, entre as quais:

i) Sua formação cultural é em um primeiro momento, uma combinação de autodidatismo e de diletantismo, marcado pela leitura de obras literárias, em particular, da literatura francesa (Anatole France e Balzac), portuguesa (Eça de Queiroz, Camilo Castelo Branco) e brasileira (Machado de Assis) e, por estudos filosóficos irregulares que recebeu a partir do início dos anos 1920, com Henrique Geenen (nascido na Alemanha e que publicou em 1931 o livro *Dois filósofos latino-americanos*); que continuou por ocasião de sua viagem à Paris, onde frequentou os cursos de Filosofia da Sorbonne com André Lalande (autor do conhecido *Vocabulário de Filosofia*) e Léon Brunschvicg (historiador da filosofia e que exercerá uma influência na formação de nosso filósofo) e, também, os cursos com os Filósofos-Psiquiatras Pierre Janet no Colégio de France e George Dumas (que como já vimos, foi um dos principais personagens do Intercâmbio Brasil-França e da posterior fundação da FFCL-USP) no Asilo Sainte-Anne, retornando ao Brasil, estudou por quatro semestres na Faculdade de Medicina de São Paulo (1925-1926), aonde teve aulas com Guilherme Bastos Millward (positivista e Professor de Química na Faculdade de Medicina de São Paulo).

ii) Os seus estudos sistemáticos de filosofia foram realizados tardiamente, na recém fundada FFCL-USP, criada, como vimos, graças aos esforços da oligarquia paulista, que procurava reconstruir a hegemonia perdida após as derrotas de 1930 e 1932 e da presença de professores da missão francesa, que entre os quais alguns desempenharam um importante papel no desenvolvimento das Ciências Humanas na

França no pós II Guerra Mundial; entre os professores da missão francesa que permaneceram em São Paulo. Entre os quais cabe destacar, em particular, Jean Maugüé que teve uma particular importância para a formação filosófica de Cruz Costa, e do qual João Cruz Costa foi assistente.

iii) Pelo nível alcançado pelas pesquisas históricas e sociais sobre o passado brasileiro no período de 1930-1964, em particular, pela renovação dos estudos históricos a partir das obras de Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, Cruz Costa utilizará, igualmente, as obras de outros historiadores, entre os quais: José Maria Belo e de Nelson Werneck Sodré.

iv) Pela conjuntura histórica nacional, aberta com a revolução de 1930 e a experiência nacional-desenvolvimentista e, internacional com a II Guerra Mundial e dos movimentos de libertação nacional da Ásia e da África.

Estas diferentes tendências e acontecimentos estão combinadas na obra de Cruz Costa e determinaram de certa maneira a sua posterior recepção e seu parcial esquecimento a partir dos anos 70.

A dedicação de João Cruz Costa a História da Filosofia no Brasil e a influência que sua obra recebeu de seus predecessores já é um sintoma de evolução na compreensão do passado filosófico no Brasil. Cruz Costa utiliza as observações sobre o passado filosófico do Brasil elaborados por Silvio Romero (a questão da influência externa e a ausência de seriação na história das ideias), Clóvis Bevilacqua (o pensamento filosófico no Brasil como reflexo da nossa mentalidade e a ausência entre nós de uma pré-disposição as especulações metafísicas) e João Ribeiro (interpretação psicológica e antropológica da evolução da filosofia no Brasil e a aversão natural a reflexão metafísica).

A concepção da História das Ideias no Brasil, desenvolvida por João Cruz Costa, corresponde, em linhas gerais, a estrutura dos seus escritos mais sistemáticos¹⁰¹, nas quais ele analisa os principais momentos da evolução das ideias filosóficas no Brasil.

- I. Introdução Geral:
 1. Reflexão sobre a especificidade da experiência histórica e da reflexão filosófica na América e no Brasil.
 2. Tendências opostas presentes na História do Brasil e seu reflexo na História das Ideias.

- II. O Período Colônia (1500-1822).
 1. A herança portuguesa.
 2. A filosofia Colonial até a reforma do marques de Pombal.

¹⁰¹ Devemos, entre elas, destacar a seguinte obra: CRUZ COSTA, João. Contribuição à história das Ideias Filosóficas no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967, que representa a sua obra mais sistemática.

3. A influência Francesa.

4. A transição até a Independência: a chegada da Família Real no Brasil.

- III. A Filosofia no Século XIX (1822-1870/1878).

1. O ecletismo espiritualista.

2. A filosofia católica

3. As ideias novas: o evolucionismo e o materialismo.

- IV. Positivismo.

- V. Transição entre o Século XIX e XX.

1. O germanismo da Escola do Recife:

- a) Tobias Barreto

- b) Sílvio Romero.

2. Farias Brito.

- VI. A Filosofia no Século XX.

1. As diferentes manifestações da Filosofia no Século XX.

2. A formação e o desenvolvimento de uma reflexão nacionalista: Euclides da Cunha, Alberto Torres e Oliveira Vianna.

Antes de passarmos a analisar alguns aspectos da concepção de João Cruz Costa da evolução das ideias filosóficas no Brasil, é necessário expor sua concepção filosófica, que podemos caracterizar como um humanismo pragmático fortemente marcado por uma reflexão anti-sistêmica e com um forte interesse pela história. O próprio Cruz Costa afirma; “o que eu escrevi se encontra a cavaleiro entre a história e a filosofia”¹⁰², aliás, a história da filosofia é, segundo ele, uma história dos homens contada de uma maneira resumida; esta concepção estava fortemente influenciada pela obra do historiador francês da filosofia Léon Brunschvicg.¹⁰³

A concepção filosófica de Brunschvicg está caracterizada, por um lado, por uma oposição aos sistemas ecléticos, as diferentes sínteses filosóficas, assim como e a toda forma de dogmatismo. Por outro lado, a obra do historiador francês da filosofia está fortemente marcada por uma análise sobre

¹⁰² CRUZ COSTA, João. Sobre o Trabalho Teórico. In. Transformação n° 2, Assis 1975, p.88.

¹⁰³ É importante sublinhar a influência da obra de Léon Brunschvicg na obra de João Cruz Costa, uma vez que uma parte dos críticos de sua obra, em particular Antonio Paim, caracteriza a sua obra como um dos momentos da recepção do positivismo no Brasil, o positivismo-marxista.

a história que ele julga ser “a base de referência” e o “terreno de análise” para nossos julgamentos. Acreditamos que a visão dicotômica da história das ideias no Brasil, desenvolvida por Cruz Costa, possa encontrar sugestões na concepção de Brunschvicg sobre a evolução da filosofia ocidental, na qual ele via uma antítese entre Oriente e Ocidente – concebida não de uma maneira geográfica mais histórica, antítese que se manifesta na oposição entre Platão e Aristóteles, entre teosofia e filosofia, entre idade média e civilização, antíteses estas que representariam diferentes “ritmos do pensamento” ou de “contrastes entre duas atitudes mentais”.¹⁰⁴

Como afirmamos acima, a concepção de Cruz Costa pode ser caracterizada como um humanismo pragmático, que está presente desde os seus primeiros trabalhos e ocupa um lugar central em sua reflexão. Este humanismo é uma sorte de síntese de diferentes determinações históricas, como João Cruz Costa já afirmava na segunda metade da década de 40: i) da filosofia não sistematizada do renascimento português dos séculos XV-XVI; ii) do resultado da experiência histórica de colonização européia e da criação de novos valores espirituais e culturais na América Latina e no Brasil; iii) da experiência dos últimos anos da história universal.

O conceito de experiência histórica é aliás de central importância para a reconstrução da história das ideias no Brasil; Cruz Costa afirma que a América Latina e o Brasil estão marcados por uma experiência histórica nova, que se caracteriza pela transformação dos antigos valores recebidos da civilização européia e por uma tentativa de criação de novos valores. Para ele, a reflexão sobre a história das ideias filosóficas no Brasil, que desde o seu início se caracterizou pela história da recepção, transformação e mesmo deformação das ideias filosóficas européias comandadas por interesses pragmáticos, deve conduzir a descoberta de um sentido escondido nesta história e de encontrar nela uma “filosofia ainda não elaborada mas que esta em germe presente nesta experiência.”¹⁰⁵

O ponto de partida para a compreensão da história da experiência brasileira e de sua cultura pode ser, segundo Cruz Costa, facilmente identificado: o Brasil é um país de contrastes, estas palavras inúmeras vezes repetidas por nosso autor nas suas diferentes obras, é como uma sorte de programa de interpretação. Segundo ele, no curso da História do Brasil estão superpostas diferentes contradições que encontram sua origem no nosso passado colonial e guardam suas últimas raízes na História de

104 BRUNSCHVICG, Léon. L'esprit européen. Cahiers de Philosophie n.20. Neuchatel: La Baconnière, 1947, p.14-17. Consultar também: BRUNSCHVICG, Léon. Le progrès de la conscience dans la philosophie occidentale. 2ª. ed., Paris: Alcan, 1953. Para uma análise detalhada das relações teóricas entre João Cruz Costa e Léon Brunschvicg, consultar: DA COSTA NETO, Pedro Leão. Philosophie et Histoire au Brésil La formation d'une réflexion nationale. Varsóvia, 1995, (Tese de doutorado apresentada na Faculdade de Filosofia e Sociologia da Universidade de Varsóvia), p.74-82; 179-182.

105 COSTA, João Cruz. Experiência Intelectual Brasileira. In. Boletim n° 2 do Instituto Cultural Brasileiro Alemão. Porto Alegre, 1957, p.9.

Portugal. João Cruz Costa identifica estas contradições nos dois diferentes tipos de colonizadores: o jesuíta – “responsável pela conquista espiritual” e o aventureiro – “responsável pela conquista da terra”, ou seja, por um lado o jesuíta – letrado que habitou o longo litoral atlântico e tinha sempre seus olhos posicionados ao grande oceano e à Europa e suas costas sempre viradas para o interior. Por outro lado, o aventureiro que andava ao interior do país. É a partir destes tipos contraditórios de colonizadores, cada um com suas características psicológicas próprias que se constituiu nossa cultura. João Cruz Costa afirma:

É no entanto, apesar de antagônicos, ambos estes tipos colaboraram numa só empresa (...). São pois, estes dois tipos de colonizadores, ou de conquistadores, apenas aparentemente opostos, que se defrontam no alvorecer da nossa história. Ai se esboçam as contradições da nossa história e da nossa cultura. Caberá ao aventureiro a conquista da terra, a tarefa de nela abrir caminhos e plantar cidades. Ao missionário incumbirá a fundação de colégios e Universidades, a obra da fixação da cultura humanista européia nessa parte do continente. Da dialética que se vai estabelecer em nossa história entre esses dois tipos de colonizadores, derivará o molde inicial da nossa inteligência e do destino da nossa cultura.¹⁰⁶

Estas contradições, por sua vez afloram ao longo da nossa história se cristalizando de uma maneira toda particular nos seus diferentes momentos de crise e dilemas, até mesmo seus personagens típicos encarnam estas diferentes tendências, procurando oferecer diferentes respostas a estes dilemas. Estas mesmas contradições se manifestam ao longo da história do pensamento filosófico e social no Brasil. Em seu livro sobre a História da República, publicado em 1968, nós veremos o lado histórico destas contradições plenamente desenvolvidos, aparecendo como uma idéia fundamental para a compreensão da História do Brasil: o abismo entre elites e massas e como consequência, a ausência da participação do povo nos acontecimentos históricos. O indiferentismo popular foi, igualmente, uma importante característica de nossa formação nacional. João Cruz Costa encerra o seu pequeno livro afirmando: “Já se disse que o Brasil é o país dos contrastes. E o maior é talvez o que existe entre a vida pública e o povo.”¹⁰⁷

O incipiente nível alcançado pelo ensino, pela reflexão filosófica no Brasil e a situação dominante na vida cultural brasileira nos anos 1930-1950, (nestes anos, uma das únicas reconstruções do

106 COSTA, João Cruz. A Universidade latino-americana: suas possibilidades. Contribuição brasileira ao estudo do problema. In. Revista História n° 46. São Paulo, 1961, p.377.

107 COSTA, João Cruz. Pequena História da República. 3ª. ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, p.146.

pensamento filosófico no Brasil era o trabalho pioneiro de Leonel Franca (*A Filosofia no Brasil*, redigido em 1921 e publicado como um capítulo de sua obra *Noções de História da Filosofia*). O período acima, como já referimos, é igualmente característico, por ser o momento de constituição e consolidação, da grande maioria, das Instituições de ensino e pesquisa em filosofia no Brasil, como já nos referimos anteriormente, em 1934 se constitui a FFCL-USP, em 1935 a Universidade do Distrito Federal, transformada em 1937 na Faculdade Nacional de Filosofia – FNFfi –, em 1939 a Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, em 1949 por sua vez é criado o Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF) e enfim, em 1955 o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Em torno destas Instituições, respeitando os diferentes ritmos de Institucionalização, se constituirá alguns dos principais pólos de reflexão da filosofia no Brasil.

Podemos afirmar, que toda obra de João Cruz Costa é uma tentativa de encontrar uma explicação para a extrema fragilidade desta tradição, esta procura o levou a uma opção consciente de deslocar o objeto da reflexão filosófica de uma análise interna das obras, de sua importância teórica e conceitual, a um outro nível de análise, ou seja, a procura de um sentido escondido que a atividade filosófica teve no Brasil:

Ora, todo o meu empenho, todo o meu esforço não consistia, nem consiste, em criar qualquer “doutina” de nacionalismo agressivo. Ao contrário, pretende apenas ser uma tentativa de compreensão do que foi e, do que foi, o que talvez é o Brasil de hoje pouco interesse me despertam, pois, as filósofes ou a eterna gloza, mais ou menos filosófica, de certos pedantes.

São hoje esses pedantes, os últimos representantes de um ridículo transoceanismo, de uma cultura de simples importação, sem fiscalização alfandegária, da qual está longe, muito longe o verdadeiro Brasil.¹⁰⁸

E como uma síntese desta concepção da História das Ideias no Brasil podemos reproduzir, a sua visão que se encontra já esboçada, em um livro redigido na década de 40:

Mas, – perguntamos – teriam sido assim, tão destituídos de valor, esses representantes da filosofia, no Brasil? Não teriam expressado absolutamente nada de nacional, nada da

108 COSTA, João Cruz. *Experiência Intelectual Brasileira*. op. cit., p.7

vida brasileira? Não haveria nesse acúmulo de leituras, nessa exposição de erudição, alguma coisa de significativo? E essa dúvida é que nos leva a examinar novamente, hoje, as obras massudas, cacetes, desses filosofantes eruditos do século XIX. É preciso não perder de vista o sentido que essas obras tomam a luz do momento histórico em que foram escritas e que finalidade visavam.¹⁰⁹

É portanto, a partir dessa experiência que ele analisará os diferentes momentos de recepção das ideias filosóficas no Brasil. Como já nos referimos anteriormente, Cruz Costa concebe a evolução das ideias filosóficas no Brasil, como uma sucessão de momentos marcados pela recepção das ideias filosóficas européias, que se inicia com a Segunda escolástica transplantada pela Companhia de Jesus, sucedido por um breve interregno iluminista, para no século XIX, conhecer a influência do ecletismo francês principalmente através da obra de Victor Cousin, para depois ser substituído, por um lado, sucessivamente pelo evolucionismo, pelo positivismo e pelo germanismo, e por outro lado pelo tomismo. João Cruz Costa identifica neste processo uma série de características, entre as quais podemos enumerar; i) a filosofia no Brasil foi uma sequência de recepção de ideias filosóficas, determinada muitas vezes pelo conhecimento de línguas estrangeiras¹¹⁰, ii) as obras filosóficas aqui criadas, são caracterizadas pela predominância de títulos introdutórios¹¹¹, iii) caráter não especialista da formação filosófica no país, o que levará a um auto-didatismo e diletantismo nas preocupações filosóficas, o que levará a uma grande versatilidade¹¹², iv) a maioria das filosofias européias recebidas no Brasil, são hoje praticamente esquecidas em seus países de origem¹¹³ e enfim v) uma grande parte da influência das ideias filosóficas no Brasil se deve a presença entre nós de movimentos organizados.¹¹⁴

É importante sublinhar que a reconstrução da história das ideias no Brasil realizada por Cruz Costa, não se reduz somente a uma crítica contundente dos diversos momentos de importação das ideias – o transoceanismo. Se por um lado esta recepção se realizou sem uma elaboração crítica do pensamento europeu sendo caracterizada pelo filoneísmo, por uma cultura fortemente marcada por traços verbais, oratórios e retóricos resultantes de uma forte tendência a erudição livresca e ornamental que encontra suas origens na influência prolongada de uma cultura formalista (a cultura da contra-reforma ensinada

109 COSTA, João Cruz. *A Filosofia no Brasil – Ensaio*. Porto Alegre: Editora Globo, 1945, p.48

110 Cf. por exemplo: *Contribuição à história das Idéias Filosóficas no Brasil*. op. cit.

111 COSTA, João Cruz. *História da Filosofia no Brasil*. In. *Enciclopédia Delta Larousse*. Rio de Janeiro, 1964, p.1945.

112 COSTA, João Cruz. *Pequena História da República*. op. cit., p.51-52.

113 COSTA, João Cruz. *O Pensamento Brasileiro sobre o Império*. In. HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, vol. III, cap. I. São Paulo: 1969, p.341.

114 Op. cit., p.324.

primeiramente nos Colégios Jesuítas e, depois, nas Faculdades de Direito). Por outro lado, os diversos momentos da história das ideias representaram também um “progresso da consciência” brasileira. Tentemos reproduzir, segundo João Cruz Costa, este lado positivo: primeiramente, os jesuítas são os responsáveis por nos ligar a civilização européia e terem sido os primeiros a nos ensinar a filosofia; na segunda metade do século XVIII, com o iluminismo nós nos abrimos a outras fontes de influência, as ideias francesas começaram a se fazer sentir no Brasil e nos deram as primeiras manifestações de uma consciência política e nacional. Após a Independência com o Abade Francisco de Mont’Alverne chega até nós a renovação dos estudos filosóficos e representa o momento da transição entre o pensamento colonial e o pensamento do Brasil independente. A forte presença de um ecletismo moderado – que marcará profundamente a intelectualidade e a política no Brasil – impediu que se difundissem entre nós as ideias contra-revolucionárias de Bonald e de De Maistre. A propósito do positivismo, do evolucionismo e do germanismo, João Cruz Costa ressalta a importância destes para a constituição de um espírito crítico, o germanismo da Escola do Recife representou uma reação a imitação francesa e a abertura de novas fontes de influência. O positivismo, por sua vez, representou uma oposição ao espiritualismo e catolicismo reinantes e, dirigiu a intelectualidade brasileira a preocupações mais concretas. Reconhece em Farias Brito o primeiro filósofo profissional que nós tivemos até o final do século XIX. Enfim, as obras de Euclides da Cunha, Alberto Torres e Oliveira Vianna marcam uma clara preocupação com a realidade nacional.

Com a ajuda das observações de Paulo Eduardo Arantes, nós podemos ensaiar de propor uma resposta provisória a este paradoxo enunciado por Cruz Costa: as filosofias no Brasil que mesmo não sendo expressão da história do país, são quase sempre estreitamente ligadas a política que as utilizam como armas de combate. João Cruz Costa mostra que os “filosofantes” reproduzem antes de tudo traços da psicologia do nosso povo, aonde existiria uma filosofia em germe – ainda não elaborada – e que as tarefas do filósofo ou melhor, do historiador da filosofia no Brasil, seria de encontrar e elaborar esta filosofia. Nós julgamos que de maneira paradoxal, reside aqui justamente a grande fraqueza e a grande contribuição do pensamento de João Cruz Costa. Por um lado, a sua *pars destruens*, a crítica da história da filosofia no Brasil, ressaltando os seus aspectos filoneistas, a falta de seriação e a *eterna glosa dos letrados* e, por outro lado, a sua *pars construens*, que apesar de suas intenções, sua história da filosofia recai em um forma de filosofia da história de natureza psicológica e antropológica. Como uma ironia do destino a obra de João Cruz Costa, que não mediu esforços em denunciar os

aspectos artificiais e modismos de nossos filosofantes, caiu no esquecimento e quando é lembrada por alguns críticos (entre os quais Antonio Paim e Luiz Washington Vita) vêm, apenas, o seu conteúdo positivo. Podemos afirmar que somente com os artigos a ele dedicados por Bento Prado Júnior (em sua conferência realizada na década de 1980) e por Paulo Eduardo Arantes que lhe foi restituída a verdadeira dimensão crítica.

CAPÍTULO IV

O Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF)

O Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF)¹¹⁵ fundado em 1949 segundo os seus Estatutos tinha entre seus objetivos: “promover o desenvolvimento da cultura filosófica em nosso país mediante cursos, conferências, seminários (...)”.¹¹⁶ Seu principal fundador, Miguel Reale foi militante integralista e na sua juventude um dos seus teóricos. Em torno do IBF se reuniram um grupo de pensadores, que exerceram uma forte influência na investigação sobre a História da Filosofia do Brasil. O Instituto Brasileiro de Filosofia promoveu os Congressos Brasileiros de Filosofia, o primeiro já em 1950, como também publicou, a partir de 1951, ininterruptamente até os nossos dias, a *Revista Brasileira de Filosofia* (dirigida primeiramente pelo próprio Miguel Reale e depois por Luis Washington Vita). Como o próprio Reale afirmava no lançamento da revista: a Filosofia do Direito, da Sociedade e a Filosofia encontrariam nesta revista um ponto de referência. Além de Miguel Reale e Luis Washington Vita, inúmeros outros intelectuais compuseram o Conselho de Redação, entre os quais, Vicente Ferreira da Silva, Djacir Menezes, Evaristo de Moraes Filho. Cabe aqui, também, destacar o nome de outro membro do Conselho de Redação, Antonio Paim, que, posteriormente, desempenhará um importante papel no estudo da Filosofia do Brasil com suas várias obras dedicadas ao tema, em particular, *História das Ideias Filosóficas no Brasil*, inúmeras vezes reeditada.

Na cidade de São Paulo, a oposição entre os projetos representados pela FFCL-USP e pelo IBF assumiu contornos particularmente antagônicos. Como vimos, criada em 1934, a FFCL-USP foi concebida como o centro da futura Universidade – e também como forma de superar a estrutura das escolas profissionais isoladas representadas pela Faculdade de Medicina, pela Politécnica e pela Faculdade de Direito. Para a sua efetivação, a nova faculdade contou com a ajuda de uma “missão cultural francesa” que representou uma forte descontinuidade com a tradição cultural e de ensino da cidade. Até aquela data o ensino da Filosofia, na cidade de São Paulo estava representado, por um lado, pela Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo criada em 1908 pelos beneditinos de São

¹¹⁵ Sobre o IBF e a RBF, cf. PAIM, Antonio: Índice da Revista Brasileira de Filosofia (1951-1980). Salvador: CDPB, 1983.

¹¹⁶ Instituto Brasileiro de Filosofia: Estatutos. In. PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. Ideologia e Filosofia no Brasil: O Instituto Brasileiro de Filosofia e a Revista Brasileira de Filosofia. São Paulo: FE-USP, (Tese de Doutorado), 1998, Anexo 1, p.1.

Paulo, e futuramente integrada a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1946-1947. Por outro lado, pela Faculdade de Direito de São Paulo criada em 1827¹¹⁷; no interior da qual se formaram a grande parte dos membros do IBF. O novo estilo de ensino da filosofia, representado pelo ensino dos professores franceses, vai rapidamente entrar em choque com a tradição de ensino da filosofia representada pela Faculdade de Direito.

Tânia Gonçalves em sua Dissertação de Mestrado, dedicada a João Cruz Costa, sublinha a oposição destas correntes tradicionais:

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras pouca ou quase nenhuma simpatia conquistava das tradicionais instituições dedicadas à educação. Os católicos reconheciam nela um espaço construído pelos liberais que foi sendo ocupada por comunistas. Para a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, um rival nos estudos filosóficos sociais e literários, uma vez que o chamado rigor acadêmico na formação filosófica parecia contrastar com a sua retórica tradicional.¹¹⁸

Desde a sua criação, o IBF desenvolveu uma intensa atividade de transmissão de formação cultural, através da promoção de cursos de extensão e especialização em filosofia e outras disciplinas das Ciências Humanas¹¹⁹ e congressos¹²⁰, que visavam, segundo observa Marchesini de Pádua em sua Tese de doutorado dedicada ao IBF, criar “um ‘espaço paralelo’ de formação filosófica na cidade de São Paulo”¹²¹. Outra atividade de grande importância, e com resultados mais duradouros, foi a política editorial do Instituto, através da publicação, desde 1951, da *Revista Brasileira de Filosofia*¹²² e de livros, em grande parte dedicados a resgatar a “tradição filosófica brasileira”¹²³. Referindo-se ao destaque dado pelo IBF, ao pensamento filosófico no Brasil, Tânia Gonçalves sublinha o seu caráter ideológico:

Para dar legitimidade ao Instituto diante do método francês de estudos filosóficos, Miguel Reale elege um assunto próprio para o grupo do IBF – a tradição filosófica brasileira esta

117 Para maiores informações sobre a tradição de ensino filosófico desenvolvido na Faculdade de Direito do largo de São Francisco, consultar: REALE, Miguel. *A filosofia em São Paulo*. 2a. ed, São Paulo: Grijalbo, 1976.

118 GONÇALVES, Tânia. *João Cruz Costa Educador: Contribuições ao debate sobre a filosofia como formação cultural*. São Paulo: FE-USP, (Dissertação de Mestrado), 2004, p.31.

119 Para uma análise dos cursos oferecidos pelo IBF, consultar: PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. *Ideologia e Filosofia no Brasil*. op. cit., a autora reproduz igualmente a relação dos cursos: p.23-25, e de seus programas, p.25-30 e Anexo 2: p.151ss.

120 Para uma relação dos congressos, cf. Idem. p.36. A autora destaca, igualmente, o apoio recebido pelo IBF do governo paulista, nos anos 1950, para a realização destas atividades. Idem. p.34.

121 Idem. p.29.

122 Para uma história da RBF, consultar: Índice da *Revista Brasileira de Filosofia* (1951 – 1980). op. cit., p.9-14.

123 PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. *Ideologia e Filosofia no Brasil*. op. cit., p.30-33.

que sempre esteve ligada à tradição das faculdades de direito do Brasil, especialmente São Paulo e Recife.¹²⁴

Esta oposição assumirá contornos cada vez mais ásperos, com o passar dos anos, desde a briga pública por causa de Hegel, que passou a fazer parte do folclore da cidade.¹²⁵ Entretanto o acontecimento com maiores repercussões foi o episódio do concurso para a Cátedra de Filosofia da FFCL-USP, envolvendo João Cruz Costa, Oswald de Andrade e de membros do IBF, uma vez que se chocavam diferentes práticas da filosofia: por um lado a representada pelo ensino especializado da filosofia e outra marcada pela formação oriunda da Faculdade de Direito.¹²⁶

Podemos afirmar que o programa de recuperação da história do pensamento filosófico no Brasil realizado pelo IBF, correspondia a uma nova leitura conservadora da História do Brasil, que assumirá contornos cada vez mais claros com a aproximação de Antonio Paim e Paulo Mercadante a Miguel Reale, ao IBF e a escola culturalista.¹²⁷

Este programa constituiu-se em oposição à chamada “tendência participante” na História das Ideias no Brasil representada, segundo Reale e Paim, por Sílvio Romero, Leonel Franca e João Cruz Costa que ressaltavam a importância da influência externa na História das Ideias Filosóficas no Brasil.¹²⁸ A Escola Culturalista constituiu sem dúvida o grupo de pesquisadores que mais se dedicaram à investigação da História das Ideias Filosóficas Brasileiras (os representantes da Escola Culturalista, ao contrário de João Cruz Costa, afirmavam a existência de uma filosofia brasileira, caracterizada por uma problemática teórica própria); esta escola se caracterizava teoricamente pela defesa de “um germanismo difuso”, onde está presente a influência de um grande número de autores, entre os quais os neo-kantianos, Max Scheller, Edmund Husserl, Nicolai Hartmann e Karl Mannheim. Uma importante fonte comum de influência e filiação é a obra do fundador da Escola do Recife, Tobias Barreto, do qual Mercadante e Paim foram editores. Um papel igualmente significativo foi desempenhado pela recuperação dos diversos momentos de recepção do pensamento kantiano no Brasil, como também da filosofia eclética no decorrer do século XIX em nosso país.

124 GONÇALVES, Tânia. João Cruz Costa Educador. op. cit., p.34.

125 GIANNOTTI, José Arthur. Sobre o Trabalho Teórico. In. Transformação, n° 1, Assis, 1974, p.23-36.

126 Para uma análise detalhada deste concurso e de suas consequências, cf. GONÇALVES, Tânia. João Cruz Costa Educador. op. cit., p.39-53.

127 Sobre o processo de aproximação entre Antonio Paim e Paulo Mercadante a Miguel Reale e o IBF, consultar a entrevista de Paulo Mercadante. In. SOARES, Jorge Coelho. Marcuse no Brasil. Londrina: Edições CEFIL, 1999, p.129-134 em particular p.132.

128 PAIM, Antonio. O Estudo do pensamento Filosófico Brasileiro. 2ª ed., São Paulo, Editora Convívio, 1986, p.1-19.

Paulo Mercadante, em seu livro publicado em 1964, *Consciência Conservadora no Brasil*¹²⁹, propõe uma reconstrução do passado histórico brasileiro em geral, e de suas ideias em particular, na qual dará uma importância especial ao ecletismo do século XIX, ressaltando o papel central deste para a construção de uma política baseada no compromisso, na conciliação e na moderação – enfim, em uma evolução política sem ruptura com o passado que encontrava seus fundamentos na filosofia eclética.¹³⁰ Mercadante, por exemplo, concebe um dos momentos de maior importância da nossa História, a independência política de 1822, como expressão do espírito de conciliação que sempre caracterizou o processo histórico nacional e que encontrará na filosofia eclética uma elaboração adequada.

O autor de *Consciência Conservadora no Brasil* observa a respeito do liberalismo radical, “o distanciamento em relação aos interesses do país”¹³¹ e a “inadequação do pensamento radical às circunstâncias nacionais.”¹³² Sobre os reflexos ideológicos desta evolução característica, o autor aqui estudado afirma: “a forma do pensamento adotada pela inteligência brasileira sempre repousou em fórmulas moderadas. Os homens públicos desenvolveram um estilo específico de pensamento, que correspondia às particularidades de suas origens sociais”¹³³.

Em sintonia com estas concepções, Miguel Reale e Antonio Paim efetuam uma revalorização histórica que tem por objetivo uma “justa apreciação do passado cultural nacional”, criticando os autores que viam no bacharelismo¹³⁴ e no caráter ornamental¹³⁵ características prejudiciais de nossa formação cultural.

Uma crítica contundente será, igualmente, endereçada àqueles que interpretam a evolução histórica e cultural a partir de seu caráter subordinado e dependente¹³⁶. Essa crítica ao caráter dependente assume uma importância central no programa de investigação da História das Ideias Brasileiras elaborado pela primeira vez por M. Reale em seu artigo sobre os momentos obscuros e olvidados da Filosofia brasileira.¹³⁷ Posteriormente aprofundada por Antonio Paim, este método tem por uma de suas principais características, a tentativa de identificar as cadeias de ligação e derivação

129 MERCADANTE, Paulo. *Consciência Conservadora no Brasil*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

130 É importante salientar que quase simultaneamente a aparição do livro de Paulo Mercadante em 1964 aparecer o livro de RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e Reforma no Brasil – desafio histórico-social*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 2ª ed. 1982. Neste livro José Honório Rodrigues elabora talvez uma das críticas – mais contundentes até então – da política de conciliação e de suas nefastas consequências sobre toda a nossa sociedade.

131 MERCADANTE, Paulo. op. cit. p. 75.

132 MERCADANTE, Paulo. *Gênese de uma República sob medida*. In. *Revista do Pensamento Brasileiro*. n° 1, Salvador, 1989, p.48.

133 *Idem Idem*.

134 Reale afirma: “Somente um prejuízo ridículo contra as faculdades de Direito, tão inconsistente e frágil, pode atribuir ao bacharelismo a responsabilidade por todos os males nacional”. REALE, Miguel. *A filosofia em São Paulo*. op. cit., p.96.

135 Paim afirma: “A chamada cultura ornamental... está bem longe de corresponder ao processo da nossa evolução cultural”, In. PAIM, Antonio, *O Estudo do pensamento Filosófico Brasileiro*. op. cit., p.15.

136 Segundo Paim “a tendência a atribuir a outras nações as dificuldades que advêm de uma escolha que é de nossa exclusiva responsabilidade” é um traço que remonta ao período Pombalino. *Idem* p.29.

137 REALE, Miguel. *A filosofia em São Paulo*. op. cit. Cap. I.

interna que permitem compreender as linhas de continuidade real de nossa reflexão¹³⁸. O referido método permitiria elaborar também uma concepção da história da filosofia baseada na identificação dos problemas típicos próprios a cada filosofia nacional,¹³⁹ e na recusa de uma tomada de posição valorativa em relação à história das ideias e de suas diferentes interpretações.¹⁴⁰

Marchesini de Pádua, nos oferece importantes indicações, para entendermos o projeto de revalorização da “Filosofia brasileira”, como uma tentativa de construção de uma hegemonia conservadora:

(...) Seu projeto conservador era de fazer do culturalismo o estatuto da Filosofia no Brasil. O culturalismo foi a roupagem filosófica necessária para que as contradições de classe e as relações de poder ficassem *apagadas* no cenário filosófico ibeefeano. Empenhado na crítica interna e no resgate do pensamento culturalista desde o Período colonial, o IBF conseguiu organizar um grupo coeso, que se dedicou a sistematizar o tratamento metodológico que deveria ser dado à crítica interna, se dedicou a uma “formação paralela” através de cursos e palestras, se dedicou a ampliar suas atividades e “fazer escola”, no sentido de garantir a reprodução de sua visão social de mundo.¹⁴¹

Uma vez reconstruído, em linhas gerais, o projeto hegemônico conservador elaborado pelo IBF, no interior das principais tendências teóricas existentes nas décadas de 1950 e 1960, tentaremos analisá-lo a partir das observações efetuadas por Antonio Gramsci, elaborada nos *Cadernos do Cárcere*, sobre a “concepção positiva da revolução passiva”, no qual são criticadas as concepções históricas de Croce apresentadas em seus livros *Storia dell’Europa nel secolo XIX* e *Storia d’ Italia dal 1871 al 1915*, onde todo momento de luta e ruptura se dissolvem.

Gramsci afirma referindo-se aos textos de Croce acima citados:

138 PAIM, Antonio, O Estudo do pensamento Filosófico Brasileiro. op. cit., p.XV-XVII.

139 PAIM, Antonio. História das ideias filosóficas no Brasil. 4ª ed., São Paulo: Editora Convívio, 1987, em particular a Introdução, p.1-195. Na história da filosofia latino-americana (conceito, aliás, que será criticado por Miguel Reale) encontramos uma posição análoga defendida pelo filósofo argentino Francisco Romero que propõe organizar a reflexão filosófica a partir de “temas y motivos preponderantes y característicos de nuestra filosofía”, sobre esta concepção observa ironicamente o filósofo peruano Augusto Salazar Bondy: “uma vez conhecida a orientação da filosofia de Romero, não é difícil de saber, que os temas e problemas característicos da filosofia da América Latina correspondem aos temas e soluções por ele preferidos”. SALAZAR BONDY, Augusto. Existe una filosofía de nuestra America? 11ª ed, Mexico: Siglo XXI editores, 1988, p.43, cf. também p.41-44.

140 Acreditamos que esta operação teórica se faz necessária, uma vez que inúmeros de seus “antecessores” foram influenciados por comentadores de segunda ou terceira mão, por exemplo a filosofia de Kant foi recebida, primeiramente, no Brasil pelos comentadores de Charles Villiers, que foi popularizado no Brasil e em Portugal por Francisco Bento Maria Targini, posteriormente o pensamento do autor da Crítica da Razão Pura foi recebido através do pensamento de Krause muitas vezes interpretado por Tiberghien (filósofos hoje praticamente desconhecidos). Sobre a recepção de Kant no Brasil, cf. REALE, Miguel. A doutrina de Kant no Brasil. In. CRIPPA, Adolpho. As ideias filosóficas no Brasil. vol. I., São Paulo: Convívio, 1978, p.225-238.

141 PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. Ideologia e Filosofia no Brasil. op. cit., p.127-128.

Diante desses dois ensaios, colocam-se de imediato as seguintes perguntas: é possível escrever (conceber) uma história da Europa no século XIX sem tratar organicamente da Revolução Francesa e das guerras napoleônicas? E é possível fazer uma história da Itália na época moderna sem tratar das lutas do *Risorgimento*?¹⁴²

O mesmo Gramsci interpreta da maneira seguinte esta operação historiográfica de Croce:

É possível dizer que a historiografia de Croce é um renascimento da historiografia da Restauração adaptada às necessidades e aos interesses do período atual. (...) Esta historiografia é um hegelianismo degenerado e mutilado, já que a sua preocupação fundamental é um temor pânico dos movimentos jacobinos, de qualquer intervenção ativa das grandes massas populares como fator de progresso histórico. Deve-se ver como a fórmula crítica de Vincenzo Cuoco sobre as “revoluções passivas” – que, quando foi formulada (após a trágica experiência da República Partenopéia de 1799), tinha um valor de advertência e deveria criar uma moral nacional de maior energia e iniciativa revolucionária popular – converteu-se... [em] uma concepção positiva, num programa político (...) ¹⁴³.

Neste parágrafo, Gramsci refere-se à transformação de sentido efetuada por Croce no conceito de Revolução Passiva, elaborado originariamente por Vincenzo Cuoco em seu célebre livro sobre a Revolução Partenopéia de 1799¹⁴⁴. Cuoco, em sua análise das causas da derrota da revolução napolitana dirigida pelos “Iluministas Radicais”, sublinhava o distanciamento destes intelectuais em relação às massas populares e demonstrava que este isolamento conduziu a revolução à derrota.

Croce, por sua vez, em sua obra *Storia d'Europa nel secolo decimonono*, em especial, nos seus três primeiros capítulos: I – A Religião da liberdade; II – As fés religiosas opostas; III – O Romantismo, sublinha as estreitas relações entre liberalismo político, idealismo filosófico e romantismo literário¹⁴⁵, e a elaboração destes em oposição à monarquia e à religião tradicional por um lado, e à filosofia iluminista e ao jusnaturalismo democrático, por outro.

142 GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Volume 1 Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p.298.

143 Idem. p.291.

144 CUOCO, Vincenzo. Saggio Storico sulla Rivoluzione di Napoli. op. cit. em particular o Cap. XV: “Perché Napoli dopo la fuga del re non si organizzò a repubblica?” p.143-148.

145 CROCE, Benedetto. Storia d'Europa nel secolo decimonono (a cura di Giuseppe Galasso). 2ª ed., Milano: Adelphi, 1999, p.1-75.

Semelhante abordagem do século XIX na Itália, é oferecida por Giovanni Gentile:

Rosminianismo significa ressurgimento do espírito italiano e, portanto, restauração do sentimento religioso: idealismo em filosofia, romantismo em literatura, liberalismo em política: enfim tudo o que de mais vivo e fecundo que agita, entre 1815 e 1860, a consciência italiana. E foi por uma reação natural, espontânea e necessária às doutrinas do século XVIII, aos princípios do Iluminismo francês que na Itália teve tantos seguidores e exageradores¹⁴⁶.

Nos prolongamos nas referências sobre a história cultural e política italiana, por acreditarmos existir uma profunda analogia, entre o projeto de construção de uma hegemonia conservadora, expressa no programa de investigação histórico-filosófico do IBF e dos membros da escola culturalista (em particular nas obras de Miguel Reale, Antonio Paim, Paulo Mercadante e outros) e a elaboração historiográfica de Croce, descrita por Gramsci como exemplo de Revolução Passiva; assim como a centralidade atribuída, nas interpretações de Croce e Gentile da cultura italiana do século XIX, a estreita afinidade entre liberalismo político, idealismo filosófico e romantismo literário.

Por fim, cabe destacar, que as concepções sobre a História da Filosofia no Brasil e as concepções sobre o passado nacional, que se expressavam em um acirrado confronto político levaram Antonio Paim e Miguel Reale a desenvolverem asperas críticas a concepção da História das Ideias no Brasil desenvolvida por João Cruz Costa, crítica esta que muitas vezes levavam a julgamentos errôneos, como por exemplo, a identificação do pensamento de João Cruz Costa como um representante do “positivismo marxista” que seria um dos momentos do desenvolvimento do “Ciclo positivista” no Brasil.¹⁴⁷

146 GENTILE, Giovanni. *Albori della nuova Italia. Opere Vol. XXI*. Firenze: Sansoni, 1969, p. 22.

147 DA COSTA NETO, Pedro Leão. *Philosophie et Histoire au Brésil La formation d'une réflexion nationale*. op. cit. p.130-138; 206-211. Consultar igualmente: SCHLENKER, Rodrigo. *História das Ideias no Brasil: uma leitura da obra de João Cruz Costa 1945-1972*. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2008. (Trabalho de Conclusão de do Curso de História da Universidade Tuiuti do Paraná).

CAPÍTULO V

Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)¹⁴⁸ ao contrário da FFCL-USP não era uma Faculdade. Criado, segundo os modelos do Collège de France e do Colégio do México, em julho de 1955 durante a presidência de João Café Filho e fechado em abril de 1964 durante a presidência de Ranieri Mazzilli (portanto, durante dois governos provisórios), era organicamente ligado ao Ministério da Educação e Cultura e tinha como objetivos o estudo e a pesquisa sobre a realidade brasileira com o objetivo de elaborar uma ideologia nacional-desenvolvimentista capaz de oferecer fundamento a um projeto nacional de desenvolvimento. O Instituto publicou numerosos trabalhos de interpretação da realidade brasileira e desenvolveu uma larga atividade pedagógica através de cursos, conferências e seminários nos quais participavam, entre outras, categorias profissionais, membros da administração pública, empresários, dirigentes sindicais e professores.

Sua localização na capital federal e seus objetivos teóricos determinaram sua particular vulnerabilidade em relação as mudanças políticas ocorridas no período. Nelson Werneck Sodré, historiador e membro fundador do ISEB, bem caracterizou esta vulnerabilidade:

O próprio ISEB desde a sua fundação, durante a sua curta existência e também na sua extinção, constitui um sintoma e uma parte constitutiva da crise brasileira. A crise interna do Instituto só pode ser entendida quando convenientemente inserida no conjunto da crise geral da sociedade brasileira de então.¹⁴⁹

Podemos afirmar que a criação do ISEB foi antecipada por uma série de esforços de intelectuais de diferentes origens com o objetivo de pensar teoricamente a realidade nacional. Nos anos de 1952-1953 se reuniu no Parque de Itatiaia um grupo de intelectuais de São Paulo, em sua maioria filósofos e ligados ao Instituto Brasileiro de Filosofia, entre os quais Vicente Ferreira da Silva, Miguel Reale e

148 Sobre a história do ISEB, consultar a obra de Caio Navarro TOLEDO: ISEB: Fábrica de Ideologias. 2ª ed., São Paulo: Editora Ática, 1982, p.184-192 e os testemunhos de autores diretamente envolvidos na História do Instituto: SODRÉ, Nelson Werneck. A Verdade sobre o ISEB. In. SODRÉ, Nelson Werneck. História da História Nova. op. cit.; CORBISIER Roland. Autobiografia filosófica. op. cit. p.83ss; JAGUARIBE, Hélio. Um breve depoimento e uma reapreciação crítica. In. Cadernos de Opinião. n° 14, São Paulo, 1979.

149 SODRÉ, Nelson Werneck. A Verdade sobre o ISEB. In. SODRÉ, Nelson Werneck. História da História Nova. op. cit. p.24.

Roland Corbisier, que em linhas gerais se identificavam com posições conservadoras e, um grupo de intelectuais do Rio de Janeiro, como Oscar Lorenzo Fernandes, Hélio Jaguaribe, Cândido Mendes de Almeida e Alberto Guerreiro Ramos; alguns entre eles ocupavam diferentes cargos na administração pública federal. O assim chamado Grupo de Itatiaia em função de sua heterogeneidade de interesses teóricos e políticos veio a se dissolver rapidamente.

Em 1953 o grupo do Rio de Janeiro e Roland Corbisier que tinha então se transferido para a capital federal criaram o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) sob a direção de Hélio Jaguaribe, o referido Instituto iniciou a publicação de uma importante revista política “Cadernos do Nosso Tempo” e que continuou a ser posteriormente publicada pelo ISEB. Enfim, em 1955, o grupo do IBESP mais o historiador e militar Nelson Werneck Sodré, o professor de Filosofia da Universidade do Brasil Alvaro Vieira Pinto fundaram o ISEB¹⁵⁰.

Entretanto, antes de analisarmos a trajetória do ISEB, seria importante nos referirmos a especificidade do desenvolvimento e institucionalização das Ciências Sociais e da Filosofia no Rio de Janeiro. Como nós já observamos, uma destas características foi a sua dependência em relação ao poder federal. Um claro exemplo, pode ser dado pela história da Universidade do Distrito Federal criada em 1935.¹⁵¹

Na cidade do Rio de Janeiro funcionava, desde 1920, a Universidade do Rio de Janeiro, considerada a primeira universidade duradoura no Brasil. Criada para receber o Rei da Bélgica em viagem ao Brasil, ela foi o resultado do acréscimo de uma Reitoria as três faculdades tradicionais preexistentes – Medicina, Engenharia e Direito.¹⁵² Esta nova estrutura, entretanto, não representou uma transformação capaz de modificar a situação do ensino superior no Brasil. Será somente a partir da criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP) em 1934 e da Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1935 que esta situação se transformará gradualmente.

150 Nelson Werneck Sodré explica a origem da sua aproximação ao grupo do IBESP, pela difícil situação política aberta com a morte de Vargas e da necessidade do grupo do IBESP encontrar uma sustentação política junto a correntes militares nacionalistas dirigida pelo General Estillac Leal a quem Sodré era estreitamente ligado. cf. SODRÉ, Nelson Werneck. A Verdade sobre o ISEB. In. SODRÉ, Nelson Werneck. História da História Nova, op. cit. p.14-15.

151 Sobre a história da Universidade do Distrito Federal e da FNFi da Universidade do Brasil: cf. os artigos anteriormente citados de TAVARES DE ALMEIDA, Maria Herminia. Castelos na Areia: Dilemas da Institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro. In. MICELI, Sérgio História das Ciências Sociais no Brasil. op. cit. e OLIVEIRA, Lucia Lippi. As Ciências Sociais no Rio de Janeiro. In. MICELI, Sérgio (org). História da Ciência Social no Brasil. op. cit.

152 FAVERO, Maria de Lourdes. Universidade & Poder análise crítica/fundamentos históricos: 1930-1945. op. cit., p.36; CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In. LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.162-163.

Formada em 1935, a UDF foi resultado dos esforços de Anísio Teixeira, então Secretário da Educação do Distrito Federal, durante a gestão do Interventor Pedro Ernesto e seguia um modelo liberal. Apesar da posição contrária de Gustavo Capanema, então ministro da Educação, Pedro Ernesto conseguiu a autorização de Getúlio Vargas para a criação de uma nova universidade na capital federal. O projeto de Anísio Teixeira era profundamente renovador e estava estritamente ligado a um espírito crítico. É importante destacar a presença no seu corpo docente de destacados intelectuais brasileiros, que desempenhavam um importante papel na vida cultural nacional, entre os quais: Lauro Travassos, Viktor Leinz, Joaquim da Costa Ribeiro, Lúcio Costa, Heitor Villa-Lobos, Cândido Portinari, Arnaldo Estrela, Mário de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freire.¹⁵³ Ao lado destes representantes da elite da ciência e da cultura brasileira, foi trazida, igualmente, uma missão francesa representada, entre outros por Émile Brehier, Pierre Deffontaines, Henri Hauser.¹⁵⁴

Desde o seu início foi pensada como uma instituição integrada, formada por três Escolas: Escola de Filosofia e Letras, Escola de Ciências, Escola de Economia e Direito e dois Institutos: o Instituto de Educação e o Instituto de Artes; e cabendo a Escola de Filosofia e Letras “os estudos superiores do pensamento e sua história nos seus aspectos filosófico, literário e moral”¹⁵⁵

A criação da UDF, se deu entretanto, em um momento de extrema tensão política, e o seu destino esteve estreitamente associado a evolução da conturbada conjuntura política dos anos 1935 e seguintes. O levante da Aliança Nacional Libertadora (ANL) foi seguido da demissão e posterior repressão a diversos de seus professores, o que vai selar a sua sorte. Por fim, em 1939 a Universidade é fechada.

A Igreja Católica possuía então um claro projeto de hegemonia do ensino superior em detrimento do ensino público. Desde o início dos anos 30, a oposição entre o pensamento católico e o pensamento progressista marcaram dois concursos para a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro: o primeiro em 1932 enfrentaram-se Leônidas Rezende e Alceu de Amoroso Lima; e no segundo, em 1933, Hermes Lima e novamente Alceu de Amoroso Lima. Nestes dois concursos saíram-se vitoriosos os dois candidatos progressistas, entretanto, em 1935, os dois professores aprovados foram presos e demitidos de suas cátedras. Como resultado da aproximação das lideranças católicas e do Ministério de Educação e Cultura, em 1937 a Reitoria foi entregue a Alceu de Amoroso Lima. No interior desta nova

¹⁵³ FÁVERO, Maria de Lourdes. *Universidade & Poder análise crítica/fundamentos históricos: 1930-1945*. op. cit., p.67-82

¹⁵⁴ Idem, p.81; SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet e COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. op. cit., 228.

¹⁵⁵ Idem. p.192.

Faculdade se fortaleceu o grupo católico que se opunha a concepção laica de universidade defendida por Anísio Teixeira. Como consequência desta mudança, será criada, “dentro de um clima de fechamento e repressão política”¹⁵⁶ a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFfi). Amoroso Lima promoverá uma total reorganização dos quadros da Faculdade, efetuando um expurgo nos quadros da antiga UDF e seguindo uma rigorosa política de indicações garantirá uma forte presença de quadros originários do conservadorismo católico e do Integralismo. Entre estes cabe destacar alguns professores do futuro ISEB: Álvaro Vieira Pinto (indicado diretamente por Alceu de Amoroso Lima por sugestão do Padre Leonel Franca) e Guerreiro Ramos, próximo a San Thiago Dantas, então também integralista.¹⁵⁷ Cabe, igualmente, lembrar de passagem que Roland Corbisier originário de São Paulo e futuro criador do ISEB foi, também, originariamente membro do movimento integralista.¹⁵⁸

Este clima político geral terá, como observou Fávero, consequências para o futuro desenvolvimento das Faculdades de Filosofia no Brasil:

A partir do Golpe de 1937, as pressões políticas sobre as instituições universitárias não apenas haviam alterado os rumos da USP, esvaziando a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e fechando a Universidade do Distrito Federal, mas todas as instituições de ensino superior no país passaram a ser ordenadas por meio de uma legislação de cima para baixo, legislação esta, cuja tônica era a inibição de novas formulações ou de diferentes propostas que fugissem ao modelo consagrado pelo Ministério de Educação e Saúde.¹⁵⁹

Voltando ao ISEB. O Instituto estava organizado em torno de cinco departamentos: o de Filosofia dirigido por Álvaro Vieira Pinto até o momento de substituir Roland Corbisier na direção do ISEB em 1960 (uma vez que este tinha sido eleito à Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro) e Wanderley Guilherme dos Santos, o de História por Cândido Mendes de Almeida e Nelson Werneck Sodré, o de Sociologia por Alberto Guerreiro Ramos e Júlio Barbosa e o de Economia por Ewaldo Correia Lima

156 FÁVERO, Maria de Lourdes. *Universidade & Poder análise crítica/fundamentos históricos: 1930-1945*. op. cit., p.101.

157 Sobre a política de indica es veja, além, do artigo OLIVEIRA, Lucia Lippi. *As Ciências Sociais no Rio de Janeiro*. In. MICELI, Sérgio (org). *História da Ciência Social no Brasil*. op. cit.; o livro de FREITAS, Marcos C zar de: *Álvaro Vieira Pinto: a personagem histórica e sua trama*. São Paulo, Cortez editora - USF, 1998, em especial o capítulo II: “Breve digressão sobre as origens integralistas e católicas de  lvaro Vieira Pinto”.

158 Não trataremos aqui da curiosa e complexa passagem de pensadores católicos e integralistas para posi es progressistas: algumas indica es sobre esta trajetória poderão ser consultadas no livro de Marcos Cezar de Freitas, citado na nota anterior: *Álvaro Vieira Pinto: a personagem histórica e sua trama*, em particular o cap IV. 2: “Álvaro Vieira Pinto e o ISEB em atrito com o pensamento católico”.

159 FÁVERO, Maria de Lourdes. *Universidade & Poder análise crítica/fundamentos históricos: 1930 – 1945*. op. cit., p.101.

e Ignácio Rangel. Entretanto, a evolução do ISEB foi marcada, por um lado, pela evolução do quadro político nacional e, por outro, pela sua composição heterogênea. Um marco significativo, na evolução do Instituto será a cisão de 1958, provocada pela publicação do livro, *O Nacionalismo na Realidade Brasileira* de Hélio Jaguaribe. A discussão que se seguiu, no interior do ISEB, levou a uma divisão, em razão da posição referente a importância dos investimentos estrangeiros, entre um grupo chamado “entreguista” e outro “nacionalista”. Uma consequência desta polêmica será a saída do Instituto de Hélio Jaguaribe e Ewaldo Correia Lima (e também, entre outros, a de Roberto Campos que fazia parte de seu Conselho Curador). Algum tempo depois também abandonará o ISEB, outro de seus importantes membros, Guerreiro Ramos. Estas saídas levaram a uma inteira reorganização do Instituto – visto que Guerreiro Ramos dirigia o departamento de Sociologia e Ewaldo Correia Lima o de Economia. Por fim, em 1960, Álvaro Vieira Pinto substituirá Roland Corbisier na direção do Instituto, por ocasião da eleição deste último para uma vaga à Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro.

Apesar das mudanças ocorridas no Instituto é possível identificar algumas das características de sua produção teórica, das influências recebidas e dos conceitos utilizados na análise da realidade brasileira e na tentativa de elaboração de uma ideologia do desenvolvimento nacional. Esta ideologia era uma tentativa de sistematização teórica para um projeto que tinha por objetivo a promoção de um desenvolvimento nacional autônomo, através de uma política de colaboração de classes entre a burguesia nacional e seus aliados políticos: a pequena burguesia e o proletariado urbano e rural contra a dominação externa representada pelo Imperialismo e seus aliados internos, a burguesia comercial e latifundiária – “os entreguistas” – que impediam uma verdadeira industrialização e o desenvolvimento autônomo do país. A luta entre este dois blocos era concebida, segundo os membros do Instituto, como uma luta entre a nação e a antinação, do setor moderno contra o setor arcaico e representava a contradição principal da fase atual de desenvolvimento da sociedade brasileira¹⁶⁰

Uma vez, rapidamente, investigada a história do Instituto, podemos nos dedicar ao objetivo central do nosso trabalho, ou seja, uma análise da influência e presença da filosofia da existência e de outras correntes filosóficas, na elaboração teórica do ISEB, em particular, em Roland Corbisier, Álvaro Vieira Pinto, Alberto Guerreiro Ramos e da análise da História da Filosofia no Brasil realizada por Hélio Jaguaribe.

Entre outras características da História das Ideias no Brasil, resultantes do processo de recepção das ideias européias, é que estas vem acompanhadas de uma transformação do sentido que possuíam

¹⁶⁰ Cf. VIEIRA PINTO, Álvaro. *Consciência e Realidade Nacional*. Rio de Janeiro, ISEB, 1960, Vol. I: Introdução p.34-37; VIEIRA PINTO, Álvaro. *Consciência e Realidade Nacional*. Rio de Janeiro, ISEB, 1960, Vol. II: 3 “A Categoria da Racionalidade”, p.73-82 e 95-100, nos oferece uma análise detalhada desta questão. Para uma crítica sistemática desta concepção do Instituto, consultar a obra anteriormente citada de Caio Navarro Toledo.

na sua origem. É importante salientar aqui a ocorrência de um duplo movimento de deslocamento de sentido que sofrem estas ideias: o primeiro de politização das categorias filosóficas – ou seja o preenchimento dos conceitos filosóficos de um conteúdo político¹⁶¹ e outro de sentido inverso que tenta dar um conteúdo filosófico a categorias políticas e econômicas¹⁶²

A análise da cultura brasileira feita pela maioria dos autores do ISEB era realizada a partir de um linguagem especulativa, que guardava suas origens antes de tudo na Filosofia existencial¹⁶³, o ponto de partida destas análises é a concepção da situação colonial (de Georges Balandier) concebida, a partir de Georges Gurvitch como um “Fenômeno social total” e de “colonialismo como sistema” (Jean Paul Sartre). A compreensão do fenômeno do colonialismo só seria possível a partir da categoria da dialética e da totalidade. A dialética era compreendida, antes de tudo, a partir da relação entre Senhor e Escravo (a leitura de Hegel está claramente influenciada pelo filósofo franco-russo Alexandre Kojève): “A relação entre senhor e escravo explica o conjunto das relações entre o colonizado e o colonizador e o complexo colonial entendido como totalidade.”¹⁶⁴ O senhor é compreendido como sujeito, liberdade, titular de direitos e privilégios em oposição ao escravo entendido como uma coisa, objeto destituído de direitos e que não é reconhecido pelo senhor como sujeito. É a partir desta concepção da dialética, que será analisada a relação entre países do centro e da periferia e do estatuto alienado do país colonizado.¹⁶⁵

O mesmo Roland Corbisier em sua *Autobiografia Filosófica* nos oferece um testemunho único para compreender o processo de adaptação e aplicação das ideias filosóficas à realidade brasileira. Segundo ele, a filosofia da existência possuía dois conceitos fundamentais para compreender a nossa realidade, o primeiro era de “Homem concreto” (pensado a partir dos conceitos de “Homem e suas circunstância” de Ortega y Gasset e de “Ser no mundo” de Heidegger) e o segundo o de “Homem como projeto” de Sartre¹⁶⁶. Corbisier sublinhava a importância da filosofia da existência para pensar de maneira conveniente a nossa realidade, a nossa existência individual e social e de que maneira poderíamos utilizar a filosofia existencial no processo de eventual transformação de nossa existência¹⁶⁷.

161 VIEIRA PINTO, Álvaro. Consciência e Realidade Nacional. op. cit., Vol. II. p.23-25.

162 A elaboração de um fundamento filosófico para o nacional-desenvolvimentismo é um exemplo disto. Aliás existe toda uma tendência a alargar o sentido que os conceitos possuem originalmente, o que é segundo nosso entendimento, um exemplo de ausência de rigor conceitual.

163 Como exceção a esta leitura especulativa e existencial podemos citar a obra de Nelson Werneck Sodré fortemente influenciado pelo marxismo. Cf. TOLEDO, Caio Navarro. op. cit. p.102.

164 CORBISIER, Roland. Formação e problema da cultura brasileira. Rio de Janeiro. ISEB, 1960, p.29.

165 Idem. p.28ss e 75ss.

166 CORBISIER, Roland. Autobiografia Filosófica. op. cit. p.59.

167 Idem. p.67.

Entretanto, foi Álvaro Vieira Pinto quem elaborou de forma mais sistemática e especulativa a ideologia do desenvolvimento nacional e seus pressupostos teóricos. Na Aula inaugural ao curso regular do Instituto (proferida em 14 de maio de 1956) e posteriormente publicada sob o título *Ideologia e Desenvolvimento Nacional* na coleção “Textos Brasileiros de Filosofia” editada pelo ISEB. O filósofo enuncia um conjunto de teses aonde compreende a ideologia do desenvolvimento nacional como manifestação da consciência de si da sociedade brasileira:

- I. “o desenvolvimento nacional é um processo (...) que encontra a sua definição no fim ao qual esta dirigido;¹⁶⁸
- II. “sem ideologia do desenvolvimento não existe desenvolvimento nacional”;¹⁶⁹
- III. “a ideologia do desenvolvimento deve ser necessariamente um fenômeno de massas”;¹⁷⁰
- IV. “o processo de desenvolvimento e função de consciência das massas”;¹⁷¹
- V. “a ideologia do desenvolvimento deve necessariamente originar-se da consciência das massas”.¹⁷²

Será, porém, no seu livro *Consciência e Realidade Nacional* – a suma teórica do ISEB – e talvez, até então, um dos livros mais discutidos de Filosofia no Brasil – que Álvaro Vieira Pinto irá propor uma análise sistemática e especulativa da realidade nacional, partindo de conceitos originários da filosofia da existência e de Heidegger, em particular, os de consciência inautêntica e consciência autêntica. Estas duas formas de consciência serão em nosso autor, transformadas em consciência ingênua e consciência crítica e constituem o objeto central de análise da referida obra de Vieira Pinto. Elas são entendidas como duas formas de pensar, como a “polaridade essencial das representações possíveis do real constituído por uma nacionalidade, (...) como a dualidade última e irreduzível das formas de consciência”¹⁷³ e elas são definidas da maneira seguinte: a consciência ingênua é, por essência aquela que não tem consciência dos fatores e das condições que a determinam. Por sua vez, a consciência crítica é, por essência, aquela que possui uma clara consciência dos fatores e condições, que a determinam¹⁷⁴.

Esta distinção é segundo o próprio Vieira Pinto a mais importante de seu livro. A consciência ingênua é uma atitude pré-filosófica, fortemente influenciada pela lógica e pela moral e que se julga absoluta, acima de toda determinação, ao contrário da consciência crítica que é uma forma de consciência

168 VIEIRA PINTO, Álvaro. *Ideologia e desenvolvimento nacional*. 2ª ed. Rio de Janeiro: ISEB, 1960, p.21-22.

169 Idem. p.29.

170 Idem. p.30.

171 Idem. p.31.

172 Idem. p.34. Álvaro Vieira Pinto retornará, ainda, a estas questões no Vol. I do seu já citado *Consciência e Realidade Nacional*.

173 VIEIRA PINTO, Álvaro. *Consciência e Realidade Nacional*. Rio de Janeiro, ISEB, 1960, Vol. I., op. cit., p.82.

174 Idem. p.83.

que exige uma análise que somente a filosofia pode fornecer e ela é consciência de sua situação no mundo e é ligada a realidade nacional como um todo, enfim, é uma forma consciência de si¹⁷⁵. Segundo Vieira Pinto a consciência ingênua é uma consciência reacionária, resistente a mudança e é uma forma de consciência das classes interessadas em manter a situação histórica presente, ao contrário, a consciência crítica é uma consciência anti-reacionária e antecipativa. Para melhor compreender estas duas formas de consciência, o autor faz referência a totalidade nacional: a consciência ingênua é a forma dominante nos países e nações coloniais ou semi-coloniais, enquanto que a consciência crítica é uma forma de consciência nacional autêntica.

Uma investigação mais detida demonstra que as formas fenomenológicas de consciência ingênua¹⁷⁶, possuem diferentes estatutos teóricos: algumas delas são formas típicas de preconceitos e estereótipos nacionais (por exemplo: o saudosismo, o ufanismo, o pessimismo, e uma concepção romântica da história, das relações políticas e econômicas); outras formas de consciência ingênua são sobrevivências de um processo de evolução histórica baseado na exclusão (o desprezo pela liberdade, o desprezo pelas massas, a invocação da violência política, a defesa da moderação). Existem, também, formas de pensamento pré-filosófico como a incoerência lógica e, enfim, de diferentes formas de pensamento filosófico, que tiverem uma importante difusão entre nós (por exemplo o caráter sensitista e impressionista, o ecletismo, o dogmatismo, a incapacidade para o diálogo, o provincianismo).

Após a análise da consciência ingênua, o autor dedica o conjunto do Vol. II a uma análise das categorias constitutivas da consciência crítica; uma enumeração destas categorias é suficiente para identificar, claramente, a influência da linguagem da filosofia existencial, em particular, Sartre, Jaspers e da filosofia de Heidegger e, em uma menor intensidade a presença do marxismo e do hegelianismo. Enumeramos abaixo as categorias constitutivas da consciência crítica e os conceitos filosóficos tradicionais a elas referentes:

I. Objetividade – Cura;¹⁷⁷

II. Historicidade – Processo, Mundo;¹⁷⁸

III. Racionalidade – Dialética e suas teses;¹⁷⁹

IV. Totalidade – Ser no mundo;¹⁸⁰

175 Idem. p.85.

176 Idem. p.157-432.

177 VIEIRA PINTO, Álvaro. Consciência e Realidade Nacional. Rio de Janeiro, ISEB, 1960, Vol. II., op. cit., p.15-26.

178 Idem. p.27-50

179 Idem. p.51-112.

180 Idem. p.113-185.

V. Atividade – Projeto;¹⁸¹

VI. Liberdade – Situação, limite, existência autêntica;¹⁸²

VII. Nacionalidade – Consciência para si, concepção de mundo.¹⁸³

Álvaro Vieira Pinto após ter analisado cada uma das sete referidas categorias, nos oferece no Capítulo: “A sistematização da consciência crítica”¹⁸⁴ uma análise sistemática destas categorias, que segundo o nosso autor, “estão articuladas em um sistema com uma determinada ordem interna, que liga uma a outra e lhe dá uma sucessão natural.”¹⁸⁵ As categorias existenciais sofrem neste novo sistema uma transformação e adaptação – um deslocamento de sentido – entre o sentido que eles possuíam originariamente e o sentido completamente distinto que assumem entre nós; o fundamento desta reinterpretação é a situação do filósofo na realidade da nação subdesenvolvida, que difere radicalmente da situação filosófica na Europa.¹⁸⁶ Esta diferente situação determina a redução dos conceitos filosóficos e eles devem exprimir esta nova realidade, toda esta nova construção teórica é feita a partir do ponto de vista da nação. Observemos como alguns destes conceitos são reinterpretados:

Hermenêutica da totalidade da realidade nacional¹⁸⁷;

Consciência de si da realidade brasileira¹⁸⁸;

Ser nacional¹⁸⁹;

Tudo o que é nacional é racional¹⁹⁰;

Nação como projeto¹⁹¹;

Ser na nação¹⁹²;

Revolução nacional e projeto de destino¹⁹³;

Nação como universal concreto¹⁹⁴;

Nacionalismo como superação da alienação¹⁹⁵.

181 Idem. p.186-253.

182 Idem. p.254-299.

183 Idem. p.300-432.

184 Idem. p.519-564.

185 Idem, p.522.

186 Idem, p.23.

187 Idem. p.39.

188 Idem. p.50.

189 Idem. p.77.

190 Idem. p.112.

191 Idem. p.199.

192 Idem. p.143.

193 Idem. p.157.

194 Idem. p.368.

195 Idem. p.386.

A passagem da consciência ingênua à consciência crítica corresponde a um conjunto de transformações ocorridas na realidade material, ou melhor, é uma tomada de consciência, a consciência de si destas transformações: industrialização, urbanização, crescimento do mercado interno, processo de substituição de importações (cabe ressaltar que os conceitos econômicos são entendidos em um sentido totalizante e aplicados as diferentes esferas da realidade); como também de transformações ao nível subjetivo: aparição de uma consciência nacional-popular, a formação de uma movimento operário de ideologia trabalhista e nacionalista, a organização de uma movimento de libertação nacional e, enfim, a formação de um inteligência nacional capaz de se constituir em um órgão da consciência nacional.¹⁹⁶

É, igualmente, importante analisar-mos a problemática da transplantação cultural elaborada por Guerreiro Ramos, nos referimos aqui a “Teoria da Redução Sociológica”, influenciada teoricamente pelos conceitos de “epoché” de Husserl, do problema do mundo de Heidegger e por Max Scheller e Karl Mannheim, entre outros. Segundo o autor, a Redução Sociológica seria caracterizada por uma série de “Leis da Redução Sociológica”:

- I. Lei do engajamento, que é caracterizada pelo compromisso consciente com o contexto-circunstância.¹⁹⁷
- II. Lei do caráter subsidiário da produção científica estrangeira, que é caracterizada pela forma de ultrapassar as modas e o efeito de prestígio generalizados na intelectualidade brasileira que adere as diferentes teorias européias.¹⁹⁸
- III. Lei da universalidade dos enunciados gerais da ciência, que admite somente a universalidade dos enunciados científicos gerais, o que permite ultrapassar um falso universalismo.¹⁹⁹
- IV. Lei das fases, a luz da redução sociológica, a razão dos problemas de uma sociedade particular é sempre dada pela fase que esta sociedade se encontra em um momento determinado.²⁰⁰

É importante, ainda, sublinhar aqui a importância do conceito de fase na reflexão Isebiana e a distinção entre uma utilização especulativa deste conceito, presente em Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe e de origem culturalista elaborada originariamente por Franz Carl Müller que se referia a uma direção orientadora da evolução cultural, aonde a evolução é concebida como um processo

196 Idem. p.11-13. Estas causas estão, também, presentes nas obras de diferentes autores do Instituto, como por exemplo CORBISIER; Roland. Formação e problema da cultura brasileira. op. cit., e em GUERREIRO RAMOS, Alberto. A Redução Sociológica. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

197 Guerreiro Ramos, Alberto. A Redução Sociológica. op. cit. p.75-82.

198 Idem. p.83-93.

199 Idem. p.94-100.

200 '97 Idem. p.101-109.

de fases submetidas a uma lei geral,²⁰¹ aonde cada fase é entendida como uma totalidade a qual corresponde um estilo de pensamento determinado. Uma visão radicalmente distinta da concepção faseológica da história foi elaborada por Nelson Werneck Sodré, a partir do Materialismo Histórico; segundo esta visão, aquele momento da história do Brasil era a da Revolu o democrático-burguesa a qual corresponderia objetivos estratégicos determinados e uma aliança de classes correspondente.

Como tentamos mostrar acima a reflexão do ISEB (em particular as obras de Roland Corbisier,  lvvaro Vieira Pinto e Alberto Guerreiro Ramos) estavam profundamente marcadas pela filosofia existencial e pela filosofia de Heidegger e que o conjunto destas influências teóricas recebidas por estes autores deram lugar a uma interpreta o de caráter especulativo   investiga o sobre a realidade brasileira. Desde o início esta tentativa especulativa foi objeto de inúmeras críticas, como a inconsistência teórica, ecletismo, relativismo nacionalista. Entretanto esta tentativa histórica de elaborar uma ideologia nacional – desenvolvimentista a partir deste instrumental teórico representou um dos momentos mais pol micos e também importantes da História das Ideias no Brasil e que exerceu uma significativa influência histórica no período.

Entretanto, não poderiamos concluir esta análise sobre as diferentes concep es do passado nacional e este comentário do pensamento do ISEB, sem antes nos ocuparmos, brevemente, da análise da história da filosofia no Brasil, desenvolvida por Hélio Jaguaribe no primeiro período do ISEB, em seu livro, anteriormente citado, *História da Filosofia no Brasil*. Marcada, igualmente, por uma concep o fortemente especulativa e partindo, de uma concep o da filosofia concebida, de acordo com as concep es do filósofo espanhol Julian Marias, como uma resposta a uma crise radical das crenças. Hélio Jaguaribe observa: “O saber filosófico, (...), é uma resposta vital e concreta a uma situa o de crise, totalmente vinculado ao sistema de crenças da comunidade e integralmente dependente da experiência de crise do filósofo.”²⁰² Segundo Jaguaribe, a ausência de uma verdadeira e autêntica filosofia no Brasil, deveria ser atribuida ao fato de que durante o curso da nossa história não tivéssemos vivido uma crise profunda, capaz de fazer nascer a necessidade de se enunciar a questão filosófica.²⁰³

Após expor a concep o da necessidade de uma profunda crise para dar origem a interroga o filos fica²⁰⁴. Jaguaribe passa, então, nas suas páginas seguintes a reconstruir a evolu o do pensamento filosófico no Brasil, em estreita rela o com as tendências dominantes no pensamento filosófico europeu

201 Idem. p.106-107.

202 JAGUARIBE, Hélio. A Filosofia no Brasil. op. cit., p.16. Sobre um dos significados da palavra crise segundo os isebianos, cf.: CORBISIER, Roland. Autobiografia Filosófica, op. cit. p.188-193.

203 JAGUARIBE, Hélio. A Filosofia no Brasil. op. cit. p.14-16.

204 “Os filósofos brasileiros nunca participaram do processo mesmo da crise, nem ocorriam, no ambiente espiritual brasileiro, convulsões correspondentes a que abalaram a cultura européia”. Idem. p.18.

e enumerará, igualmente, algumas das debilidades características da nossa reflexão filosófica, como por exemplo: “o Brasil tampouco dispôs de condições reais, no sentido scheleriano do termo, para a eclosão da atividade cultural”.²⁰⁵ Retornando a idéia, já desenvolvida por diferentes historiadores da filosofia no Brasil, da ausência de uma continuidade da reflexão filosófica nacional, o autor observa:

Cada geração repetia, a partir do marco zero, o esforço da geração anterior, e ia buscar ideias na Europa. Mas as sempre renovadas investidas de nossa *intelligentsia* sobre o mundo cultural europeu, por isso que realizadas em condições análogas, só nos proporcionavam contato com as ideias já em fase de divulgação, ou seja, com o produto da crise espiritual de uma ou duas gerações anteriores. Nossa geração ficava assim em permanente descompasso com o espírito europeu, o que lhe impedia de participar do momento formativo das ideias.²⁰⁶

Segundo Jaguaribe, retomando uma idéia já presente em Oliveira Viana e que foi, igualmente, empregada por diferentes pensadores brasileiros, afirma: “a elite brasileira sempre tentou, ingenuamente transportar para o Brasil fórmulas e doutrinas que lhe pareciam boas em si mesmas, inconscientes das relações dialéticas entre as estruturas econômicas, social e cultural e as normas do poder.”²⁰⁷

E por fim, destaca a estreita relação entre a filosofia e a “inquietação política” que levou frequentemente os intelectuais brasileiros a uma participação na vida política:

E assim, também se reduzia a dimensões de conflito psicológico a inquietação política de nossos filósofos, levados a reagir contra os processos de dominação correntes no Brasil, em nome de doutrinas cujos fundamentos reais e ideais não logravam alcançar e de cujo condicionamento não suspeitavam.²⁰⁸

Nas páginas finais de seu livro, Hélio Jaguaribe desenvolve uma previsão da superação de alguns traços negativos que caracterizaram a reflexão filosófica entre nós: a superação do verbalismo, do “literatismo” dos nossos intelectuais, ainda, dominados por uma formação bacharelesca. Segundo o nosso autor, por um lado, as “condições reais” estariam dadas e, por outro, a profunda crise que vivia então o Brasil, conduziria os intelectuais a uma nova atitude frente a realidade nacional: “a necessidade de rever suas crenças e de elaborar uma resposta aos impasses da vida contemporânea.”²⁰⁹

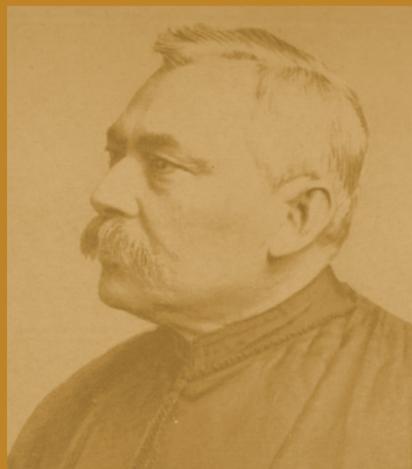
205 Idem. p.15.

206 Idem. p.19.

207 Idem. p.20.

208 Idem Ibidem.

209 Idem. p.50.



REFERÊNCIAS



Institucionalização do Ensino de Filosofia no Brasil e Interpretações do Passado Nacional

- ABREU, Alzira Alves de. A Ação política dos intelectuais do ISEB. In: TOLEDO, Caio Navarro (org). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- ALVES, Gilberto Luiz. *O Pensamento burguês no Seminário de Olinda (1800-1836)*. Ibitinga: Humanidades, 1993
- ARANTES, Paulo Eduardo. *Um departamento francês de Ultramar*. Estudos sobre a formação da cultura filosófica Uspiana (Uma experiência dos anos 60). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- ARANTES, Paulo Eduardo. *O Fio da Meada Uma Conversa e Quatro Entrevistas sobre Filosofia e Vida Nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- ASSOUN, Paul-Laurent. *Marx e a Repetição Histórica*. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 1979.
- ASSOUN, Paul-Laurent e RAULET, Gérard. *Marxismo e Teoria Crítica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 3ª ed., 1958.
- BRUNSCHVICG, Léon. *L'esprit européen*. Cahiers de Philosophie n.20, Neuchatel: La Baconnière, 1947.
- BRUNSCHVICG, Léon. *Le progrès de la conscience dans la philosophie occidentale*. 2ª. ed., Paris: Alcan, 1953.
- CÂNDIDO, Antônio. Sociologia no Brasil. In: *Enciclopédia Delta Larousse*, Vol. IV, Rio de Janeiro, 1964.
- CÂNDIDO, Antônio. Entrevista à *Revista Transformação*, nº. 1, Assis, 1974.
- CÂNDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira (Momentos decisivos)*. 6ª ed., Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1981.
- CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 7. ed., 1985.
- CAMPOS, Fernando Arruda. *Tomismo e Neotomismo no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1968.
- CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. *A Universidade da Comunhão Paulista*. São Paulo: Editora Cortez, 1982.
- CHAUÍ, Marilena e FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Ideologia e Mobilização Popular*. 2ª ed. São Paulo. Paz e Terra / Cedec, 1985.
- CORBISIER, Roland. *Formação e problema da cultura brasileira*. Rio de Janeiro. ISEB, 1960.
- CORBISIER, Roland. *Autobiografia Filosófica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- COSTA, João Cruz. Os antigos cursos de Conferências: A contribuição francesa nos primórdios da fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. In. *Filosofia, Ciências e Letras – Anuário da FFCL*, São Paulo: Setembro 1945.
- COSTA, João Cruz. *A Filosofia no Brasil – Ensaio*. Porto Alegre: Editora Globo, 1945.
- COSTA, João Cruz. *Experiência Intelectual Brasileira. Boletim nº 2 do Instituto Cultural Brasileiro Alemão*. Porto Alegre, 1957.
- COSTA, João Cruz. *Panorama da História da Filosofia no Brasil*. São Paulo: Cultrix, 1960.
- COSTA, João Cruz. A Universidade latino-americana: suas possibilidades. Contribuição brasileira ao estudo do problema. In. *Revista História* nº 46. São Paulo, 1961.
- COSTA, João Cruz. As transformações do pensamento brasileiro no século XX e o nacionalismo. In: *Revista Brasiliense* nº 40. São Paulo, 1962.
- COSTA, João Cruz. As Novas Ideias. In. HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, vol. I, cap. II. São Paulo: 1965.
- COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das Ideias Filosóficas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967.
- COSTA, João Cruz. O Pensamento Brasileiro sobre o Império, In. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira* Tomo II, vol. III, cap. I. São Paulo: 1969.

Institucionalização do Ensino de Filosofia no Brasil e Interpretações do Passado Nacional

- COSTA, João Cruz. Introdução ao estudo do pensamento brasileiro. In: Encontro Internacional de Estudos Brasileiros e I Seminário de Estudos Brasileiros. Instituto de Estudos Brasileiros – Universidade de São Paulo, setembro de 1971. (Mimeografado).
- COSTA, João Cruz. *Pequena História da República*. 3ª. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- COSTA, João Cruz. Sobre o Trabalho Teórico. In: *Transformação* n° 2. Assis, 1975
- CROCE, Benedetto. *Storia d'Europa nel secolo decimonono* (a cura di Giuseppe Galasso). 2ª ed., Milano: Adelphi, 1999.
- CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- CUOCO, Vincenzo. *Saggio Storico sulla Rivoluzione di Napoli* (introduzione di Pasquale Villani). Milano: Rizzoli, 1999.
- DA COSTA NETO, Pedro Leão. *Philosophie et Histoire au Brésil La formation d'une réflexion nationale*. Varsóvia, 1995, (Tese de doutorado apresentada na Faculdade de Filosofia e Sociologia da Universidade de Varsóvia).
- DE BONI, Luis Alberto. *Programas de Pós-Graduação em Filosofia: 1990-1995*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.
- DEBRUN, Michel. A compreensão ideológica da História. In: *Revista Brasiliense* n° 46, São Paulo, 1963.
- DOMINGUES, Ivan. *Filosofia no Brasil Legados e Perspectivas*. São Paulo: Unesp, 2017.
- LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). *500 Anos de Educação no Brasil*, Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- FAUSTO, Bóris. *A Revolução de 30: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- FÁVERO, Maria de Lourdes. *A Universidade brasileira em busca da sua identidade*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FÁVERO, Maria de Lourdes. *Universidade & Poder análise crítica/fundamentos históricos: 1930 – 1945*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.
- FERNANDES, Florestan, Sobre o Trabalho Teórico, Entrevista à *Revista Transformação*, Assis, n 2, 1975.
- FERNANDES, Florestan. *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.
- FERNANDES, Florestan. *A Questão da USP*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- FERREIRA, Jorge (org). *O Populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FIORI, Ernani Maria. *Metafísica e História*. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- FRANCA, Leonel. *O método pedagógico dos jesuítas*. São Paulo: Agir, 1952.
- FRANCA, Leonel. O método pedagógico dos jesuítas *O Ratio Studiorum*. Campinas: Kirion, 2019.
- FREITAS, Marcos César. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto – USF, 1998.
- FREITAS, Marcos César. *Álvaro Vieira Pinto: a personagem histórica e sua trama*. São Paulo, Cortez editora – USF, 1998.
- GELLNER, Ernest. *Narody i nacionalizm*, Varsóvia: PIW, 1991.
- GENTILE, Giovanni. Albori della nuova Italia. *Opere*. Vol XXI. Firenze: Sansone, 1969.
- GIANNOTTI, José Arthur. Entrevista à *Revista Transformação*, n°. 1, Assis, 1974.
- GIANNOTTI, José Arthur. João Cruz Costa (13-2-1904/10-10-1978). In: *Discurso*, n°. 9, São Paulo, 1978.
- GONÇALVES, Tânia. João Cruz Costa Educador: Contribuições ao debate sobre a filosofia como formação cultural. São Paulo: FE-USP, *Dissertação* de Mestrado, 2004.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 22 edição, Rio de Janeiro: Editora José Olímpio, 1991.

Institucionalização do Ensino de Filosofia no Brasil e Interpretações do Passado Nacional

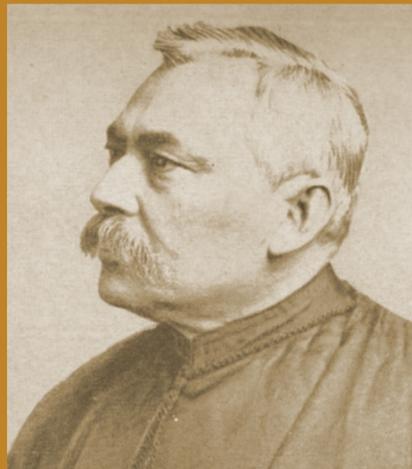
- IANNI, Otávio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- Índice da Revista Brasileira de Filosofia (1951 – 1980). Salvador: CDPB, 1982.
- JAGUARIBE, Hélio. *A Filosofia no Brasil*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.
- JAGUARIBE, Hélio. Um breve depoimento e uma reapreciação crítica. In. *Cadernos de Opinião*, nº 14, São Paulo, 1979.
- KONDER, Leandro. *A Derrota da Dialética: A recepção das ideias de Marx no Brasil até o começo dos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1988.
- KONDER, Leandro. História dos Intelectuais nos Anos Cinquenta. In. FREITAS, Marcos Cêzar. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto – USF, 1998.
- KRAUSE, Dom Beda. Desenvolvimento e importância das Faculdades de Filosofia no plano educacional brasileiro de 1936 a 1950. In. *Kriterion* nº (V) 19-20, p.1-25, Belo Horizonte, 1952a.
- KRAUSE, Dom Beda. Desenvolvimento e importância das Faculdades de Filosofia no plano educacional brasileiro de 1936 a 1950. . In. *Kriterion* nº (V) 21-22, p.320-342; Belo Horizonte, 1952b.
- KRAUSE, Dom Beda. Desenvolvimento e importância das Faculdades de Filosofia no plano educacional brasileiro de 1936 a 1950. . In. *Kriterion* nº (VI) 23-24, p. 77-107, Belo Horizonte, 1953a.
- KRAUSE, Dom Beda. Desenvolvimento e importância das Faculdades de Filosofia no plano educacional brasileiro de 1936 a 1950. . In. *Kriterion* nº (VI) 25-26, pp. 380-419, Belo Horizonte, 1953b.
- LAMOUNIER, Bolivar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira república. In. FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Tropiques*. Paris: Plon - Terre Humaine/Poche, Paris, 1984.
- MACIEL DE BARROS, Roque Spencer. O Ensino Secundário de Filosofia no Brasil. In. MACIEL DE BARROS, Roque Spencer. *Estudos Brasileiros*. Londrina: UEL, 1997.
- MAUGÜÉ, Jean. O Ensino da Filosofia; suas diretrizes”. In. *Revista Brasileira de Filosofia*, n. 20, São Paulo, 1955.
- MAUGÜÉ, Jean. *Les Dents Agacées*. Paris: Buchet/Chastel, 1982.
- MELLO E SOUZA, Gilda. A estética rica e a estética pobre dos professores franceses. In. *Diálogo*, n. 9, São Paulo, 1978.
- MERCADANTE, Paulo. *Consciência Conservadora no Brasil*. 2 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- MERCADANTE, Paulo. Gênese de uma República sob medida. In: *Revista do Pensamento Brasileiro*, nº 1, Salvador, 1989.
- MICELI, Sérgio (org). *História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol. 1. São Paulo: Vértice, 1989.
- MICELI, Sérgio (org). *História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol 2. São Paulo: Sumaré-Fapesp, 1995.
- MORAES FILHO, Evaristo de. O ensino da Filosofia no Brasil. In. *Revista Brasileira de Filosofia*, Vol. IX (I), São Paulo, 1959.
- MORAES, Reginaldo et al. *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira*. 4ª ed., São Paulo: Editora Ática, 1981.
- MUCHAIL, Sama Tannus. Um passado revisitado – O curso de Filosofia da PUC/SP: 80 anos. In. MUCHAIL, Sama Tannus. *Um passado revisitado – O curso de Filosofia da PUC/SP: 80 anos*. São Paulo: Educ, 1992.
- NOBRE, Marcos e REGO, José Márcio. *Conversas com filósofos brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. *Ideologia e Filosofia no Brasil*: O Instituto Brasileiro de Filosofia e a Revista Brasileira de Filosofia. São Paulo: FE-USP, (Tese de Doutorado), 1998.
- PAIM, Antonio. *O Estudo do pensamento Filosófico Brasileiro*. 2ª ed., São Paulo, Editora Convívio, 1986.
- PAIM, Antonio. *História das ideias filosóficas no Brasil*. 4ª ed., São Paulo: Editora Convívio , 1987.

Institucionalização do Ensino de Filosofia no Brasil e Interpretações do Passado Nacional

- PAIM, Antonio. *Os Intérpretes da Filosofia Brasileira: Estudos Complementares à História das Ideias Filosóficas no Brasil – Vol. I*. Londrina: Editora UEL, 1999.
- PAIM, Antonio. *A Escola do Recife*. 3ª. ed., Londrina: UEL, 1999.
- PEGORARO, Olinto Antonio. Identidade da SEAF. In. *Debates Filosóficos. IV Simpósio Nacional da SEAF*. Rio de Janeiro, n. 2 1981.
- PAIVA, Vanilda Pereira. *Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil*, São Paulo: Editora Ática, 1980.
- PINTO, Álvaro Vieira. *Ideologia e desenvolvimento nacional*. 2ª edição, Rio de Janeiro: ISEB, 1960.
- PINTO, Álvaro Vieira. *Consciência e Realidade Nacional*. Volume I. Rio de Janeiro, ISEB, 1960.
- PINTO, Álvaro Vieira. *Consciência e Realidade Nacional*. Volume II. Rio de Janeiro, ISEB, 1960.
- PINTO, Álvaro Vieira. *A Questão da Universidade*. Cadernos Universitários nº 1, Rio de Janeiro, Editora Universitária, (s.d.).
- PINTO, Álvaro Vieira. *Sete lições sobre educações de adultos*. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- PRADO JÚNIOR, Bento. Il problema della filosofia in Brasile. In. *Rivista Aut-Aut*, n. 109-110, Milano, pp. 87-104.
- PRADO JÚNIOR, Bento. Cruz Costa e a História das Ideias no Brasil. In. MORAES, Reginaldo (org.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- QUARTIM DE MORAES, João (org.). *História do Marxismo no Brasil: Volume III: Teorias. Interpretações*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *A Redução Sociológica*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.
- REALE, Miguel. *A filosofia em São Paulo*. 2ª. ed, São Paulo: Grijalbo, 1976.
- REALE, Miguel. A doutrina de Kant no Brasil. In. CRIPPA, Adolpho. *As ideias filosóficas no Brasil*, Vol. I. São Paulo: Convívio, 1978.
- ROMERO, Sílvio. *Obra Filosófica* (Introdução e Seleção de Luís Washington Vita). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969.
- ROMERO, Sílvio. *História da Literatura no Brasil* Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980
- SALAZAR BONDY, Augusto. *Existe una filosofía de nuestra America?* 11ª ed, Mexico: Siglo XXI editores, 1988.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. *Ordem burguesa e Liberalismo Político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978
- SAVIANI, Dermeval, Álvaro Borges Vieira Pinto. In. FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque e BRITTO, Jader de Medeiros. *Dicionário de Educadores no Brasil Da Colônia aos dias atuais*. 2ª ed. Rio de Janeiro, UFRJ / MEC-Inep-Comped, 2002, p. 51-56.
- SAVIANI, Dermeval. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.
- SCHLENKER, Rodrigo. *História das Ideias no Brasil: uma leitura da obra de João Cruz Costa 1945 – 1972*. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2008. (Trabalho de Conclusão de do Curso de História da Universidade Tuiuti do Paraná).
- SCHNÄDELBACH, Herbert. *German Philosophy 1831 –1933*. Cambridge University Press, 1984.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da Comunidade científica no Brasil*, São Paulo - Rio de Janeiro: Companhia Editora nacional – FINEP, 1979.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet e COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo, Paz e Terra / Editora FGV, 2000.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas*. 3. edição, São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1988.

Institucionalização do Ensino de Filosofia no Brasil e Interpretações do Passado Nacional

- SCHWARZ, Roberto. Nacional por Subtração. In. SCHWARZ, Roberto. *Que Horas São? Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SCHWARZ, Roberto. Um Seminário de Marx. In. *Folha de São Paulo*, 8/10/1995.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. A Filosofia Contemporânea no Brasil. *Conhecimento, Política e Educação*. 2ª. ed, Petrópolis: Vozes, 1999.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Silvestre Pinheiro da Silva: Ideologia e Teoria*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1975
- SOARES, Jorge Coelho. *Marcuse no Brasil*. Londrina: Edições CEFIL, 1999.
- SODRÉ, Néelson Werneck. A verdade sobre o ISEB. In. SODRÉ, Néelson Werneck. *História da História Nova*, Petrópolis: Vozes, 1986.
- SODRÉ, Néelson Werneck. *A ideologia do colonialismo seus reflexos no pensamento brasileiro*. 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 1984.
- STEIN, Ernildo. Análise de diversas perversões (Paul Klee) – O provincial como fábula do mundo. In. *Debates Filosóficos*. IV Simpósio Nacional da SEAF. Rio de Janeiro, n. 2, 1981.
- TOLEDO, Caio Navarro. *ISEB: Fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1977.
- TOLEDO, Caio Navarro. *ISEB: Fábrica de ideologias*. 2ª ed., São Paulo: Ática, 1982.
- VECHIA, Ariclê e LORENZ, Karl Michael. *Programa de Ensino da Escola Secundária Brasileira*. Curitiba, 1998.
- WALLERSTEIN, Immanuel (org). *Para abrir as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez Editora, 1996.
- WEFFORT, Francisco Correia. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- ZEA, Leopoldo. O Filozofii Amerykaskiej (Sobre a Filosofia Americana). In. *Studia Filozoficzne*. Varsóvia, n° 12 (265), 1987.



Universidade Tuiuti do Paraná



“O livro de Pedro Leão da Costa Neto nos traz uma importante reflexão sobre a História do Ensino de Filosofia no Brasil, passando por uma análise crítica da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP), do Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF) e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). A riquíssima contribuição do autor para mostrar “o lugar das ideias nacionais” no desenvolvimento do pensamento brasileiro e a sua institucionalização encontram-se nas páginas deste livro um espaço de consulta obrigatória. A relação entre instituições de ensino no Brasil e os diversos filósofos que cultivaram a consciência crítica nacional torna a contribuição do trabalho de Pedro Leão uma referência acadêmica para os estudos da formação da Filosofia do Brasil”.

Ricardo Pereira de Melo - UFMS